

COORDENAÇÃO E REVISÃO

Prof. JOSÉ EDINARDO ALBUQUERQUE SILVEIRA

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

FRANCISCO CLAYTON ALVES TÔRRES

Ficha Catalográfica

ARAÚJO, Francisco Sadoc de
História Religiosa da Meruoca, Sobral Fundação
Vale do Acaraú - UVA - 1979
1, Estudos Históricos - Ceará I Título
CDD - 981.31

Direitos Desta Edição

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA — FUNDAÇÃO VALE
DO ACARAÚ — UVA: — SOBRAL — CEARÁ

Impresso no Brasil

PE. F. SADOE DE ARAÚJO
DO INSTITUTO DO CEARÁ

HISTÓRIA RELIGIOSA DA MERUOCA

Edição Comemorativa do 1º Centenário
da Criação da Paróquia — 1879 — 1979

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA - UVA - SOBRAL - Ce,

1979

AUTOR: PE. F. SADOS DE ARAÚJO

Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Sócio do Instituto do Ceará e do Instituto Genealógico Brasileiro, Membro do Conselho Estadual de Educação e da Academia Sobralense de Letras.

OBRAS PUBLICADAS:

- CRONOLOGIA SOBRALENSE - I Vol. Fortaleza, 1974
- A CIÊNCIA CRIADORA - Fortaleza 1976
- DISCURSO - Fortaleza, 1975
- HISTÓRIA DA CULTURA SOBRALENSE - Sobral, 1978
- FENÔMENO PIERRE DE CHARDIN "O Povo" Fortaleza
- ESTUDOS IBIAPABANOS - Sobral - UVA 1979

A PUBLICAR

- ANTOLOGIA DE AUTORES SOBRALENSES

Ao Mons. José Furtado Cavalcanti
atual vigário de Meruoca, admirando
o zelo apostólico com que se dedica
aos seus paroquianos.

APRESENTAÇÃO

"100" é um número solene e acompanhado de "anos", enche os olhos da gente de admiração.

Máxime, quando é uma Paróquia que completa 100 anos de fundação.

Não é difícil calcular as graças que Deus derramou na Serra da Meruoca, pelas mãos de seus Pastores.

Antes, eram índios os missionados, na catequese dos Religiosos. Depois, missionários do Clero Secular foram os Curas e Capelães que prepararam o terreno para a criação da Paróquia. E vieram os 21 vigários que formam a nobre galeria de evangelizadores da encantadora serra.

O atual, Mons. José Furtado Cavalcanti, autêntico homem de Deus, há 33 anos se doa, com arrojo e dinamismo, ao pastoreio de seu povo e um dos modos, que julgou digno de comemorar o centenário da querida Paróquia, foi pedir ao historiador Côn. Francisco Sadoc de Araújo escrevesse esta "História Religiosa da Meruoca".

Se bem pediu, bem foi feito, neste valioso livro mais uma contribuição de um sacerdote que põe seu talento e seriedade de pesquisador, a serviço de nossa Igreja.

De parabéns a Paróquia de Meruoca, que não só recorda um "passado" glorioso, mas, atualizada na sua pastoral, vive um "presente" de serviço ao Povo de Deus!

Sobral, 29 de fevereiro de 1980.

† Walfrido Teixeira Vieira
Bispo de Sobral



S ú m u l a

A PRIMITIVA CATEQUESE DOS INDIOS . . . 17

- *Preferência pelas serras* 20
- *Origens dos Reriús* 21
- *Agregação à Missão da Ibiapaba* 22
- *O primeiro encontro* 23
- *Fontes de estudo* 28

A CATEQUESE DOS PADRES SECULARES . . . 29

- *A excursão de Leonardo de Sá* 32
- *A ação do do Pe. José Teixeira de Miranda* . . 34
- *O curato do Padre Martinhos* 35
- *O patrimônio e construção da capela* 36
- *A família do Coronel Sebastião de Sá* 40
- *O inventário do Padre Poderoso* 43
- *O curato do Padre Elias* 45
- *O Visitador Padre Lino* 46
- *Fontes de estudo* 49

NOS TEMPOS DA CAPELANIA 51

- *O capelão Padre Serra* 54
- *Missionários Carmelitas* 58
- *Missionários Franciscanos* 60
- *A organização fundiária* 61
- *Os três padres Miguel* 62
- *Padre Miguel Lopes Madeira Uchoa* 64
- *Padre Miguel Lopes Freire* 70
- *Pe. Miguel Francisco Mendes de Vasconcelos* 73

— Outros sacerdotes	74
— Padre José Furtado de Mendonça	74
— Padre João Ribeiro Pessoa	74
— Padre Antônio Jácome Bezerra	74
— Padre José Alexandre da Silva	75
— Padre Paulo José da Silva Sampaio	75
— Padre Antônio José Cavalcante	75
— Padre Basílio Francisco dos Santos	75
— Padre Joaquim da Costa Mendonça	76
— Padre Manuel Francisco Rodrigues da Cunha	76
— Padre Fidelis de Paula Freire	76
— Padre Domingos Francisco Braga	76
— Padre Antônio Menões de Mesquita	76
— Padre Manuel Simões Diniz	77
— Pe. José Gonçalves de Medeiros	77
— Padre Francisco de Paula Meneses	78
— Padre Francisco Jorge de Sousa	78
— O incansável Padre José Tomaz	78
— Fontes de estudo	80

A CRIAÇÃO DA FREGUESIA	80
— A Assembléia criou a freguesia	85
— A reação de Dom Luís	93
— A instituição canônica	101
— Fontes de estudo	103

A ESCOLHA DO VIGARIO	105
— A provisão de nomeação	108
— A despedida do Padre Vicente	110
— A posse	111
— Os sentimentos da população	112
— A família do Alferes	115
— O primeiro ano de paróquia	118
— Fontes de estudo	119

BIOGRAFIA DOS VIGÁRIOS	121
— Relação dos vigários	123
— Mons. Diogo José de Sousa Lima	125
— Pe. Francisco Inácio da Costa Mendes	127
— Padre José Silvino Maria de Vasconcelos	128
— Padre Custódio Arcanjo de Vasconcelos	131
— Con. Manuel de Araújo Feitosa	134
— Mons. Antônio Cândido de Melo	135
— Padre Francisco Leopoldo Fernandes	136
— Mons. Fortunato Alves Linhares	137
— Padre José Joaquim da Frota	138
— Padre Francisco Leopoldo Fernandes	139
— Padre Joaquim Severiano de Vasconcelos	140
— Padre Joaquim Anselmo de Sales	141
— Mons. Manuel Henriques de Araújo	143
— Mons. José Aloísio Pinto	145
— Padre Luís Valfro Franzoni	146
— Padre João Teófilo Soares Leitão	147
— Dom José Bezerra Coutinho	148
— Mons. Antônio Regino Carneiro	149
— Mons. José Osmar Carneiro	150
— Padre Francisco Eudes Fernandes	151
— Mons. José Furtado Cavalcanti	152
— Fontes de estudo	155

A SEDE DA PARÓQUIA	157
— Criação do Distrito	160
— Criação civil da freguesia	161
— Criação da Vila	163
— Criação do termo judiciário	164
— A extinção do município	166
— Restauração definitiva do Município	167
— A Igreja Matriz	168
— O território da paróquia	168
— A cidade	169

— Aspectos da serra	170
— Meruoca em 1861	171
— Fontes de estudo	172
CAPELAS E ORATÓRIOS	173
— Boqueirão	176
— Camilos	176
— Floresta	177
— Palestina do Norte	179
— Sítio Recife	180
— Santo Antônio dos Fernandes	181
— São Francisco da Meruoca	181
— São João das Almas	182
— Alcântaras	182
— Carmolândia	184
— Rosápolis	184
— Ventura	185
— Oratórios Privados	186
— As ruínas de uma capela	189
— A Capela do Patronato	190
— A Cruz da Romana	191
— A Cruz do Simão	193
— Fontes de estudo	195

A Primitiva Catequese dos Índios

A Serra da Meruoca foi primitivamente habitada pelos tapuias reris.

Não obstante os estudos, sabidamente sérios, feitos por Tunaiz Pompeu Sobrinho e Carlos Stuardt Filho, ainda são poucos os conhecimentos que possuímos sobre os indígenas que habitaram o solo cearense nos recuados tempos pré-coloniais.

A maior dificuldade, que encontra o estudioso destes assuntos é a escassez de documentação. Geralmente as informações encontram-se esparsas desordenadamente nos raros cartapácios, até hoje vasculhados, sem o necessário arranjo capaz de permitir uma visão global e sintética da real situação do indígena pré-colonial no Ceará. Dentro deste contexto torna-se sobremaneira valiosa a Carta Anua datada de 10 de outubro de 1695 que o Pe. Ascenso Gago, superior da Missão Jesuítica da Ibiapaba, escreveu de Olinda ao Pe. Alexandre de Gusmão, Provincial da Companhia de Jesus no Brasil, em que descreve suas atividades missionárias entre os índios da Serra da Ibiapaba, desde 1693, e a tentativa de aldear os índios da Meruoca.

O texto integral deste precioso documento foi divulgado pelo Pe. Serafim Leite no tomo III, págs. 38-56, de sua valiosa "História da Companhia de Jesus no Brasil".

No momento interessa-nos colher as informações sobre os primitivos índios reris que são descritos com alguns detalhes pelo Pe. Ascenso.

PREFERÊNCIA PELAS SERRAS

Já em 1639, Elias Herckman, cronista holandês em monografia sobre os tapuias que desde Von Martius são chamados também de jês, observa que gostavam de habitar "para o ocidente sobre montes". Eram as serras os locais preferidos pelos índios para se refugiar contra qualquer perseguição. Houve por isso uma corrida do litoral para as serras por parte dos índios, depois que os colonizadores brancos começaram a ocupar a costa.

Situados inicialmente no litoral, depois do descobrimento do Brasil os índios começaram a se adentrar buscando refúgio nas montanhas. Fugiram assim da perseguição dos europeus que, ocupando paulatinamente o litoral e as margens dos rios, os sopeavam tiranicamente. Na realidade, a grande maioria dos nativos que habitavam o Ceará antes do descobrimento vivia no litoral. A infiltração pelo interior se deveu principalmente à fuga contra o ataque dos brancos.

É sabido que os tapuias ou jês, índios da língua-travada, eram mais resistentes à integração na civilização do que os tupis ou índios da língua-geral (nheengatu). Daí por que preferiram fugir a aceitar pacificamente a convivência com os colonos. Os tupis, ao contrário, demoraram-se mais no litoral e fizeram menor resistência ao trato com os brancos.

A serra da Meruoca, como se grafava primitivamente, foi um dos redutos dos tapuias que mais custou a ceder às investidas dos colonizadores. Ali se refugiaram estes índios no começo do século XVII. Eram eles, tapuias da nação dos reriús, também chamados de reriús ou areriús e outras semelhantes corruptelas.

ORÍGEN DOS RERIÚS

Probabilissimamente, os reriús vieram emigrando da Bahia de onde começaram a fugir com as outras levadas de tapuias, como as nações acongua-gús, icós e cariris. Bandeiras baianas, ligando o rio São Francisco ao Parnaíba, acucaram estes índios e os empurraram para o norte.

Já em 1583, dizia o Pe. Ancheta, os portugueses penetraram 250 a 300 léguas distantes da Bahia à cata dos indígenas fugitivos.

O vale do médio Acaraú foi o extremo da colonização branca vinda de Pernambuco e o extremo da fuga dos índios vindos da Bahia, tal como a Ibiapaba fora a barreira da civilização que procedia do Maranhão. No início do século XVIII, brancos e índios se encontraram na disputa da posse da serra da Meruoca, a "casa das moscas". Os índios já ali se encontravam há mais de um século e preferiram suportar a fúria das meruanhas, meruins e meruocas (nome primitivo de muriçoca) encontradas em abundância, a sofrer a tirânica opressão dos brancos.

A Bahia sempre foi a terra do fumo (*Nicotiana tabacum*) e foi com o fumo que se fez o trato comercial e amistoso com os tapuias. A figura lendária do caipora, ente imaginário que segundo a crença popular deixa de fazer mal ao homem que lhe oferece fumo, ainda está viva nas tradições nativas da Meruoca. O caipora ainda "aparece" nas matas da serra nas escuras madrugadas. Ainda hoje amedronta crianças e estimula a imaginação dos mais velhos. E não há meruocano que vá à caça sem levar consigo pele de fumo para se proteger de possível agressão do caipora que mata provocando riso

pelas cócegas. É um arquétipo que se conservou no inconsciente coletivo da sua população mameluca e cafuza denunciando sua primitiva progênie baiana.

Edilberto Trigueiros, ao estudar detalhadamente a lenda do caipora, em seu livro "A Língua e o Folclore da Bacia do São Francisco", Macaé, Imprensa Universitária, pág. 63, diz que no "São Francisco esta crença é generalizada constituindo o pavor dos sertanejos crédulos".

A origem da lenda é indiscutivelmente dos primitivos tapuias baianos que a foram espalhando por onde passaram.

AGREGAÇÃO À MISSÃO DA IBIAPABA

Os tapuias reritús da Meruoca foram agregados à Missão da Ibiapaba pelo Pe. Ascenso Gago, como se vê do seguinte trecho da Carta Anua de 1695: "Já fiz aviso a Vossa Reverência como tínhamos agregado também à Missão a nação tapuia reritú. Habita esta nação outra serra de penedra alta e fragosa, que dista da Serra da Ibiapaba oito léguas, porém pequena em comparação dela, porque terá de comprimento seis léguas somente. É esta nação gente de corso. Há entre eles quatro principais pelos quais estão repartidos os vassallos, a saber: o Principal Timicu, o Principal Coió, o Principal Arapá e o Principal Guarará. Descem a fazer suas correrias pelos campos à caça e ao mel, e se tornam a recolher à sua serra. Não comem carne humana, bebem pouco, casam as filhas depois de quinze anos de idade, costume geral do tapuia desta costa, não tem mais que uma mulher, a qual costumam também repudiar alguma vez, principalmente se é preguiçosa. É nação belicosa e muito valente. Tem por timbre morrer antes que perder batalha ou dar

as costas ao inimigo. Cada um deles tem tantos nomes quantos são os inimigos que tem morto. E assim, aquele é tido por mais valente que tem mais comprida ladainha de nomes. Achei-os, quando fui à primeira vez para a serra, postos em guerra com todas as nações circunvizinhas, a saber: com os tabajaras, com o tapuia guanacé e com os aconguaçús". (Ob. cit., p. 43).

É esta a primeira descrição que se conhece sobre a serra da Meruoca e seus primitivos habitantes. O Pe. Ascenso a denomina Serra do Tapuia como que a contrastando com a Ibiapaba, serra dos tabajaras, que eram nação dos tupis.

Agregada à missão dos Jesuítas, a Meruoca deles recebeu os primeiros esforços de evangelização. Foi realmente um trabalho de catequese desatinado e esporádico pelos motivos que o próprio padre apresenta: "Aos tapuias, assim reritús como aconguaçús, não podemos até agora assistir-lhes com o pasto da doutrina continuamente, por nos ficarem distantes da donde ordinariamente assistimos que são as aldeias dos tabajaras. Somente os visitamos de tempos em tempos e nestas visitas lhes temos batizado também algumas crianças em extrema necessidade". (Ob. cit. p. 50)

Os reritús se aldearam na Meruoca e os aconguaçús "na ponta da serra da Ibiapaba que fica mais vizinha ao mar".

O PRIMEIRO ENCONTRO

O primeiro contacto que o Pe. Ascenso Gago teve com os reritús da Meruoca se deu ao pé da mesma serra durante uma viagem que empreendeu em 1693, vindo da Ibiapaba em direção ao litoral seguindo a margem esquerda do rio Acaraú. Este

primeiro encontro de evangelização foi assim descrito pelo zeloso jesuíta: "Era-me necessário neste mesmo tempo ir ver em a costa do mar terras capazes para aldear o gentio da lingua geral. Tomei, para me acompanharem ao mar, quinze índios e como necessariamente havíamos de passar junto à Serra do Tapuia ficava-me a esperança de poder encontrar com ele no caminho. Porém sucedeu ao contrário, porque chegamos junto à dita serra sem encontrar com o tapuia. Perguntei aos índios que meio eu poderia ter para falar com o tapuia, pois eles me não queriam levar à sua serra. Responderam que em se pondo fogo aos campos, infalivelmente mandaria o tapuia sentinelas descobrir o que se passava. Porém requereram-me com grande instância o não fizesse, porque infalivelmente pereceriam todos às mãos do tapuia, pois não trazíamos poder com que nos defendêsemos. Respondi-lhes que eu era Sacerdote de Deus a quem nada é impossível, e que andava em serviço do mesmo Senhor, que Ele me defenderia se fosse servido, e quando não, que faltaría muito morrer em seu serviço; que eu havia de por fogo nos campos e se eles se não achassem com ânimo de acompanhar que se podiam ir embora, porque eu, se escapasse com vida, já saberia voltar para casa. Pus fogo ao campo, e como a erva estava seca, em breve tempo levantou muito grande labareda e fumaça. Amanheceu o dia seguinte e resolveram-se os índios de minha companhia a embuscar-se ao largo, para com mais segurança saberem o que passava; e em caso que me não matassem os tapuias, me poderem tornar a fazer companhia. Nesta conformidade se afastaram e eu me fiquei encomendando-me à Soberana Virgem da Assunção, não sem receio do que me poderia acontecer.

Pouco havia que os de minha companhia se tinham apartado, quando vi dois tapuias que vinham para onde eu estava, agigantados no corpo como o são quase todos, com seus aroos e frechas nas mãos, e cada um deles com seu ijocu, ou pau de matar, pendente do ombro d'reito. Adiantei-me a saudá-los em lingua tabajara ao que eles responderam no mesmo idioma, mal e barbaramente pronunciado. Pedi-lhes se quisessem sentar; e fazendo-o eles, lhes perguntei de que nação eram. Ao que eles responderam que Rerius, e que estavam em guerra com todas as nações circunvizinhas, e com mais empenho com o tapuia guanacé, por haver morto aos rerius um principal chamado Guatj e um soldado mais, ambos à traição e por engano; e que os mais principais dos rerius eram partidos para a costa do mar às frecheiras, a tirar frechas para se prepararem para a guerra que determinaram fazer ao inimigo tanto que entrassem as primeiras águas daquele ano. Era o que me dizia isto um Principal dos rerius, o qual, como acima disse, se chamava Arapá. Respondi-lhe que sendo eles tão valentes, como todos confessavam, me maravilhava muito que as outras nações se atrevessem a provocá-los porém que em lhe matarem o Principal à traição mostravam serem covardes e que se não atreviam a pelejar com os rerius, cara a cara. Louvei-lhe a resolução de quererem ir buscar ao inimigo em suas próprias casas, e que nisso mostravam serem valentes e destemidos. Respondeu-me que já se tinham vingado do guanacé, porque também lhe haviam morto outro principal e dois soldados mais, porém que se não davam por satisfeitos se os não matassem a todos e lhes cativassem as mulheres e filhos. Falei-lhes à vontade e lisongeei-os em quanto pude, porque assim me convinha a mim e ao meu intento.

E tanto que vi davam graças ouvindo ao que lhe dizia, lhe comeciei a louvar a paz e encarecer-lhe as conveniências dele, que tendo paz com as mais nações livres e sem sobressaltos fariam suas correrias pelos campos e matos, buscando o sustento para suas mulheres e filhos, e assim se criavam estes para sucessoras de seus pais, livres de os contrários por algum sucesso adverso os cativarem, que eu era Sacerdote do grande Deus, Senhor de todas as coisas, e por sua vontade viera àquelas terras a pôr em paz a todas as nações daquela costa; e trazer-lhes outro modo de vida diferente da de seus avós, com o qual viveriam quietos e sossegados e os faria também amigos dos brancos, dos quais poderia haver machados para tirar mel e me obrigava a falar às mais nações para que quisessem aceitar a paz. Ao que me respondeu o principal: que de muito boa vontade faria o que eu lhe dizia, pois era tão grande pagé, porém que suposto as outras nações lhe tinham dado causa para a guerra, também fossem os primeiros em lhe pedir a paz, e nesta conformidade a não negariam a ninguém. Prometi-lhe procurar que as mais nações o fizessem assim. Perguntei-lhe se de boa vontade faria pazes com o gentio tabajara de língua geral. Respondeu que sim, e que deles não havia recebido tanto agravo como dos outros tapuias, pelo que se trazia eu alguns em minha companhia, pois não era possível andar só e sem guia por aquele sertão, que bem os podia chamar, porque logo faria pazes com eles. Parti-me logo a chamar os índios que estavam emboscados, um dos quais era o Principal Dom Jacob de Sousa, e contando-lhe o que havia passado se veio com os mais em minha companhia, não sem receio de alguma traição ou emboscada oculta do tapuia. Chegaram à fala, fizeram seus

arrazoados de parte a parte, alegando a fidelidade e paz que seus avós e antepassados mutuamente observaram sempre, até que chegaram a dar a mão um ao outro, repetindo três vezes, em alta voz, esta palavra "guiaôa!" que quer dizer paz, reservando as mais solenidades deste ato para quando uns e outros se achassem juntos, como ao depois fizeram. Parti para o mar, e o Principal tapuia mandou logo o soldado, que consigo trouxe, a ouvir aos mais principais da sua nação que, como já disse, eram partidos para a mesma parte, para onde iam, a tirar fruchas; e aqui se vê bem que foi permissão divina o fazermos as pazes com o tapuia neste lugar, porque se a mão fizéramos, em a costa do mar havíamos de cair na mão do tapuia estando ele lá com o poder junto, porque eram os que ali estavam três principais com as suas tropas de gente armada. Partiu o mensageiro adiante a dar o aviso, e nós fomos seguindo a nossa marcha com os vagares de quem, pelo mesmo caminho, vai buscando o sustento.

Caminhamos quatro dias pela beira do rio Acaracu abaixo, e ao cabo deles encontramos oito tapuias que, da parte de seus principais, vinham ao nosso caminho com refresco de peixe assado em mocaém e cabaços de mel de abelha. Estimei muito o presente pela necessidade em que me achava." (Ob. cit. p. 44 — 46.)

Aí está a descrição comovente do primeiro encontro da mensagem do evangelho com os tapuias da Meruoca, na primeira viagem missionária feita pela ribeira do Acarau. Foi no final desta mesma excursão que o Pe. Ascenso Gago tentou catequizar também os tremembés aldeados em Almofofa onde se fundou a Missão do Aracatimirim. A primeira capela desta Missão foi construída pelo sacerdote secular Pe. José Borges de Novais que ali chegou no ano de 1702.

F O N T E S D E E S T U D O

- ARAÚJO F. Sado de — “Cronologia Sobralense”
— Fortaleza, 1974.
- LEITE, Serafim, SJ. — “História da Companhia
de Jesus no Brasil” — Vol. III, Imprensa Nacio—
nal, Rio, 1943.
- SOBRINHO, Tomás Pompeu, — “Os Tapuias do
Nordeste e a Monografia de Elias Herckman”,
in RIC, t. 48, p. 7 — 28.
- SOBRINHO, Tomás Pompeu — “Tapuias do Nor—
deste”, in RIC, t. 53, p. 221 — 235.
- STUDART FILHO, Carlos. — “Notas Históricas
sobre os Indígenas Cearenses”, in RIC, t. 45,
p. 53 — 103.

A Catequese dos Padres Seculares

Agregada a nação dos rerjús à Missão da Ibiapaba no ano de 1693, coube aos Jesuitas dar assistência espiritual aos índios da serra da Meruoca. Esta assistência foi porém esporádica e de difícil execução, limitando-se a uma ou duas visitas dos padres da Companhia de Jesus.

Nesse mesmo tempo, exatamente a 10 de dezembro de 1696, foi provida de novo vigário a igreja do Forte da Capitania do Ceará Grande por força de Ordem Régia enviada ao Bispo de Pernambuco tendo sido nomeado o Pe. João Leite de Aguiar, natural de São Paulo, de onde saiu em 1689 como capelão do terço de paulistas.

A jurisdição oficial eclesiasástica de toda a Capitania era sujeita à freguezia do Forte que compreendia todo o território do Ceará, com limites ainda indefinidos, despovoado de gente branca e ainda sem capela a não ser a de N. Sr^a. da Assunção da Ibiapaba já sob a direção dos Jesuitas desde 1656. A assistência religiosa ao interior por parte deste vigário, que pediu exoneração logo no fim do ano de 1697 por desavença que teve com os soldados do presidio, restringiu-se a conceder autorização ao sargento-mor Leonardo de Sá, oficial do mesmo presidio a emprender viagem de reconhecimento à ribeira do Acaraú.

A EXCURSÃO DE LEONARDO DE SA

Nesse mesmo ano de 1697, o sargento-mor Leonardo de Sá aventurou-se a penetrar no interior, tendo sido o primeiro povoador desta região do rio Acaraú. Ao solicitar do Governador de Pernambuco confirmação de uma sesmaria que lhe foi concedida nas margens do Acaraú pelo Capitão-mor do Ceará, Francisco Gil Ribeiro, diz textualmente na petição: "ser ele suplicante o primeiro povoador da dita R beira e havendo respeito ao excessivo gasto que fez e despendeu de sua fazenda em fazer aldear o gentio bravo que nela habitava reduzindo-os ao grêmio da Igreja, como consta das certidões do vigário daquela Capitania e dos missionários, sendo o suplicante povoador das terras no ano de 97 em que não havia tributo nem pensão como consta da certidão dos Padres da Companhia missionários da serra da Ibiapaba, por cuja causa deve ser isenta a confirmação da dita data..." (Documentação Histórica Pernambucana — Sesmarias — Vol. I — Recife — 1954, p. 80).

Pela leitura da petição, vê-se que Leonardo de Sá procurou trazer ao grêmio da Igreja os tapuias da região que tinham seu reduto e principal concentração na serra da Meruoca. Católico praticante, embora interessado mais em reconhecer terreno para adquirir sesmarias, para si, Leonardo de Sá fez um trabalho de catequese entre os indígenas merecendo constar na história religiosa desta região.

Era pernambucano, filho do Alferes Manuel Ribeiro Azevedo e de Maria Madalena de Sá. Veio para o Ceará por volta de 1670, servindo inicialmente de soldado no Forte, na praça da companhia chefiada pelo Cap. Domingos Gonçalves Freire e pelo Cap. Francisco Nogueira. É irmão do Capitão Sebastião

de Sá que governou o Ceará de 1678 a 81 e de 1684 a 87.

Foi ele realmente o primeiro povoador e o primeiro missionário leigo da região. Influenciou profundamente na difusão da devoção à N. Senhora da Conceição, orago de quase todas as primeiras capelas construídas no vale do Acaraú, tais como Almofoala, Meruoca, São José, Santa Cruz, Mundau, Ipueiras, Barra do Acaraú e Caiçara.

Leonardo de Sá tem também seu lugar na história religiosa da Meruoca por ser pai do Cel. Sebastião de Sá, doador da terra para construção do patrimônio da Capela de N. Sr^a. da Conceição dessa serra, como se verá. O Cel. Sebastião de Sá, casou-se com Cosma Ribeiro Franca e residiu na Meruoca durante muitos anos onde deixou filhos. Mais adiante falaremos sobre sua pessoa, seus filhos e sua atribulada existência.

Leonardo de Sá, além do Cel. Sebastião, teve ainda os seguintes filhos:

1. MARIA DE SA, que se casou com o Capitão Félix da Cunha Linhares, construtor da primeira capela de N. Sr^a. da Conceição, no sítio São José (1718).
2. PAULA DE SA, que se casou com Nicolau da Costa Peixoto, doador de parte do patrimônio da Capela de N. Sr^a. da Conceição de Santa Cruz, hoje Bela Cruz (1732).
3. LEONARDA DE SA, que se casou com o Cap. Francisco Dias Peixoto falecido a 9 de junho de 1730 e sepultado na capela de N. Sr^a. da Conceição do Sítio São José de seu cunhado Félix da Cunha Linhares.

Leonardo de Sá foi vereador da Câmara de Aquiraz no ano de 1701. Em nosso livro "Cronologia Sobralense", vol. I, passim, encontram-se muitas outras informações sobre sua vida e seus filhos.

A AÇÃO DO PE. JOSÉ TEIXEIRA DE MIRANDA

Com a chegada dos primeiros colonizadores brancos para ocupar as terras recebidas em sesmaria, começaram as lutas para vencer a resistência dos indígenas contra os novos posseiros.

O conflito, que durou mais de dez anos, teve momentos dramáticos quando muitas vezes o ódio e a violência chegaram a atos de extrema barbaridade de ambas as partes.

Para tentar a conciliação, foram enviados por ordem do Governador de Pernambuco alguns padres seculares para junto dos índios que resistiam com maior agressividade. O Pe. José Borges de Novais foi enviado para os tremembés aldeados na Almofala (1702), o Pe. Antônio de Sousa Leal para junto dos acenguaçus na ribeira do baixo Coreaú (1712), e o Pe. José Teixeira de Miranda para os reriús da Meruoca (1712).

O Pe. Miranda veio com a tropa que estava sob o comando do Cel. José de Lemos, o qual já era possuidor de duas sesmarias que conseguira nesta região a 20 de setembro de 1706 e janeiro de 1708, respectivamente. O Cel. José de Lemos foi vereador na Câmara de Aquiraz e se destacou nestes combates contra os reriús que se amotinaram sobre a serra da Meruoca. Pe. Miranda tudo fez para conseguir pacificar os ânimos, tendo mandado recolher muitos índios à Ibiapaba onde ficavam sob a proteção do Pe. Ascenso

Gago. Os demais foram aldeados na própria serra da Meruoca em torno da capela de taipa, coberta de palha, construída pelo Pe. Miranda, à margem esquerda do riacho Itacaranha (pedra roída). Este sacerdote permaneceu ali cerca de três anos, tendo depois se recolhido à capela da Missão de Aracatimir em Almofala, em companhia de seu irmão Pe. José Borges de Novais, falecido a 2 de dezembro de 1721.

Pe. José Teixeira de Miranda era português, natural de Alfarela, sendo filho de José Novais de Sampaio. Segundo o Barão de Studart, (in RIC, t. 37, p. 217) este sacerdote trabalhou cerca de 25 anos sob a jurisdição do Bispo de Pernambuco.

A resistência indígena recrudescera no ano de 1713 com a participação dos próprios índios aldeados e catequizados, quando se travou verdadeira guerra que se alastrou também em Aquiraz e nas regiões ribeirinhas do Jaguaribe, Choró e Banabuiú.

Alguns momentos desta carnificina estão descritos pelo historiador Carlos Studart Filho em seu artigo "A Rebelião de 1713" publicado na Revista do Instituto do Ceará — t. 77, p. 9 — 24.

O CURATO DO PADRE MATINHOS

Em março de 1698 chegou ao Ceará o Pe. João de Matos Serra, português que antes missionara em Pernambuco durante alguns anos; especialmente em Inhamá. Foi enviado ao Ceará como vigário em substituição ao Pe. João Leite de Aguiar.

O Pe. João de Matos Serra tinha um sobrinho, também sacerdote, o Pe. João de Matos Monteiro, conhecido vulgarmente pela alcunha de Pe. Matinhos

Este sacerdote foi enviado ao Ceará em 1716, tendo recebido do tio a incumbência de catequizar os índios reritús na ribeira do Acaraú. Por aqui esteve este sacerdote inicialmente como missionário, e posteriormente como responsável pelo Curato do Acaraú criado a 28 de março de 1722, tendo permanecido no cargo até 1724. Continuou o trabalho de pacificação dos índios da Meruoca iniciado pelo Pe. Teixeira de Miranda.

Pe. Matinhos entrou em desavença com o Padre Ascenso Gago, superior da Missão da Ibiapaba, por motivos de Jurisdição, provocando, na expressão do Pe. Serafim Leite SJ., verdadeira "tempestade que os padres da Ibiapaba tiveram que vencer: A papelada, a que isto deu lugar, é incrível, processo e contra-processo, tudo no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa". (ob. cit. p. 68).

Como o Pe. Ascenso Gago, com quem Pe. Matinhos se desentendeu faleceu a 17 de maio de 1717, conclui-se que este antes desta data assumira o curato do Acaraú e, conseqüentemente, a catequese dos reritús da Meruoca. Este fato põe por terra as informações dos que afirmam que o Pe. Matinhos chegou a esta ribeira apenas no ano de 1722. Já em 1724 foi nomeado para substituí-lo o Pe. Pedro da Cunha que não chegou a tomar posse, sucedendo-lhe o Pe. José Dias Ribeiro que esteve no cargo apenas durante os primeiros seis meses do ano de 1725.

Em outubro do mesmo ano, o curato foi assumido pelo Pe. José da Costa Ribeiro, tendo como coadjutor o Pe. Dionísio Teixeira de Lira.

O PATRIMÔNIO E CONSTRUÇÃO DA CAPELA

Pelo ano de 1724 chegou à Meruoca o primeiro casal de brancos com a intenção de fixar residência.

Era a família do Cel. Sebastião de Sá e sua mulher Cosma Ribeiro França. Fundaram posse da terra que receberam em sesmaria, medindo duas léguas e meia, às margens do riacho Itacaranha. Construíram casa de morada e engenho de rapadura. Entraram em desentendimento com a cura Pe. Matinhos por não querer permitir a destruição da capela de taipa e palha para ser construída uma outra de tijolo e cal, tendo por orago Nossa Senhora da Conceição. Prometeu o Cel. Sebastião de Sá constituir o patrimônio da dita capela fazendo doação de "meia légua de terra, cem vacas parideiras e uma engenhoca de fazer mel." Conforme informa o Pe. João Ribeiro Pessoa em suas "Notícias da Freguesia de N. Senhora da Conceição da Caçara" escritas em 1767 e publicadas na Revista do Instituto do Ceará, tom. 2, ano de 1888, a escritura de doação foi feita apenas em 1727, quando era cura o Pe. João da Costa Ribeiro. Realmente, a 25 de setembro deste ano a capela já se encontrava em funcionamento, como se vê da leitura do seguinte assento de batismo: "Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de mil setecentos e vinte e sete na Capella de N. Sr.ª da Conceição da Beruoca baptizou de minha licença o R. P. Dionísio Teixeira de Lira a Maria filha legítima do Cel. Sebastião de Sá e de Cosma Ribeiro, foram padrinhos Antônio de Sá Barroso filho do dit.º Coronel e Maria da Fonseca, filha do Cap. Luiz da Fonseca Milanez, todos desta freguesia de que fiz este termo era ut supra. Pe. João da Costa Ribeiro". (1.º Liv. Batismo, 1725 — 53, fl. 13.) O Cap. Luiz da Fonseca Milanez era casado com Maria Valcacer e faleceu poucos anos depois, uma vez que a viúva casou-se em segundas núpcias, a 2 de março de 1734, com o viúvo Lourenço Guimarães de Azevedo, doador do patrimônio da Capela de N. Sr.ª do Rosário de

Groairas.

Quatro dias antes da administração deste batismo, dia 21 de setembro que era um domingo, houve outro batizado ministrado pelo mesmo sacerdote, mas não na capela, como se vê do seguinte texto: "Aos vinte e hum dias do mês de setembro do ano da mil setecentos e vinte e sete na serra da Beruoca baptizou de minha licença o R. P. Dionísio Teixeira a Apolinário filho leg. mo de Aurélio Gomes e de Mariana de Brito, foram padrinhos Domingos da Costa e Maria Fiesco mulher de João Fernandes Netto, todos desta freguezia de que fiz este termo era ut supra. Pe. João da Costa Ribeiro" (Ibidem, fl. 9).

Também sem mencionar a capela está o texto do primeiro registro de batismo em que aparece, pela primeira vez, a palavra Beruoca. Foi no mês anterior ao dos dois acima citados, exatamente a 6 de agosto de 1727, dia de quarta-feira. Eis como foi redigido: "Aos seis dias do mês de agosto de mil setecentos e vinte e sete na serra da Beruoca baptizou de minha licença o R. P. Dionísio Teixeira a Joseph filho leg. mo. de João Dias Alvares e sua mulher Ignácia Saraiva, foram padrinhos Luiz Nicolás e Cosma Ribeiro mulher do Cel. Sebastião de Sá todos moradores nesta freguezia de que fiz este termo era ut supra. Pe. João da Costa Ribeiro" (Ibidem, fl. 9).

A análise atenta do texto destes registros de batismo nos leva a crer que provavelmente a Capela da Meruoca foi benta no domingo dia 21 de setembro de 1727. A razão desta dedução é que geralmente estas solenidades, segundo velho costume, se realizam em dia de domingo. O dia 25 de setembro, data em que pela primeira vez se fez menção à "Capella de N. Sr^a da Conceição da Beruoca", foi um dia de quinta-feira, e o domingo anterior fora exatamente o dia 21.

É verdade que nesse dia houve administração do batismo fora da capela o que talvez se explica por que tenha sido realizada antes da cerimônia da benção.

É interessante notar que os registros de batismo foram escritos de próprio punho pelo Cura Padre João da Costa Ribeiro, como se pode concluir pela identidade de caligrafia do texto e da assinatura, e o sacramento ministrado, por licença do mesmo Cura, pelo Pe. Dionísio Teixeira de Lira. Este fato revela que ambos os sacerdotes trabalhavam juntos e foram juntos preparar a solenidade da benção da nova capela. Leva à mesma conclusão observar que embora feitos por sacerdotes diferentes, há coincidência de datas entre a administração do batismo e o registro do mesmo, pois no mesmo dia em que se administrou o batismo foi escrito o registro. O coadjutor Padre Dionísio batizou e o cura Padre João da Costa fazia os respectivos registros no livro competente. É o que se conclui da afirmação: "fiz este termo era ut supra", que traz no final, expressão latina que significa: era, isto é data, como acima. O registro foi escrito do mesmo dia do batismo, o que naquela época de difícil locomoção não poderia acontecer se os dois sacerdotes não estivessem no mesmo local. O cura Pe. João da Costa Ribeiro, nestas viagens tinha mais a tarefa de doutrinar e de organizar a missão, enquanto o coadjutor, de sua licença, se incumbia da administração dos sacramentos. Na verdade, foi o cura que cedeu a benção solene da capela, com licença do Bispo de Pernambuco Dom José Fialho, conforme infirma, apenas quarenta anos depois, o Pe. João Ribeiro Pessoa em suas já citadas "Notícias".

Estes dois sacerdotes ainda permaneceram na serra pelo menos por mais um mês como se depreen-

de do seguinte registro: "Aos vinte dias de outubro de mil setecentas e vinte e sete na Capela da Beruoca baptizou de minha licença o R. P. Dionísio Teixeira de Lira a Josepha filha leg. ma de João Dias e Ignácia Saraiva, foram padrinhos Luiz Nicolas e Cosma Ribeiro sua mãe e mulher do Cel. Sebastião de Sá, todos desta freguezia de que fiz este termo era ut supra. Pe. João da Costa Ribeiro" (Ib. dem, fl. 13 v.)

Foram estes os únicos quatro batizados ministrados na Meruoca durante todo o ano de 1727. Somente os dois últimos, o de 25 de setembro e o de 20 de outubro, foram realizados no interior da capela.

O patrimônio somente foi julgado por título canônico no ano de 1767 quando a capela foi visitada pelo Pe. Dr. José Teixeira de Azevedo, Visitador canônico dos sertões do Norte.

A FAMÍLIA DO CORONEL SEBASTIÃO DE SÁ

Se ao Pe José Teixeira de Miranda, construtor da capela de taipa em 1712, cabe o título de fundador de Meruoca por ter escolhido ali o local para aldear os índios, o mesmo onde hoje se encontra a cidade, ao Cel. Sebastião de Sá deve ser creditada a glória de ter consolidado esta escolha e ter possibilitado o seu desenvolvimento. Foi realmente em terras do seu patrimônio, dadas à capela que construiu de tijolo e cal, que os foreiros edificaram todos os prédios da cidade.

O Cel. Sebastião de Sá era natural de Pernambuco, filho de Leonardo de Sá e Maria Madalena de Sá. Emigrou para a Ceará já casado com Cosma Ribeiro Franca, estabelecendo-se na Meruoca pelo ano de 1724. Foi o primeiro casal branco a fixar

residência na Meruoca. O Cel. Sebastião de Sá foi dos homens mais influentes, política e econômica mente, nos primórdios da colonização da Ribeira do Acaraú. Juntamente com o Cap. Aurélio Gomes Linhares, foi um dos cabeças do levante de 1732 quando o Ouvidor Loureiro, resistindo às ordens régias para entregar a ouvidoria ao seu sucessor Pedro Cardoso Novais Pereira.

Sebastião de Sá foi acusado de provocar desordens, de apoiar o Ouvidor Loureiro e de ter perseguido o primeiro cura Padre Matinhos. Processado, foi preso e remetido para a Relação da Bahia em cuja cadeia faleceu em outubro de 1741. Seu inventário foi feito no sítio São José no dia 23 de novembro de 1742.

Do matrimônio de Sebastião de Sá e Cosma Ribeiro nasceram os seguintes filhos:

1. SARGENTO-MOR ANTÔNIO DE SÁ BARROSO, c.c. Inês de Araújo Vasconcelos, filha do Cap.

Manuel de Goes e Marinha de Araújo Vasconcelos, a 9 de fevereiro de 1723, na Capela de N. Sra. da Soledade de Gargahu.

2. SEBASTIÃO DE SÁ (Júnior), batizado a 26 de julho de 1729 na Capela de São José, c.c. Maria do Ó dos Prazeres, filha do escrivão José do Rego Monteiro e Maria Pereira, a 27 de maio de 1748.

3. MARIA DE SÁ, batizada na Capela de Meruoca a 25 de setembro de 1727, c.c. o Alferes Manuel Francisco de Oliveira o qual faleceu em dezembro de 1755 em Fortaleza.

O Coronel Sebastião de Sá teve duas filhas naturais, nascidas da índia Madalena Saraiva, que foram:

1. MARIA JOSÉ, c.c. Inácio Dias Ribeiro, filho natural de Isabel Ribeiro, índia mameluca forra a 29 de agosto de 1743, na Fazenda Lagoa do Sargento-mor Antônio de Sá Barroso. Inácio Dias foi criado pela mãe do Pe. Manuel Poderoso de Moraes, sacerdote que faleceu na Meruoca a 27 de setembro de 1736 e de quem falaremos adiante.

2. SEBASTIANA SARAIVA, c.c. Pascoal Leitão de Abreu, filho de Manuel de Goes e Marinha de Araújo Vasconcelos.

Dona Cosma Ribeiro Franca, antes de casar com o Cel. Sebastião de Sá, tivera também dois filhos naturais que foram:

1. LUIS NICOLAU HENRIQUES, solteiro, participante da Rebelião de 1732, condenado e preso pela Relação da Bahia, deportado para Angola onde faleceu.

2. ANTÔNIA DIAS RIBEIRO, c.c. José Barbosa de Carvalho.

Como se vê quase todos estes nomes estão citados nos registros de batismo da Meruoca.

Do inventário do Cel. Sebastião de Sá consta ter deixado os seguintes bens de raiz:

— Uma légua e meia de terra na serra da Meruoca no valor de 75\$000.

— Três léguas de terra no sítio Marrecas do riacho Jatobá, ribeira do Acaraú, no valor de 300\$00.

— Uma légua de terra no sítio Tapera, em litígio com Manuel Francisco de Oliveira, seu genro, no valor de 30\$000.

— Uma légua de terra no sítio Morro, litigiosa com Antônio de Sousa Carvalho, no valor de 25\$000.

— Três léguas de terra no sítio chamado Castelo do riacho do Aracatimirim, em litígio com o Pe. Estevão Paz Barreto, no valor de 240\$000.

— Uma légua e meia de terra no sítio Olho d'Água de Moritapuá, no valor de 200\$000.

— Uma casa de morada na vila de Fortaleza no valor de 150\$000.

Todos estes bens foram sequestrados e vendidos em hasta pública.

O INVENTÁRIO DO PADRE PODEROSO

A 27 de setembro de 1736 foi sepultado na Capela de N. Sr^a. da Conceição da Meruoca, o Pe. Manuel Poderoso de Moraes, sacerdote secular, natural de São Paulo. Seu inventário foi feito no sítio Andu Sapó, ribeira do Acaraú, a 25 de setembro de 1737, perante o juiz de órfãos Sargento-mor Pedro Barroso Valente e o escrivão Manoel Vieira de Sousa.

Todo o inventário é realizado em torno de um bilhete, escrito pelo Sacerdote falecido, encontrado

entre os seus documentos. É o seguinte o texto do bilhete-testamento: "Declaro que o que possuo hé o seguinte, a saber, Nicolau crioulo, Lourenço mulato, Maria mulata, os quais por minha morte os deixo por esmola a Ignacio Dias Ribeiro, pelo ter criado a minha mãe".

O legatário é filho natural de Isabel Ribeiro, "mameluca forra natural de São Paulo Capitania", e nasceu no ano de 1725, pois no inventário aparece com idade de 12 anos. Casou-se a 29 de agosto de 1743 com Maria José, filha natural do Cel. Sebastião de Sá e de Madalena Saraiva. Foi educado pelo Pe. Antônio dos Santos Silveira, professor particular que se dedicou ao magistério na ribeira do Acaraú, conforme consta das declarações do tutor Antônio da Costa Sousa feitos ao juiz de órfãos a 26 de novembro de 1739 no "sítio Olho d'Água de N. Sr^a. da Conceição do Acaraú-mirim de c^{ma}".

Dos escravos deixados pelo Padre Poderoso, temos notícias de Nicolau que permaneceu em casa de seu senhor Inácio Dias até à velhice, enquanto o mulato Lourenço foi assassinado a tiro de espingarda por seu irmão de nome Manuel, "como é bem notório em cima da serra".

Não sabemos quando o Pe. Manuel Poderoso chegou à serra da Meruoca. O documento mais antigo em que aparece o seu nome tem data de 4 de outubro de 1735 e tem o seguinte teor: "Aos quatro dias do mês de outubro do dito anno atrás declarado baptizou de minha licença nesta dita capela de Nossa Senhora da Conceição do Sítio São José o R. P. Dionísio da Cunha a Agueda, filha de Francisca, solteira, escrava do R. P. Manuel Poderoso de Moraes sem santos ócios. Foram padrinhos Luiz Nicolau, solteiro, e Antônia Ribeiro mulher de José Barbosa de que fiz este termo digo assento (sic) aos vinte e

sete dias do mês de outubro do dito anno atrás declarado que em verdade assignei. Elias Pinto de Azevedo, cura e vigário da vara do Acaraú (Liv. Batismos, 1725 — 1749, fl. 46v.)

Os padrinhos Luiz Nicolau e Antônia Ribeiro eram irmãos, ambos filhos de Osma Ribeiro Franca, que foi esposa do Cel. Sebastião de Sá.

Consta que o Pe. Poderoso estivera anteriormente missionando pela ribeira do rio Curu na qualidade de capelão da primeira igreja ali construída.

O CURATO DO PADRE ELIAS

Em outubro de 1734 assume as funções de cura e vigário de vara da Ribeira do Acaraú o Pe. Elias Pinto de Azevedo, português natural de Coimbra, que permaneceu no cargo até 29 de janeiro de 1740. O seu antecessor Pe. Isidoro Rodrigues Resplandes (1730 — 1734), dera pouca assistência espiritual à serra da Meruoca, pelo que o Pe. Elias resolveu intensificar esta assistência enviando frequentemente sacerdotes seculares à capela e aos sítios meruocanos.

Foram os seguintes os padres que fizeram este apostolado:

— O Pe. Dionísio da Cunha Araújo já ali se encontrava em outubro de 1735 permanecendo durante todo o ano de 1736, tempo em que administrou o sacramento do batismo a várias crianças, algumas das quais levadas do sertão. Em maio de 1741 retorna à mesma capela.

— O Pe. João Salvador Aranda sacerdote pernambucano nascido em Olinda no ano de

1705, chegou ao curato do Acaraú no ano de 1737, iniciando um trabalho de visitas periódicas que se prolongou até 1768. Passou o mês de maio desse ano em Meruoca. Foram 30 anos de abnegação e sacrifícios.

Faleceu em Sobral a 23 de janeiro de 1769 com fama de santidade. Foi um incansável missionário que percorreu várias vezes todo o território do curato.

— Outro sacerdote que esteve em Meruoca neste período foi o Pe. Antônio dos Santos Silveira que residia na fazenda Curral Grande, local onde hoje se encontra edificada a cidade de Santana do Acaraú cuja matriz construiu inaugurando-a no dia 9 de agosto de 1739. Fez desobriga pela terra em 1737. Este sacerdote dedicava-se também ao magistério mantendo escola em sua residência. Em 1751 retornou a Pernambuco onde veio a falecer pouco tempo depois.

Foi durante o curato do Pe. Elias Pinto de Azevedo que a capela de Meruoca recebeu a mais assídua assistência religiosa da primeira metade do século XVIII.

O VISITADOR PADRE LINÓ

O Pe. Elias foi substituído no curato do Acaraú pelo Pe. Lourenço Gomes Lelou, natural de Olinda, nomeado que foi para tal função a 29 de janeiro de 1740, tendo permanecido no cargo até o mês de julho de 1744. Foi durante esse tempo que se realizou a

Visita-Canônica do Pe. Dr. Lino Gomes Correia, a quem se deve a escolha da fazenda Caiçara, origem de Sobral, para ser a sede fixa e permanente do Curato da Ribeira do Acaraú. No relatório desta visita escrito a 31 de julho de 1742, determina o Pe. Lino que o coadjutor Pe. José da Cruz Canero assumia o encargo da desobriga do preceito quaresmal aos moradores de cima da Serra da Meruoca e que o faça dentro da setuagésima até o domingo do Bom Pastor.

A Visita Canônica do Pe. Lino deu novo rumo à história religiosa do Curato do Acaraú pelas providências que determinou fossem tomadas principalmente quanto à construção da matriz na fazenda Caiçara, centro geográfico do território do mesmo curato, tornando-se um dos fundadores de Sobral. Homem culto e de muita visão, além de profunda vida de fé, era vigário colado da igreja paroquial de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia da Várzea, subúrbio de Recife, Capelão Fidalgo de Sua Magestade e Visitador Geral dos Sertões do Norte por nomeação do Exm^o. e Revm^o. Sr. Bispo de Pernambuco, Dom Frei Luís de Santa Tereza.

Filho da ilustre família pernambucana dos "Quatro Conhados", assim chamada porque quatro irmãs se casaram no mesmo dia conforme relata Borges da Fonseca na "Nobiliarquia Pernambucana", vol. I, p. 171. Pe. Lino era filho do Cel. Miguel Correia Gomes, cavaleiro Fidalgo da Casa Real e natural do Porto, e de Catarina Gomes de Figueiredo, uma das filhas dos quatro irmãos. Dos onze filhos deste casal, seis se fizeram sacerdotes. Foram eles, além do Pe. Lino os seguintes: Pe. Dr. Vicente Gomes Correia, jesuíta, deão da Catedral de Olinda e Governador do Bispado; Pe. Manuel Gomes Correia que foi o primeiro vigário da Matriz de N. Senhora

da Apresentação de Natal, R. G. do Norte, Frei Felipe Gomes, carmelita, que foi prior do convento da Paraíba; Frei Inácio Correia, irmão profess, da Companhia de Jesus, e o Pe. Luís Correia, sacerdote do Oratório de Nossa Senhora Mãe de Deus, "onde faleceu lendo filosofia".

Ao Pe. Lino, Meruoca deve a organização da desobriga do preceito pascal que ficou sendo feita sistematicamente com a permanência ali de um sacerdote durante mais de dois meses por ano.

No início do ano de 1746 teve início a construção da Matriz de N. Sra. da Conceição da Caiçara sob a direção do cura Pe. Antônio Carvalho de Albuquerque o qual passou a residir permanentemente em casa que construiu no quadro da igreja em construção. Com a fixação do padre na sede do curato a assistência religiosa ficou sendo feita na Caiçara para onde a população da vizinhança passou a acorrer. A capela de Meruoca passou assim por algum tempo inativa, já que o povo descia a serra quando necessitava de assistência religiosa. Por esta época, a Meruoca já se tornara o celeiro da região e quando, a 14 de junho de 1748, os vereadores de Aquidauz pensaram em transferir a sede da vila de Fortaleza para a Caiçara, em ofício dirigido a El Rei, entre os argumentos que justificavam sua pretensão, alegaram o fato de a nova Matriz estar "junto à serra da Meruoca que abunda a todos aqueles sertões de mantimentos".

A assistência religiosa à sede da Meruoca só voltou a se fazer novamente frequente depois do desmembramento do curato da Ribeira do Acaraú em quatro freguesias: Amontada, Granja, São Gonçalo da Serra dos Cocos e Caiçara. Este desmembramento foi feito por força de Provisão do Bispo de Pernambuco, Dom Francisco Xavier Aranha com data de 30 de agosto de 1757.

FONTES DE ESTUDO:

— LIVROS DE BATIZADOS, CASAMENTOS E ÓBITOS DO CURATO DO ACARACU — 1725 - 1757 — ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE SOBRAL.

— INVENTARIO DE SEBASTIAO DE SÁ — 3º. CARTÓRIO — SOBRAL.

— INVENTARIO DO PE. MANUEL PODEROSO — 3º. CARTÓRIO — SOBRAL.

— DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PERNAMBUCANA — SESMARIAS — VOL. I, RECIFE, 1954.

— STUART FILHO, Carlos — "A REBELIÃO DE 1713" in RIC tomo 77, p. 9 — 24.

— LEITE, Serafim — "HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL". Vol. III, Rio, 1943.

— ARAÚJO, F. Sadoe de — "CRONOLOGIA SOBRALENSE" — Vol. I, Fortaleza, 1974.

Nos Tempos da Capelania

Com a criação da Freguezia de N. Sr^a. da Conceição da Caiçara, a povoação de Meruoca passou a ser sede de capelania, por determinação do vigário Pe. Antônio Carvalho de Albuquerque, recebendo o seu titular o nome de capelão.

Este, não tinha obrigação de fixar residência na sede, mas o dever de lhe prestar assistência religiosa assídua, principalmente no tempo da Quaresma, da Páscoa e do Natal. No largo período de 122 anos que vai de 1757 até 1879, ano da criação da paróquia, Meruoca teve vários capelães e foi assistida por dezenas de sacerdotes, tanto seculares como religiosos.

O Pe. Manuel da Fonseca Jaime, vigário da Caiçara de 3 de abril de 1758 a 29 de junho de 1762, procurou apoiar o trabalho apostólico da capelinha, tendo feito várias visitas a Meruoca. No ano de 1760 criou a Irmandade de N. Sr^a. da Conceição, encarregando-a de fazer algumas reformas na capela e adquirir as alfaias e paramentos necessários ao culto. Os estatutos da Irmandade foram aprovados pelo Pe. Dr. Veríssimo Rodrigues Rangel, visitador canônico e vigário colado da Matriz de N. Sr^a. da Conceição de Maceió das Alagoas, que esteve na região de março a agosto de 1760.

O CAPELÃO PADRE SERRA

Um dos sacerdotes que mais se destacaram na assistência religiosa, à capelinha da Meruoca foi o Pe. Antônio Tomás da Serra. Natural de Goiana, Pernambuco onde nasceu no ano de 1711, chegou ao curato do Acaraú no ano de 1753, exercendo as funções de cooperador.

Com a criação da freguezia de São Gonçalo da Serra dos Cocos a 30 de agosto de 1757, foi nomeado primeiro vigário da nova paróquia, demorando-se nesta função até outubro de 1761 quando foi substituído pelo Pe. Antônio Salgueiro.

Voltou então a exercer as funções de cooperador da freguezia de N. Sr.ª da Conceição da Caiçara, dedicando-se também ao magistério. Normalmente dividia sua residência entre Sobral e Meruoca, permanecendo o tempo do verão, principalmente, em sua capelanía serrana. Assim viveu durante 26 anos, mais precisamente até 13 de agosto de 1787, dia em que veio a falecer. Dois dias antes, gravemente enfermo e não podendo mais escrever, ditou seu solene testamento ao Pe. Miguel Lopes Madeira Uchoa, que se encontrava no Sítio Santa Ursula de propriedade de seus pais, o qual o escreveu e cuja cópia se acha anexa ao inventário, hoje guardado no arquivo do 2º. Cartório de Sobral. Pe. Serra faleceu em Meruoca, mas foi sepultado na Matriz de Sobral.

De seu testamento transcrevemos alguns tópicos que achamos de algum interesse:

"Declaro que sou natural da villa Goiana, filho legítimo de Manoel da Serra Cavalcante e de Isabel Alvares de Castro, ambos falecidos.

Rogo em primeiro lugar a Domingos Machado Portela e a Alfereis André Rodrigues de Oliveira, moradores na freguezia de Granja, por me fazerem mercê, queiram ser meus testamenteiros.

Declaro que meus testamenteiros mandarão dizer por minha alma uma capella de missas e outra pelas almas dos cativos, todas de esmolas cada uma de duzentos e quarenta réis e para que com toda brevidade se digam, poderão mandá-las dizer em qualquer parte que lhes parecer e rogarão ao meu Reverendo Párroco que logo faça o meu ofício paroquial para o qual deixo a esmola de doze mil réis.

Declaro que deixo a doze pobres, a cada um uma pataca, e estes me farão esmola de me encomendar as almas de meus pais. (...)

Declaro que devo vinte e oito mil réis pela porção que recebi de hum anno que fui capelão nesta capela da Beruoca e conforme o meu assento tem quais são as pessoas de quem recebi este dinheiro e a quem se deve restituir.

Declaro que devo cinco poldros os quais meus testamenteiros entregarão ao meu Reverendo Párroco para que este siga a ordem que lhe se der de se restituirem aos seus donos. (...)

Declaro que meus testamenteiros ajustarão contas com o Capitão-mor Bento Pereira Viana, e se eu lhe ficar devendo, sem pôrem dúvida, lhe pagarão.

Declaro que entre meus bens que possuo, são seis escravos: Luiza, mestiça; Rosa, preta; Bárbara, preta; Eugrécia, preta; Gorgônio, mulato e José, mestiço, dos quais escravos deixo forra e liberta de todo o cativo a Luiza, mestiça.

Declaro que como me favorece muito o direito sem encargo de minha consciência a minha escrava Bárbara seja sempre cativa e meus testamenteiros

efetuem sempre em procurar o direito que me assiste em huma contenda que trago com Ana de Sousa acerca da troca dela com hum preto e nã caso de não querer a dita Ana de Sousa continuar na dita contenda queira receber os quarenta mil réis que ofereço pelo dito preto e neste caso meus testam. teiros lhe entregarão a dita quantia, e suposto que diga que a dita escrava seja sempre cativa, isto se não deve entender a respeito de se forrar, pelo que se poderá forrar por cento e vinte mil réis. (...)

Declaro que tenho três partidos de plantação de cana forreiros a N. Senhora que se não podem vender e só sim a planta, dos quais pago o dízimo a Deus e o foro a Nossa Senhora, do que não devo coisa alguma mais, a feitura deste meu testamento. Declaro que tenho plantado seis mil covas de mandioca em terras de Nossa Senhora de que lhe pago foro, e até a feitura deste testamento não devo coisa alguma desta cova.

Dá-se a minha irmã Brásia da Serra, assistente na vila de Goiana, por minha única e universal herdeira.

No arrolamento dos bens feitos pelo Juiz Ordinário, o Ten. Cel. Vicente Ferreira da Ponte, em Sobral a 24 de setembro de 1787, como consta do inventário, há dados interessantes sobre suas posses que somaram 801\$565 (oitocentos e um mil, quinhentos e sessenta e cinco réis. Em dinheiro contado possuía 155\$020, mas nada de terra, nem gado, nem ouro. Possuía uma foice de ferro, um machado, um par de fivelas de prata, uma bengala de cana da Índia com gastão e pé de prata, doze casa's de louça, um bispote de louça, duas espingardas velhas, duas libras de tabaco, um jogo de malas de madeira cobertas de seda, uma banca de cedro, um tamborete, dois banquinhos, duas cangalhas, uma sela velha

e uma engenhoca de moer cana. De material de professor, foi arrolada uma palmatória velha, além de quatro mãos e três cadernos de papel, dois pares de óculos com sua caixa de tartaruga, trinta e cinco livros entre maiores e menores e um quadro negro de cento. De material de Sacerdote, possuía um cálice de prata com patena e purificador, duas sobrepelizes velhas, um cubo de hóstias, dez libras de cera branca em pedaços, uma toalha da Bretanha com sua renda e uma candela de cobre.

Nessa época, residia na povoação da Meruoca o Alferes Domingos Carvalho da Encarnação, proprietário da única loja de armazinhos ali existente. Ao citado comerciante, conforme conta corrente apresentada em juízo, o Pe. Antônio Tomás da Serra, ao falecer, lhe devia o seguinte material:

— Oito meadas de linha	\$800
— Uma peça de chita cabloca	1\$680
— Oito meados de linha	\$300
— Três varas de pano de algodão	\$720
— 14 varas de pano de linho a \$400	5\$600
— Dois lenços de tabaco finos	1\$010
— Uma libra e $\frac{3}{4}$ de tabaco a \$480	\$340
— Seis cortes de chita da Índia	6\$000
— Um lenço branco	\$600
— Um bento grande	\$160
— Duas meadas de linha de França	\$240
— Duas (legível) a 1\$440	2\$880
— Três quartas de farinha a \$320	\$960

TOTAL

22\$240

O comerciante, por sua vez, devia ao Pe. Serra os seguintes gêneros:

— 500 rapaduras	10\$000
-----------------------	---------

- Meio alqueire de feijão \$800
 — Meio alqueire e uma quarta de arroz .. \$800

TOTAL: 11\$600

Justificadas as dívidas pelas testemunhas João Batista Vercosa, 58 anos, Alferes José de Farias Souza, 36 anos, e Cap. Francisco Duarte Teixeira, 42 anos, o Juiz ordenou que fosse entregue ao comerciante Domingos Carvalho da Encarnação a quantia de dez mil seiscentos e quarenta réis, saldo a que tinha direito.

MISSIONARIOS CARMELITAS

No ano de 1750, o curato de Caiçara foi visitado canonicamente pelo Pe. José de Aranda, vigário da freguesia de Nossa senhora das neves da Paraíba e visitador geral dos sertões do norte. Na provisão que deixou assinada a 20 de julho, proíbe "que sacerdotes religiosos administrassem sacramentos, já que os padres seculares são suficientes". Esta determinação não teve condições de ser observada por muito tempo, principalmente depois da transformação do curato em quatro freguesias (30 de agosto de 1757) e da expulsão dos Jesuítas da Serra da Ibiapaba por ordem de Pombal (4 de junho de 1759).

O que se vê, lendo os livros de batismos e sacramentos do tempo, é uma profusão de sacerdotes religiosos administrando sacramentos em todas as capelas e sítios da região. Houve mesmo uma organização de missões carmelitanas e franciscanas que enviava de Pernambuco seus sacerdotes para ajudar os vigários e capelães no trabalho apostólico.

Com relação à Meruoca, a Ordem do Carmo, tanto a Observante do convento do Recife como a da Reforma Turônica do Convento de Goiânia, dista-se pela presença de seus religiosos em missão pela serra durante mais de vinte e cinco anos.

Entre estes carmelitas salienta-se a figura simpática de Frei José de Santa Eulrosina, religioso da Reforma do Carmo, que aparece nos documentos locais desde 1770 até outubro de 1786, principalmente nos registros de sacramentos administrados na Meruoca. Procurei seguir-lhe os passos através da leitura de cada um dos registros de batismo, verificando que de 1772 a 1779 e de 1784 a 1786 permaneceu durante o ano inteiro na capela da Meruoca. Nos demais anos, embora sem deixar de se fazer presente na serra, fazia suas andanças missionárias pelo sertão. Durante 16 anos esteve na região, principalmente na serra. A partir de 1787 seu nome não mais aparece. Não encontrei o registro de seu óbito nos livros locais, pelo que deve ter se recolhido ao convento de Goiânia onde passou o final da existência.

O Padre-mestre Frei José dos Remédios, também carmelita da Reforma Turônica, esteve duas vezes na Meruoca: a primeira, de março a junho de 1772 e a segunda, em outubro de 1785. Dele sabemos que nasceu em 1712 e ingressou na Ordem do Carmo em 1729, pertencendo ao convento de Goiânia. Foi Prior Provincial do Carmelo de Pernambuco de 1790 a 1792.

Em 1782, exatamente nos meses de janeiro e fevereiro, aparecem nos registros da Meruoca os carmelitas Frei Miguel de São José e Frei Vicente de São José que administraram o batismo a várias crianças.

Do convento do Recife, religiosos do Carmo Observantes, estiveram em Meruoca o Frei Manuel da

Trindade Barreto (1759), Frei Domingos de Santana (1759), Frei Antônio Varela (1771), Frei Luís de Santana (1772), Frei Francisco da Anunciação (1777), e Frei João Félix de Santa Teresça que permaneceu de setembro de 1777 a 24 de novembro de 1778.

Há ainda notícia de Frei Vicente José da Sacra Família e Melo que faleceu na Caiçara a 9 de abril de 1766, com 33 anos, tendo sido sepultado na Matriz.

MISSIONARIOS FRANCISCANOS

Não tão intensamente quanto os carmelitas, sacerdotes franciscanos também estiveram em missões pela serra da Meruoca.

Os primeiros a aparecer nos registros eclesiásticos locais datam do ano de 1758 e são o Frei Antônio da Conceição Miranda e Frei Plácido de Santo Antônio. Este último, ainda em 1761 ministrava o sacramento do batismo, com muita frequência, na capela e no interior da serra.

Frei Félix da Assunção foi o que teve mais demorada permanência, uma vez que seu nome aparece em registros de 1766 a 1774.

De todos os missionários, porém, o que deixou mais profunda impressão na alma do povo foi o frade capuchinho Frei Vidal de Frascarola, mais conhecido por Frei Vidal da Penha por pertencer ao convento da Penha no Recife. Esteve na Meruoca, pela primeira vez, no mês de maio de 1786 e, pela segunda, em outubro de 1797. Ainda hoje são lembradas suas pregações que passaram de geração em geração. A ele são atribuídas várias profecias, muitas das quais tornaram-se lendárias.

A ORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Depois de vencida a resistência dos índios rerisús, o território da serra da Meruoca foi sendo ocupado aceleradamente pelos colonizadores brancos.

Os posseiros do sertão, não contentes com suas fazendas, procuraram também possuir sítios de plantar lavouras sobre a serra. Em 1767, conforme informa o Pe. João Ribeiro Pessoa nas suas "Notas", ali já havia "vinte engenhocas de fabricar mel". Os sítios já registravam abundante produção agrícola principalmente de mandioca, milho e algodão. Em menor quantidade havia plantios de feijão, arroz e mamona.

Por indicação de Mons. Fortunato Linhares em "Notas Históricas da cidade de Sobral", 1945, p. 45, o café foi introduzido na Meruoca, em 1747, pelo Capitão-mor José de Xerez da Fuma Uchoa que de volta de uma viagem que fez a Paris trouxe consigo uma muda desta rubácea plantando-a no sítio Santa Úrsula. "Desse planta, acrescenta ele, originaram-se quase todos os cafeeiros do Ceará." O dito Capitão-mor introduziu ainda em seu sítio a cultura da parreira, do tamarindo, mangueira e de outras árvores frutíferas. Passou a residir no sítio Santa Úrsula depois de seu casamento com Rosa de Sá Oliveira realizado a 21 de outubro de 1747.

O cultivo do trigo, sem muito resultado, foi começado pelo Pe. José Tomás de Albuquerque em 1866.

A 5 de julho de 1773 foi instalada a Vila Distinta e Real de Sobral em obediência à determinação do Governador de Pernambuco, Manuel da Cunha Meneres, que a 14 de novembro de 1772 resolveu erigir em Vila a povoação da Caiçara. Para consti-

tução do patrimônio da recém-criada vila, uma Resolução de 21 de julho de 1778 baixada pelo Ouvidor Geral José da Costa Dias e Barros determina que as terras das serras da Meruoca e Uruburetama ficam pertencendo à Câmara Municipal de Sobral. Os moradores em sua grande maioria sem título de posse, foram obrigados a pagar foro. O então Juiz Ordinário e Presidente da Câmara de Sobral, Polinardo Caetano Cesar de A. alde, acompanhado do escrivão Pedro Enes da Rocha Moreira e dos avaliadores Alferes José da Costa Sousa e Manuel Ferreira de Melo, dirigiram-se à Meruoca no dia 18 de novembro de 1778 para fazer tombamento, medição e avaliação de todos os sítios ocupados. Foram tombados 210 sítios, em sua grande maioria já minifundiários, o que prova o grande número de proprietários que em pouco tempo ocuparam todo o território da serra. São exceções os sítios que chegaram a medir uma légua de comprimento com outra de largura. A grande maioria deles chegava a uma média de 300 a 400 braças de frente com outras tantas de fundo. O maior proprietário de terra, nesse tempo, era Gabriel Ponciano de Albuquerque, cujo sítio Boa Vista media 2 léguas de comprimento por uma légua de largura. Na serra do Rosário o maior proprietário foi Feliciano Gomes de Castro, cujo sítio Jordão media meia légua de comprimento por 600 braças de largura.

A relação detalhada de cada um destes sítios que foram tombados nesse ano de 1778, se encontra no trabalho publicado pela SUDEC, em dois volumes, intitulado "Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará", Fortaleza, 1974.

Muitos posseiros reagiram contra a determinação da Câmara e não quiseram pagar as taxas de aforamento. O Capitão-mor José de Xerez Furna

Uchoa protestou veementemente contra tal determinação do Ouvidor Dias e Barros, tendo sua insubordinação lhe custado a prisão. Detalhes sobre este fato se encontram na "História de Sobral" de Dom José Tupirambá da Fresta, 2ª. ed., Fortaleza, 1974 p. 304 — 309.

O Cel. Sebastião de Albuquerque Melo e o Cap. Domingos Francisco Braga tiveram suas terras sequestradas e postas em hasta pública para novos aforamentos, porque se negaram a pagar as taxas da lei.

Com a primeira criação do município de Meruoca pela Lei 2.090 de 13 de novembro de 1885, a Câmara de Sobral deixou de arrecadar as taxas de aforamento. Supresso o município em 1920, foi novamente restaurado a 6 de junho de 1931. Com a segunda supressão em 1934, a serra da Meruoca passou a ser novamente distrito de Sobral. Três anos depois, exatamente a 22 de novembro de 1937 o Prefeito de Sobral, Vicente Antenor Ferreira Gomes, reorganizou as taxas de aforamento de todos os sítios da Meruoca que foram relacionados em dois livros de duzentas folhas.

Finalmente, com a segunda restauração do município pela Lei 1.152 de 22 de novembro de 1951, a própria Prefeitura de Meruoca passou a arrecadar os impostos territoriais.

OS TRÊS PADRES MIGUEL

Os três primeiros sacerdotes sobralenses chamaram-se Miguel e, coincidentemente, todos eles iniciaram suas atividades na serra da Meruoca. Foram eles os padres Miguel Lopes Madeira Uchoa, Miguel Lopes Freire e Miguel Francisco Mendes de Vasconcelos.

As informações biográficas sobre eles são bastante escassas, e por isso mesmo preciosas, pelo que sobre cada um transcreverei os apontamentos que consegui colher em diligentes pesquisas documentais.

1. PADRE MIGUEL LOPES MADEIRA UCHOA

Nasceu a 2 de abril de 1762. O termo que registrou seu batismo, melhor do que eu, presta as informações sobre seus progenitores:

"Aos cinco dias do mês de maio de mil setecentos e sessenta e dois, na Capella de Santa Cruz de licença minha o Rd. Padre Elias Pinto de Azevedo batizou e pôs os Santos Óleos a Miguel nascido aos dois dias do mês de abril filho de José do Xerez Furna natural da villa de Goiana e de sua mer. Rosa de Sá Oliveira, natural da mesma villa. Avós paternos Francisco Xerez Furna, natural de Goiana e sua mulher Dona Ignez de Vasconcelos, natural de Olinda. Avós maternos Manuel Vaz Carrasco, natural de Ipojuca e sua mer. D. Maria Magdalena de Sá, natural de Goiana. Forão Padrinhos Felix Ribeiro da Silva, souteiro, e D. Rosaura do Ó, mulher de Gonçalo Ferreira da Ponte, freguezes deste Curato, de que fiz este assento em que me assigno. Mel. da Folsaca Jaime, cura do Acaracu". (Liv. Bat. Caçara, 1760 — 64, fl. 36).

Seu pai, José de Xerez Furna Uchoa, tinha em grande consideração a nobreza e os brasões de sua ascendência, pelo que desejava ter um filho padre, sinal, naqueles tempos, da aristocracia da família.

De seu consórcio com Rosa de Sá Oliveira, realizado na Matriz da Caçara a 21 de outubro de 1747, nasceram sete filhos, dos quais apenas dois varões, Miguel e José de Lira. O primeiro, no designio dos pais, seria encaminhado ao sacerdócio. Realmente

assim aconteceu. O jovem Miguel aos 23 anos de idade, foi ordenado sacerdote, provavelmente na Diocese do Maranhão. Foi o primeiro Sobralense a se tornar sacerdote. Para a constituição do patrimônio canônico do novo presbítero, José de Xerez não hesitou de doar a melhor parte de seu sítio, Santa Úrsula, na época o mais bem cuidado e equipado sobre a serra da Meruoca.

Após sua ordenação, Padre Miguel Uchoa veio para a companhia de seus pais, tendo chegado ao sítio Santa Úrsula no mês de julho de 1783, ali permanecendo até abril de 1788. Nesse período de quase dois anos viveu as primícias de seu sacerdócio, celebrando missa e administrando os sacramentos pelas quebradas da serra. Dentro da família, porém, atravessou pesadas e dolorosas provações. Relatemos sucintamente estes pesados fatos.

Três meses após sua chegada, seu pai, homem íntegro e justo, e apesar do posto de Capitão-mor da Vila Distinta e Real de Sobral por Patente de 30 de julho de 1782, foi arbitrariamente preso por ordem do Governador Montaury e enviado para a Relação da Bahia a fim de ser julgado. Homem já de sessenta anos e com grande folha de serviços prestados à comunidade da vila de Sobral, José de Xerez reagiu violentamente contra a ordem do Ouvidor que declarou pertencentes à Câmara de Sobral as terras das serras da Meruoca e Uruburetama, passando a exigir dos moradores o pagamento dos foros, inclusive os atrasados, a contar do tempo da ocupação. O Capitão-mor teria de pagar avultada soma, pois há quarenta anos ocupava pacificamente o seu sítio Santa Úrsula. Enviou ele, com data de 20 de outubro de 1786, violentos ofícios de protesto ao Ouvidor Avelar de Barbedo que se encontrava nesse dia em audiência na vila de Sobral. Muitos

outros moradores desejavam também protestar, mas não o ousaram fazer. Comunicado o fato ao Governador Montany, este mandou que todos os desobedientes fossem presos. Todos fugiram e se retrataram, com exceção do Capitão-mor Jose de Xerez que não voltou atrás. Levado à presença do Governador em Fortaleza, este lhe disse: "Senhor Capitão-mor, aqui estão os officios assinados por V. Sia.. São as únicas provas que tenho de sua rebelião. Rasgue-os e dedare de aprovar o que fez em Sobral e tudo está acabado". O irioso preso sentindo-se humilhado, respondeu decididamente: "O Sr. Governador está enganado! O Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa não engole jamais aquilo que lança".

Foi o bastante para ser remetido para a Relação da Bahia onde foi condenado a sete anos de prisão em Pedras Brancas na África. O degredo não chegou a ser realizado, pois seus parentes e amigos conseguiram a comutação da pena por quinze mil cruzados, permanecendo porém a prisão e a proibição de entrar no Ceará por cinco anos. Somente em 1792 retornou ao seu sítio Santa Úrsula, tendo falecido a 1º. de abril de 1797.

Ainda não refeito dos sofrimentos causados pela prisão e ausência do pai, Pe. Miguel Uchoa, poucos dias depois, passa por nova provação. Falece sua irmã Maria José, com apenas 36 anos de idade, a 3 de dezembro de 1786. Há menos de cinco anos, exatamente a 8 de fevereiro de 1781, casara com Joaquim Madeira de Matos tendo deixado dois filhos na orfandade: Manuel Madeira de Matos (neto) e José de Xerez Furna Uchoa (neto). Foi nova desolação que caiu sobre a família. A notícia, nem ao menos pôde ser comunicada ao pai, preso e já muito torturado de sofrimentos.

A missa de Natal neste doloroso fim de ano foi

celebrada pelo novo sacerdote no alpendre do casarão do sítio Santa Úrsula, onde se reuniu toda a família enlutada em torno de Dona Rosa que, como mãe religiosa e temente a Deus, buscava na fé a força para não chegar ao desespero.

O ano de 1787 também foi cheio de dissabores para o jovem padre Miguel. Teve apenas a alegria de batizar seus sobrinhos nascidos naquele ano e de casar a sua única irmã que ainda estava solteira, a caçula Maria Manuela, então com 18 anos, pois nascera a 6 de dezembro de 1768. O casamento se realizou sem pompas e à noite na Matriz de Sobral, a 22 de março. O noivo era o Sargento-mor Francisco Antônio Linhares, seu primo legítimo, filho de Antônio Alvares Linhares e de Inês de Madeira de Vasconcelos. Deste casal nasceram quatro filhos: Antônio Januário Linhares, José de Xerez Furna Linhares, Veríssimo Francisco Linhares e Maria da Purificação.

No meado desse mesmo ano de 1787 a morte vem privar a família Xerez da amizade de dois sacerdotes que tanto haviam incentivado a vocação do jovem Miguel. O Pe. João Ribeiro Pessoa, pernambucano de Igarassu e parente de José de Xerez, vigário de Sobral desde 21 de dezembro de 1762, faleceu a 19 de maio. O outro sacerdote amigo da família, Pe. Antônio Tomaz da Serra, pernambucano natural de Goiana tal como o Capitão-mor José Xerez, faleceu três meses depois, a 13 de agosto, assistido pelo Pe. Miguel nos últimos dias de vida e que lhe escreveu o testamento. Dele já falamos nas páginas 54 a 58 deste livro. A perda dos dois protetores e colegas abateu também profundamente a alma do jovem sacerdote que, há pouco mais de um mês, sofrera já a perda de outra irmã, Francisca Xavier que falecera, com 36 anos, no dia 3 de

julho. Entre a morte dos dois colegas sacerdotes a morte de outra irmã. Francisca Xavier casou-se a 21 de setembro de 1778, com o Capitão Antonio Manuel da Conceição, e deixou três filhos na orfandade: Manuel José do Monte (Neto), Luzia e Maria da Penha.

Todos estes fatos aconteceram dentro de um ano, o primeiro ano de vida sacerdotal do Pe. Miguel Lopes Madeira Uchoa. O esplendor e a prosperidade da família do Capitão-mor, de carreira tão brilhante na vida social e religiosa de Sobral, começaram a declinar. Assim passa a glória do mundo...

Pe. Miguel Uchoa ainda permaneceu na Meruoca até março de 1788. A partir de abril seu nome não mais aparece nos documentos da época. Sabemos que seguiu para a paróquia de Oeiras, então capital do Piauí e pertencente à Diocese do Maranhão à qual se incardinara no ato da ordenação, tendo ali falecido antes de 1826.

O Barão de Studart em seu "Dicionário Bibliográfico Cearense" afirma que "faleceu como vigário do Piauí, deixando grande fortuna da qual todavia os herdeiros não quiseram se aproveitar por não ter estado em relação com eles".

Há algumas inverdades nestas poucas linhas do Barão, pois Pe. Miguel sempre esteve em relação com a família e os herdeiros quiseram se aproveitar da fortuna que deixou, e que não era grande.

A prova está no inventário do Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa e de sua mulher Rosa de Sá Oliveira feito em Sobral, em outubro de 1826, perante o juiz de órfãos Sargento-mor Narciso Marques do Rego Barros. Dona Rosa faleceu em junho de 1812.

O inventariante José de Lira Pessoa, irmão do Pe Miguel então já falecido, assim se refere ao sítio

sepultado na Matriz de Sobral como irmão da irmandade do Santíssimo e do Orago. Cinco dias depois, o filho Miguel completaria o terceiro aniversário de nascimento.

Ao falecer, Vicente Lopes residia no Alto do Sumaré em casa que ainda hoje se vê levantada por trás da capela daquele bairro sobralense.

A viúva Ana Maria, aos 35 anos de idade, sem pai e sem mãe, e agora sem esposo e com 8 filhos menores, viu-se de repente com a pesada obrigação de enfrentar sozinha as dificuldades que a nova situação de vida lhe apresentava. Só encontrou consolo e alento na fé em Deus que recebera da educação dos pais e do exemplo do esposo. Prometeu em humilde oração, encaminhar o filho Miguel ao sacerdócio na esperança de que Deus também encaminhasse para o bem toda a família.

Pe. Miguel preparou-se para o sacerdócio em Olinda, juntamente com seu primo Pe. Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães, filho de sua tia materna Francisca Xavier e que foi membro da Junta Provisória que governou o Ceará em 1822. Ambos são netos do Cap. Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus, fundadores de Sobral.

Pe. Miguel Lopes Freire começou suas atividades sacerdotais na qualidade de capelão de Meruoca, onde já se encontrava a 3 de outubro de 1802, dia em que batizou a Miguel, filho de José de Lira Pessoa e de Inácia de Olanda Cavalcante. A última vez que seu nome aparece nos registros eclesiásticos da Meruoca data do dia 24 de outubro de 1805. Tendo adoecido, provavelmente de câncer, retirou-se para Sobral onde permaneceu até a morte ocorrida a 19 de janeiro de 1807.

O registro do óbito foi feito nos seguintes termos: "Aos dezanove de janeiro de mil oitocentos e

da Conceição que recebera de sua mãe viúva, como dote de casamento, um sítio chamado Jaibaras de Baixo que foi posteriormente trocado pela fazenda Corgo de Onça onde passaram a residir. Aí nasceram-lhe vários filhos, dos quais sobreviveram cinco varões e três mulheres, a saber: Quitéria, José, Inocência, Maria Luiza, Antônio, Miguel, Vicente e João. Miguel foi encaminhado ao sacerdócio e os demais constituíram família.

Vicente Lopes casou-se pouco mais de um mês após o falecimento de seu sogro, o Cap. Antônio Rodrigues Magalhães, proprietário da Fazenda Caiçara, que foi vítima de uma desastrosa queda de cavalo perto da fazenda Pindá de sua propriedade, hoje no município de Canindé, para onde viajara com o fim de ferrar seu rebanho. O óbito ocorreu a 2 de junho de 1757, no lugar chamado Renquengue, tendo o sepultamento se realizado no dia seguinte na Capela de N. Sra. da Soledade do Suipé. Com o falecimento de seu sogro, por ser o genro mais letrado, Vicente Lopes assumiu a orientação da família. A 31 de agosto de 1759 faleceu sua sogra, Dona Quitéria. Seis meses antes exatamente, a 17 de fevereiro de 1759, assinava escritura pública de doação das terras para a constituição do patrimônio da Capela de N. Sra. do Rosário dos Pretinhos, situada hoje no centro comercial da cidade de Sobral.

Além de Capitão de Ordenança e de fazendeiro, Vicente Lopes era comerciante. A 1.º de setembro de 1774 recebeu permissão da Câmara de Sobral para "ter sua venda com porta aberta nesta Vila".

Foi ainda almotacé no segundo semestre de 1773 e Procurador da Câmara durante todo o ano de 1775. No ano seguinte foi acometido de grande enfermidade vindo a falecer numa tarde de domingo, 4 de agosto de 1776, com 45 anos tendo sido

Padre Miguel Lopes Madeira Uchoa, deixou por sua morte na Província de Oeiras e nada pôde arrecadar; a quantia de dezessete mil quinhentos e noventa réis".

2. PADRE MIGUEL LOPES FREIRE

Nasceu a 9 de agosto de 1773, pouco mais de um mês após a criação da Vila Distinta e Real de Sobral, onde residiam seus pais. Foi levado para ser batizado no sítio Santa Úrsula, propriedade do prestigioso capitão José Xerez de Furna Uchoa que serviu de padrinho na festiva cerimônia religiosa.

O termo de seu batismo ficou assim registrado:

"Miguel, filho legítimo de Vicente Lopes Freire natural de Santa Maria Nova da Villa do Conde, Arcebispado de Braga, e de sua mulher Ana Maria da Conceição, natural da vila de Fortaleza do Ceará; neto paterno de Vicente Lopes Freire, natural de Lagos do Bispado do Algarve e de sua mulher Francisca Lopes, de Zurara do Bispado do Porto. Neto materno de Antônio Rodrigues Magalhães, natural do Rio Grande, e de sua mulher Quitéria Marques, natural de Fortaleza do Ceará, nasceu a nove de agosto de mil setecentos e setenta e três, foi batizado com santos óleos aos trinta e hum do dito mês e anno na Serra da Beruoca pelo Reverendo Padre João Ribeiro Pessoa, de minha licença, forão padrinhos o Capitão-mor José de Xerez Furna e sua mulher Dona Roza de Sá e Oliveira, moradores desta freguezia de que eu cura fiz este termo ao primeiro dia do mês de setembro do mesmo anno para constar e assignei. Luís Soares de Sousa, cura de Sobral" (Liv. Bat. Sobral, 1772-77, fl. 61).

O Cap. Vicente Lopes Freire, tronco da família Lopes nesta ribeira do Acaraú casou-se, na Matriz da Caiçara, a 23 de julho de 1757, com Ana Maria

Santa Úrsula que do patrimônio canônico do sacerdote passara automaticamente a pertencer aos herdeiros:

"Declarou mais o inventariante herdeiro existir em seu poder, pertencente ao casal dos ditos finados seus pais, hum sítio de terras de plantar lavouras em cima da Serra da Beruoca, denominado Santa Úrsula de cima, foreiro desta Villa do Sobral, com árvores de frutas, as quais terras extremam da parte de cima com terras do Sítio Frexeiras do Sargento-mor José Ferreira da Costa, e da parte de baixo extremam com terras do Sítio Santa Úrsula de Baixo, dele inventariante, e com terras do Sítio Baixa Grande dos herdeiros do falecido Antônio Alvares de Olanda; na largura extremam em cima da serra onde despendem as águas para o Sítio Santo Ignácio, e da outra banda da parte do poente em cima da serra onde despendem as águas para o Sítio São Joaquim e o Sítio Baixa Grande, as quais terras sendo todas dadas pelos sobreditos falecidos seus pais em patrimônio a seu filho o Reverendo Padre Miguel Lopes Madeira Uchoa, por falecimento deste reverterão ao casal dos mesmos falecidos na forma da condição com que foi feito o mesmo Patrimônio; avaliado pelos avaliadores no preço de cento e oitenta mil réis"

Quanto aos bens que deixou no Piauí, os herdeiros tentaram deles se aproveitar, não conseguindo, porém, apesar da custosa diligência que emprenderam. É o que consta do mesmo inventário na seguinte declaração:

"Declarou o mesmo inventariante herdeiro que este mesmo monte lhe he devedor, pelo que elle despendera de seu dinheiro na diligência que fez a benefício de todos os herdeiros a ver se arrecadava os demais bens que o sobredito falecido seu irmão,o

sete faleseo da vida presente o Padre Miguel Lopes Freire, de idade de trinta e três anos, de hum pos-tema com todos os sacramentos, envolto em vestes sacerdotais encomendado solenemente pelo Reverendo Vigário e sepultado nesta Matriz das grades para cima por ser irmão do Orago e para constar mandei fazer este assento em que me assigno. José Gonçalves Medeiros — Vigário de Sobral" (Liv. Óbitos — Sobral — 1798—1817, fl. 248 v.).

3. PADRE MIGUEL FRANCISCO MENDES DE VASCONCELOS

É filho do Capitão-mor Manuel Francisco de Vasconcelos e de Maria Joaquina da Conceição. Neto paterno de Mateus Mendes de Vasconcelos e de Maria Ferreira Pinto e neto materno de Luís de Sousa Xerez e de Ana Tereza de Albuquerque. Seus pais casaram-se na fazenda Marco a 26 de novembro de 1767, com assistência do Pe. João Salvador de Aranda.

Pe. Miguel Mendes é irmão do Capitão Diogo José de Sousa, do Alferes Manuel Inácio de Vasconcelos, do Capitão Felix Francisco de Vasconcelos e de José Joaquim de Vasconcelos, troncos de ilustres famílias da Ribeira do Acaraú. Possuía ainda três irmãs: Ana Maria que se casou com o Major Inácio Gomes da Frota, Josefa da Conceição, casada com o Alferes João Rodrigues Lima e Maria Manuela mulher de José Alexandre da Rocha.

Ordenado sacerdote em 1812, cantou sua primeira missa na capela da Meruoca, da qual fora nomeado capelão. Nesta função esteve até o mês de fevereiro de 1814, quando foi nomeado vigário interino de São Bento da Amontada onde permaneceu até 1818. Posteriormente fixou residência em Sobral, tempo em que fez frequentes visitas a Meruoca.

ca em atividades sacerdotais. Foi vereador da Câmara de Sobral durante o quadriênio 1829 — 1832.

Faleceu em Sobral a 18 de janeiro de 1836 conforme o registro de óbito que passo a transcrever: "Aos dezoito de janeiro de mil oitocentos e trinta e seis faleceu da vida presente o Padre Miguel Francisco de Vasconcelos, com idade de cinquenta e dois anos, com todos os sacramentos, morador nesta vila, foi envolto em vestes sacerdotais e encomendado solenemente por mim vigário e sepultado das grades para cima desta Matriz. E para constar mandei fazer este assento no qual assignei Pe. José Gonçalves de Medeiros, vigário colado desta freguesia de Sobral". (Liv. Óbitos — Sobral — 1817 — 1841, fl. 240 v.).

OUTROS SACERDOTES

Com base nos registros de batismo e casamentos da freguesia de Sobral, segundo a ordem cronológica, anotamos os nomes de sacerdotes seculares que, na qualidade de capelães efetivos ou interinos, estiveram em função sobre a serra da Meruoca:

1. *Pe. José Furtado de Mendonça* aparece nos registros relativos ao fim do ano de 1778. Em 1787 se encontrava em Sobral acompanhando o Visitador Bernardino Vieira Lemos.

2. *Pe. João Ribeiro Pessoa*, vigário de Sobral, com presença mais assídua na Meruoca nos anos de 1779 e 1780.

3. *Pe. Antônio Jácome Bezerra*, coadjutor de Sobral, cujo nome ocorre de outubro de 1780 a 6 de janeiro de 1783. Pernambucano de Igarassu, filho

de Prudêncio Pessoa da Veiga e de Josefa Maria do Carmo. No fim do século, retornou a Pernambuco tendo sido vigário da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife, durante mais de 30 anos. Participou ativamente da Revolução de 1817, tendo estado preso na Bahia. Faleceu em junho de 1823, no Recife.

4. *Pe. José Alexandre da Silva*, coadjutor de Sobral. Capelão da Meruoca de janeiro de 1783 a dezembro de 1786.

5. *Pe. Paulo José da Silva Sampaio*, cooperador do vigário de Sobral, Pe. Basílio Francisco dos Santos. Foi capelão da Meruoca de 1787 a 14 de junho de 1791 quando faleceu, sendo sepultado na Matriz sobralense. De seu testamento consta como única herdeira sua mãe Maria Sousa Gomes. Deixou bens no valor de mais de um conto de réis, sendo 790 mil réis em dinheiro. Não possuía terras, nem gado, mas apenas um escravo, negro da Angola, chamado Antônio, com idade de 30 anos e avaliado em 80 mil réis. Além do Breviário e de um cerimonial de Missa, deixou apenas dois livros: Um compêndio de Moral de Larraya e o Colégio Abreviado.

6. *Pe. Antônio José Cavalcante* aparece nos registros de 1792 até maio de 1793, com muita frequência.

7. *Pe. Basílio Francisco dos Santos* foi vigário de Sobral de 22 de julho de 1787 a 3 de novembro de 1793. Deixando a paróquia, Pe. Basílio foi residir na Meruoca onde esteve como capelão durante todo o ano de 1794 e o primeiro semestre de 1795.

8. *Pe. Joaquim da Costa Mendonça*, natural de Pernambuco. Foi vigário de São Gonçalo da Serra dos Cocos onde tomou posse a 6 de janeiro de 1785. Transferido para a Matriz de Sobral como vigário, assumiu o cargo a 10 de novembro de 1793, por seu procurador o Pe. Francisco Bernardino Gonçalves dos Reis. Assumiu interinamente a capelania da Meruoca de julho de 1795 até 13 de janeiro de 1798, dia de seu falecimento em Sobral, em cuja Matriz foi sepultado.

9. *Pe. Manuel Francisco Rodrigues da Cunha*. Professor público em Sobral. Prestou assistência religiosa na Meruoca nos primeiros meses de 1798, após a morte do Pe. Joaquim da Costa Mendonça. Faleceu em Pernambuco, de onde era natural. Foi mestre do Pe. Mororó.

10. *Pe. Fidelis de Paiva Ferreira*. Cooperador de Sobral. Sua presença na Meruoca ocorre no final do ano de 1799 e durante todo o ano de 1802.

11. *Pe. Domingos Francisco Braga*. Nascido a 28 de setembro de 1745. Capelão interino da Meruoca durante o ano de 1801. Faleceu em Sobral a 9 de agosto de 1816, com 72 anos. Foi o sacerdote que batizou o Pe. Mororó, em Groaíras, a 15 de setembro de 1778.

12. *Pe. Antônio Mendes de Mesquita*. Coadjuutor de Sobral. Serviu em Meruoca nos anos de 1802 a 1805, com mais frequência. Português de nascimento, ordenou-se sacerdote depois de viúvo, tendo viajado de Portugal com seu filho Manuel Mendes que se casou em Sobral, a 16 de abril de 1803, com Maria Muniz da Paixão, filha de Manuel da

Costa Farrapo e Antônia Ferreira dos Anjos. Deste casal procedem os Mendes, da Meruoca.

Pe. Antônio Mendes de Mesquita, conhecido simplesmente por Padre Mendes, natural do Porto, era filho de Miguel Mendes e Teresa de Mesquita. Residiu durante mais de 30 anos em Sobral na Praça da Várzea, perto da Matriz. Figura popular e muito benquisto, faleceu a 9 de agosto de 1832, de hidropisia, sendo sepultado na Matriz de Sobral.

13. *Pe. Manuel Simões Diniz*. Como cooperador de Sobral, serviu de capelão da Meruoca de 1805 a 1811. Foi vigário de Santa Quitéria.

14. *Pe. José Gonçalves de Medeiros*. Durante seu longo e tumultuado paróquio em Sobral, que vai de 24 de fevereiro de 1805 a 7 de novembro de 1840, houve na freguesia vários vigários substitutos que se encarregaram da assistência religiosa da Meruoca. Entre estes, destacam-se o Pe. Antônio Camelo Pessoa (1822 e 1823) e Pe. João Crisóstomo de Oliveira Freire a partir de 1824. Quando estava em Sobral, já que se ausentara várias vezes, inclusive como preso da justiça, o próprio Pe. Medeiros dava assistência religiosa à população de Meruoca.

Em ofício datado de 15 de maio de 1839 e dirigido ao Dr. João Antônio de Miranda, Presidente da Província do Ceará, o Pe. Medeiros forneceu as seguintes informações sobre a Meruoca: "Segue-se a Capela de N. Senhora da Conceição na Serra da Meruoca. Esta há mais de oitenta anos, está nua de dentro e exterior, sem ladrilho, sem torres, sem consistório, sem ornamentos de damasco branco e encarnado. Possui um cálice de prata e um missal velho. O seu patrimônio é de meia lé-

gua de terra e contém os melhores sítios de plantações de cana e roças que se arrematam no triênio por bom dinheiro. Ainda no dia sete, foi um bem pequeno à praça que foi arrematado por oitenta mil réis pelo triênio. Eu estou nesta freguezia há 34 anos, e 5 meses e tenho conhecido ali, desde aquele tempo, quatro administradores, todos pouco zelosos, exceto este último, Manuel Pinto Brandão, que dá boas esperanças de melhorar e reparar a dita Capela dos males que sofre, porque é um proprietário rico e de muita probidade".

O procurador de Meruoca, Manuel Pinto Brandão, faleceu a 6 de abril de 1860, sem ter procedido a qualquer reforma na capela.

15. *Pe. Francisco de Paula Meneses.* Esteve em Meruoca em 1848. Foi o 1º. vigário de Santana do Acaraú. Faleceu em Quixeramobim a 19 de julho de 1865, com 42 anos de idade.

16. *Pe. Francisco Jorge de Sousa.* A 21 de março de 1847 tomou posse do cargo de vigário de Sobral, tendo permanecido até o dia de seu falecimento, 13 de novembro de 1866. As vezes pessoalmente, outras por seus auxiliares Pe. Antônio da Silva Filho, Pe. Francisco Antônio de Melo, Pe. Miguel Francisco da Frota e Pe. Vicente Jorge de Sousa, prestou assistência assídua aos paroquianos de Meruoca. Nesse período, Meruoca não teve capelão determinado. Em 1862 chegou à serra o Pe. José Tomás de Albuquerque que, por sua incansável atividade, merece destaque especial.

O INCANSÁVEL PE. JOSÉ TOMÁS

O Pe. José Tomás de Albuquerque nasceu em Cajazeiras, Paraíba, em 1828, sendo sobrinho do

Pe. Inácio de Sousa Rolim. Teve uma vida de intensa atividade, a par de exemplar zelo apostólico. Sacerdote respeitável e admirado, gostava de viajar para poder prestar serviços a maior número possível de pessoas e de localidades, chegou à Serra da Meruoca pela primeira vez no ano de 1826, tendo construído a frente da capela, cujas linhas arquitetônicas por ele traçadas são ainda as atuais.

Durante os anos de 1863 e 1864 esteve missionando pela Serra da Ibiapaba, tendo ali reformado capelas e construído os cemitérios de Viçosa, Tianguá, Ibiapina, São Benedito e Guaraciaba.

Retornou a Meruoca em 1866, ali permanecendo até 1869, tempo em que muito se esforçou para implantar novas técnicas agrícolas, introduzindo o cultivo do trigo sem muito resultado. Em 1868 lançou a idéia da criação da freguezia paroquial da Meruoca, tendo recebido o apoio do povo e do vigário de Sobral, Pe. Vicente Jorge de Sousa. A iniciativa porém não foi bem acolhida pela Assembléia Legislativa que não aprovou o projeto.

Pe. José Tomás deixou Meruoca sem poder realizar seu sonho, mas a sua idéia da criação da freguezia continuou viva no coração do povo.

Em 1870 esteve na Serra da Uruburetama onde iniciou a construção da Matriz de São Francisco. Viajou para o Amazonas em 1873. Retornou ao Ceará em 1875, quando começou a edificar a igreja de Jardim e, posteriormente, a de Barbalha. Em 1880 já o encontramos em Fortaleza como capelão da Colônia Cristina e auxiliando nos começos da construção da igreja do Coração de Jesus. Em 1883 esteve novamente em Meruoca, com rápida estada em Massapê.

Tomou posse da freguezia de Amarração a 21 de maio de 1883. Foi cura de Tianguá, com posse a

8 de dezembro de 1886, permanecendo ali até 10 de janeiro de 1891.

Finalmente, fixou-se em Fortaleza tendo falecido, na Santa Casa de Misericórdia, a 20 de fevereiro de 1893. Deixou uma autobiografia, em três volumes manuscritos, conforme li no arquivo de Leonardo Mota.

FONTES DE ESTUDO:

— LIVRO DO TOMBO DA FREGUEZIA DE SOBRAL — CÚRIA DIOCESANA.

— LIVROS DE BATIZADOS, CASAMENTOS E ÓBITOS DE SOBRAL — ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA.

— ARQUIVO DE LEONARDO MOTA — SECRETARIA DO ARCEBISPADO DE FORTALEZA.

— INVENTÁRIO DO PE. ANTÔNIO TOMAS DA SERRA — 2º. CARTÓRIO DE SOBRAL.

— INVENTÁRIO DE JOSÉ DE XEREZ FURNA UCHOA — 2º. CARTÓRIO DE SOBRAL.

— FROTA, Dom José Tupinambá — "HISTÓRIA DE SOBRAL" — Fortaleza 2ª. ed., 1974.

— MARTINS, Pe. Vicente — "NOTAS BIOGRÁFICAS DO CLERO SOBRALENSE" in RIC, tomo 34, ano 1920, p. 1465.

A Criação da Freguezia

A primeira idéia da criação de uma paróquia na Serra da Meruoca nasceu no ano de 1868 e quem a teve foi o Pe. José Tomás de Albuquerque. Aca-
bara ele de concluir a reforma da capela e, andejo
como era, conhecia de perto a extensão do território,
serrano onde já uma densa população residia.
Economicamente, vira com os próprios olhos, os si-
lios frutíferos e as roças de mandioca, bem apro-
veitadas, garantiriam a manutenção do vigário e
das obras paroquiais. Em pouco tempo, na verdade,
consequira as patacas necessárias à remodelação
da capela e o povo lhe pareceu extremamente ge-
neroso. Tudo isto, pensava ele, era prova da viabi-
lidade da iniciativa.

O primeiro obstáculo a vencer seria conseguir
o parecer favorável do vigário de Sobral, Pe. Vicen-
te Jorge, sob cuja jurisdição estava todo o territó-
rio da pretendida nova freguezia. Pe. José Tomás
surpreendeu-se com a conversa que teve com o vi-
gário, já que este aderiu à idéia sem qualquer resis-
tência, apesar de estar consciente de que
assim procedendo "atendia mais aos cômodos do
povo do que aos seus próprios interesses".

Nesse tempo do Império, por causa da união
da Igreja com o Estado, cabia às Assembléias Le-
gislativas das Províncias criar as freguezias. O Pe.
José Tomás não conseguiu o exigido apoio dos de-
putados, apesar de haver na legislatura de 1868 —

1869, cinco sacerdotes, entre os quais o sobralense Pe. Miguel Francisco da Frota, além do Conselheiro Rodrigues Júnior e do Dr. José Tomé da Silva, também sobralenses.

A proposição teria chegado à Assembléia no ano de 1869 provocando celeuma e acirradas discussões.

Em carta de Leonardo Mota a Dom José Tupinambá da Frota, escrita de Fortaleza, com data de 31 de março de 1942 e guardada na Biblioteca da Fundação Universidade Vale do Acaraú, há a seguinte informação sobre o fato: "Quanto à celeuma provocada pela idéia gorada da criação da freguezia da Meruoca em 1869, desconfio que tal celeuma se desencadeou na Assembléia Provincial e não chegou a repercutir nas colunas da 'Tribuna Católica'. Tenho aqui comigo a coleção deste semanário. Noutra carta de 7 de abril do mesmo ano, informou Leonardo Mota a Dom José: "Quanto aos possíveis debates havidos na Assembléia Provincial em torno da tentativa da criação da paróquia de Meruoca em 1869, nada pude elucidar, porque os anais legislativos não estão no Arquivo, nem na Biblioteca, mas numa Secretaria sempre fechada (luto? ...) do defunto poder legisferante. Fico, porém, de sobreaviso e tão cedo me seja possível, mandarei a V. Excia. um apanhado do bate-boca entre os licúrgos daqueles tempos".

Quando o projeto, dez anos depois, voltou à Assembléia houve realmente discussão e debate sobre a necessidade, ou não, de prévia consulta ao Bispo Diocesano, como se verá a seguir.

A ASSEMBLÉIA CRIOU A FREGUEZIA

Embora a iniciativa do Pe. José Tomás de Albuquerque não tenha obtido o êxito desejado na primeira tentativa de realizá-la, a idéia da criação da freguezia da Meruoca permaneceu viva na mente de seu povo. Em 1878, o povo de Meruoca, liderado pelo Cap. João Adeodato Ferreira, aliás, meu bisavô materno, resolveu despertar e promover um movimento junto à comunidade para conseguir a sua paróquia. Foi solicitado o apoio do Dr. Helvécio da Silva Monte, médico humanitário que prestou enormes serviços à população de Sobral, ocupante então de uma cadeira na Assembléia Legislativa da Província. Governava então o Ceará o Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, futuro Barão de Sobral, antigo frequentador dos veraneios na Meruoca. O momento era propício à consecução daquela ideia da gente meruocana e era preciso aproveitá-lo. O Presidente da Província aderiu à idéia. Tudo favorecia aos meruocancos. De repente, um grande obstáculo. O vigário de Sobral, Pe. Vicente Jorge de Sousa, alegando a situação da seca, deu parecer contrário sugerindo o adiamento do projeto para ocasião futura mais conveniente. Neste sentido, oficiou ao Bispo do Ceará, Dom Luiz Antônio dos Santos, que também não se mostrou favorável à idéia.

Não obstante estas reservas, Dr. Helvécio apresentou o projeto na Assembléia, no dia 5 de dezembro de 1878. Da discussão participaram os deputados Dr. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, Presidente, Ten.-Cel. Antônio Pereira de Brito Paiva, Joaquim de Oliveira Catunda, Pe. João Paulo Barbosa, Miguel Soares e Silva e Pe. Miceno Clóaldo Linhares.

Dos Anais da Assembléa Provincial, ano de 1878, p. 52 a 54, transcrevo o texto integral da discussão:

O SR. HELVÉCIO manda à mesa o seguinte projecto que é lido, apoiado e sendo julgado objecto de deliberação vai também a imprimir:

Nº. 30. A Assembléa Legislativa do Ceará resolve:

Art. 1º. — Fica creada uma freguezia na povoação da Meruoca, sob a invocação de N. S. da Conceição.

Art. 2º. — Serão limites o boqueirão, que divide a serra da Meruoca da do Rozário, em seguimento pelo lado do oeste e contornando a serra em rumo a ponta da mesma serra denominada Gavião e d'ahi a Cacimba velha, indo em rumo direito para o nascente a fazenda — — Carto — de Manoel da Costa Souza; e para o sul em rumo a fazenda Mumbaba dos herdeiros de Vicente Alves Linhares, continuando a direcção ao boqueirão denominado Santo Antônio de José Ignácio Parente.

Art. 3º. — Revogão-se as disposições em contrário.

Salla das sessões, 5 de dezembro de 1878.

Helvécio Monte.

O SR. PAIVA (pela ordem): — Tem-se sustentado nesta casa que as assembléas provinciaes não podem legislar sobre criação de freguezias, sem audiência do poder ecclesiastico. Portanto, para que não se gaste tempo em discussões banais que serão por último de nenhum effeito, se o prelado não reconhecer a necessidade da criação da freguezia, e para evitar delongas e debates sem utilidade, indico que o projecto vá logo ao poder ecclesiastico

O SR. HELVÉCIO: — Antes mesmo de ser julgado objecto de deliberação?

O SR. PAIVA: — Sim, senhor; porque se S. Exc. Rvm^a. der o seu parecer, dizendo que o projecto é util, que consente na criação da freguezia, será então submetido à apreciação d'assembléa.

O SR. PRESIDENTE: — Mas só depois de ser o projecto considerado objecto de deliberação é que pode ir ao prelado diocesano.

O SR. PAIVA: — Nem eu disse que antes de ser julgado objecto de deliberação, seja enviado ao poder ecclesiastico; o que disse foi que a opinião da casa, bem como a do nóbre deputado autor do projecto, tem sido que se não deve legislar sobre criação de freguezias, sem audiencia do prelado diocesano.

E quando mesmo eu dissesse tal, tinha luga: porque sou d'aquelles que sustentam que as assembléas provinciaes podem crear freguezias vilas e comarcas sem intervenção de outro poder.

O SR. CATUNDA: — Apoiado.

O SR. PAIVA: — É isto o que está determinado pelo acto adicional...

O SR. CATUNDA (com força): — Apoiado.

O SR. JOÃO PAULO: — É muito absolutismo!

O SR. PAIVA: — ... e os que modo diverso pensam, não são capazes de sustentar constitucionalmente tão esdruxula opinião.

O SR. MIGUEL SOARES: — O nobre deputado que acabou de dar o *aparte* é capaz de sustentar.

O SR. PAIVA: — Não é capaz...

O SR. JOÃO PAULO: — Sou

O SR. PAIVA: — ... porque o direito não se improvisa, e o nobre deputado, para sustentar semelhante opinião, precisa dispor, não de uma lógica, que a tem, mas do direito pátrio, para convencer à casa de que eu estou em erro quando emití semelhante proposição.

Mas, Sr. presidente, não quero por-me em luta com a casa, não quero ser acoimado de anti-religioso...

O SR. HELVÉCIO: — Não há motivo para isso.

O SR. PAIVA: — ... nem que se levante discórdia; quero marchar de acordo com o nobre deputado, que pode sustentar essa opinião.

O SR. MIGUEL SOARES: — Acredito perfeitamente que o pode.

O SR. PAIVA: — Vá, portanto, o projeto ao poder eclesiástico, ele que o estude, dê a sua opinião, e depois emitirei a minha.

É lido, apoiado e entra em discussão o seguinte requerimento:

"Requeiro que sobre o projeto, seja ouvido o prelado diocesano — Paiva"

O SR. PRESIDENTE: — Vou primeiramente consultar à casa se julga o projeto objeto de deli-

beração para submeter depois a discussão o requerimento oferecido pelo Sr. deputado Paiva.

Consultada a casa é o projeto julgado objeto de deliberação entrando em seguida em discussão o requerimento do Sr. Paiva.

O SR. CATUNDA: — Sr. presidente, sempre opus-me e continuarei a opor-me a esta teoria, levantada suponho que pela fraqueza...

O SR. PAIVA: — Apoiado.

O SR. CATUNDA: — ... de que as assembleias provinciais não podem exercer um direito constitucional, como o de que se trata, sem que receba sanção prévia de um poder desconhecido pela Constituição do Estado do Poder Eclesiástico.

VOZES: — Não apoiados.

O SR. CATUNDA: — Pela Constituição do Império só conheço quatro poderes.

O SR. JOÃO PAULO: — Mas o Poder Eclesiástico é conhecido pelo País.

O SR. PAIVA: — É um Estado no Estado.

O SR. CATUNDA: — Tenho-me oposto, não por conveniência, mas por princípio, porque entendendo que essa audiência não é uma obrigação da assembleia.

Se a assembleia arreda de si a atribuição de criar freguezias, sem primeiro receber a sanção do tal Poder Eclesiástico, parece-me que, com maioria de razão, como corpo político não pôda ela criar

também comarcas sem primeiro ouvir ao governo geral, que tem de provê-las; não podia criar empregos públicos, sem primeiro ouvir o presidente da província, que tem de fazer as nomeações. E assim em muitos outros casos.

Em que se fundam, Sr. presidente, os que sustentam esse princípio de que não podem as assembleias provinciais legislar sobre criação de freguezias sem primeiro ouvir o prelado diocesano?

Suponha-se que a assembleia está convencida da necessidade da criação da freguezia em lugar tal; suponha-se que o prelado (não me refiro ao Sr. D. Luiz, a cujas virtudes, faço justiça)...

O SR. PAIVA: — Apoiado.

O SR. CATUNDA: — ... suponha-se que o prelado, ou por prevenção, ou por má apreciação, ou por ignorância completa da localidade, opõe-se; o que faz a assembleia?

Deixa de cumprir o dever que sua consciência lhe impõe? De modo algum.

Entendo que é sem dúvida necessário que se ouça o prelado diocesano acerca de criação de freguezias, quando há dúvidas sobre a necessidade de tal criação; como chefe eclesiástico da província pode ter melhores informações, dados mais precisos e derramar alguma ou muita luz...

O SR. PAIVA: — Se ele não for ouvido, não faz conta da lei.

O SR. CATUNDA: — Neste caso cumpra cada um com o seu dever: a assembleia criando uma freguezia, o bispo provendo-a ou não; cumpre a assembleia o seu dever criando uma comarca e o governo imperial fazendo ou não as respectivas nomeações.

O SR. HELVÉCIO dá um aparte.

O SR. CATUNDA: — A opinião pública aí está para julgar dos refratários ao cumprimento de seus deveres.

O SR. MIGUEL SOARES: — Apoiado.

O SR. CATUNDA: — Como disse, concordo que se ouça o prelado diocesano, não por princípio não por obrigação, mas por conveniência, quando houver disso necessidade; no caso contrário, não.

Quando um poder começa a deixar-se avassallar por outro, ordinariamente, começa aí a sua decadência. Isto que até agora se tem feito é um bem caracterizado, um princípio, um ponto, um elemento de fraqueza.

O SR. HELVÉCIO: — Não apoiado.

O SR. CATUNDA: — Se, pela ventura, os illustres deputados, que apresentarem projetos de criação de freguezias, estiverem perfeitamente convencidos da necessidade de tal criação, fazendo justiça às boas intenções do bispo diocesano, não terão receio algum de que ele deixe de provê-las quando forem criadas; se, porém, não fazem justiça às boas intenções do bispo, e somente por deferência procuram sua audiência prévia, não é, mas parece, isso uma zumbaia. (Calorosos não apoiados).

Por isso, Sr. Presidente, tenho sempre votado e continuarei a votar contra estas audiências, desde que a necessidade delas não for demonstrada.

O SR. HELVÉCIO MONTE: — Enquanto, S. Presidente, a religião católica apostólica romana

for considerada religião do Estado; enquanto para a realização completa de certos atos sociais necessitar-se da concorrência mútua dos dois poderes, civil e eclesiástico, não vejo inconveniente: em ouvir-se o parecer do prelado diocesano sobre a necessidade ou não de criar-se freguezias; nem de dar para esta assembléa, adotando um tal proceder, coerente com os precedentes estabelecidos. Há harmonia com o regimento da casa.

Sem harmonia e acordo entre os dois poderes e tudo impossível praticamente, com bom resultado; desde que o fim, que se pretenda conseguir for de atribuição e competência de ambos, cada um nos limites de sua esfera.

O SR. CATUNDA: — Dá-se a mesma razão com o poder legislativo.

O SR. HELVÉCIO: — Sendo esta a verdade prática e de simples intuição não há, nem deve haver, na apresentação de um projeto, criando freguezia, nem no requerimento, em que qualquer Sr. deputado pedir a remessa do projeto ao prelado diocesano para dar sobre ele seu parecer e consentimento...

O SR. PAIVA: — Consentimento! Isto é muito!

O SR. CATUNDA: — Isto é demais. Não posso deixar passar a expressão.

O SR. HELVÉCIO: — ... em prover a freguezia, o intento menos digno e impróprio a qualquer elcito da província, de fazer zumbaias e genuflexões como calculo insinuante a obter o que pretende...

O SR. CATUNDA: — Não há, nem eu disse que havia, apenas disse que parecia haver.

O SR. HELVÉCIO: — ... como enunciou o nobre deputado.

O SR. CATUNDA: — Não apoiado.

O SR. HELVÉCIO: — Foi o que compreendi das palavras de V. Excia.

O SR. CATUNDA: — Perdão; não era capaz de dizer isto.

O SR. HELVÉCIO: — Acho razoável e voto pelo requerimento apresentado pelo nobre deputado o Sr. Paiva indicando que, antes de entrar em discussão o projeto, por mim apresentado, seja ouvido e consultado a respeito o poder eclesiástico; principalmente quando no regimento da casa lê-se o seguinte no § 3º. do art. 179:

"Nem um projeto ou requerimento, cujo objeto seja, ou se encaminhe a criação, divisão, supressão, remoção ou alteração de limites ou jurisdição de comarcas, municípios, vilas, freguezias, curatos ou coadjutorias poderá ser discutido e votado sem que contenhão informação do governo, no que tóca a objetos civis; e quanto ao eclesiástico o concurso do prelado diocesano na forma dos cânones".

O SR. CATUNDA: — Acho isto mais conveniente.

O SR. HELVÉCIO: — Não é, Sr. presidente, se cumprindo esta disposição do regimento que se da-

rá lugar a existência ou animação a mais um poder entre os poderes do Estado; poder imaginário, desde que não impede a esta assembléa de legislar dar força de lei aos projectos apresentados sem impor-lhe o mínimo embaraço nem impecílio a marcha regular de suas funções. O que pode resultar, porém, seguindo-se o parecer do nobre deputado?

O desacordo, a represália, e finalmente a freguezia não provida, causando-se assim detrimento aos interesses espirituais dos habitantes da localidade por um mero capricho, sem motivo, não só querendo lançar mão de uma simples atenção, que em nada nos desdoura...

O SR. CATUNDA: — Não há capricho.

O SR. HELVÉCIO: — ... e nem dá lugar a visias de zumbaias, onde não há mais do que justas deferências.

O SR. MICENO: — É esta uma questão sem questão.

O SR. HELVÉCIO: — Como bem diz o nobre deputado é uma questão sem questão, e conseguentemente termino declarando que voto pelo requerimento do nobre deputado o Sr. Paiva para que, antes mesmo de entrar o projecto na ordem dos debates, seja ouvido a respeito o prelado diocesano.

O SR. CATUNDA: — Tem-se elevada a prática a tal ponto que não se cria hoje uma só freguezia sem que seja ouvido o Sr. bispo.

O SR. HELVÉCIO: — Sem dúvida, como o representante que é de um poder, que tem atribuições

nas criações de freguezias, pelo lado espiritual; provendo-as ou não; satisfazendo ou não o reclame dos povos neste ponto; conforme julga das necessidades e precisões de momento, sendo isto aceitável e justo, contanto que o capricho não impere na realização da medida, e não venha substituir ao que deve ser razoável e de interesse público.

O SR. CATUNDA: — Pois se há capricho está da parte do Sr. bispo. Tenho até ouvido alguns senhores deputados dizer que ele deixa de prover as freguezias, quando não é previamente consultado.

O SR. HELVÉCIO: — Se há direito nisto é bom que se atenda; se não há cumpra cada um com seus deveres, usando de mais ou menos deferência, como lhe merecer, a pessoa a quem se dirigir; nem vai nisto um erro, nem comprometimento a dignidade da assembléa, desde que é ato puramente individual e da vontade de quem assim proceder.

Tenho concluído.

Posto a votos o requerimento é aprovado.

Aprovado o projecto da Assembléa, foi enviado expediente ao Presidente da Província, o sobralense Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, que sancionou a Lei Provincial nº. 1.799 de 10 de janeiro de 1879, criando a freguezia da Meruoca.

A REACÃO DE DOM LUÍS

Criada a freguezia pelo poder civil, competia agora ao Bispo Diocesano confirmar e instituir canonicamente a mesma.

Dom Luís Antônio dos Santos demorou mais de um ano para assinar a Provisão da instituição canô-

nica da nova freguezia. O voto contrário do vigário de Sobral, os efeitos desastrosos da grande seca que ainda perduravam e a carência de sacerdotes, foram os motivos mais ponderáveis para levar o Bispo a optar por esta demora.

O povo meruocano, depois de nove meses de espera, começou a reagir. No Jornal "Sobralense", edição dominical de 28 de setembro de 1879, foi publicada a seguinte nota de protesto: "Povoação da Meruoca. Escrevem-nos dali nestes termos: Vamos mal, muito mal. Não temos um padre, um ministro de nossa Santa Religião que nos preste os socorros espirituais na hora extrema, sucedendo que, em consequência, ultimamente hão succumbido diversas pessoas sem ao menos se confessarem! E dizem que o abandono da parte espiritual, em que está esta Povoação, parte do nosso Prelado que não tem querido reconhecer a categoria da Freguezia que por Lei Provincial do ano passado lhe foi dada, recusando-se a provê-la de Pároco. Se assim é, como anda iludido o nosso Bispo e quantos males não nos causa".

Parece que Dom Luís ainda andava agastado com a celeuma levantada na Assembléa Provincial em 1869, quando se tratou, pela primeira vez, da criação da freguezia da Meruoca. Aqueles acontecimentos o tinham aborrecido bastante e, depois de dez anos, ainda perduravam. Nesta segunda tentativa, quando houve também debates a respeito da necessidade de consulta prévia ao Bispo, os velhos aborrecimentos renasceram.

Transcrevo, a seguir, duas cartas do Pe. Diogo José de Sousa, que se candidatou a ser vigário da nova paróquia, enviadas a Dom Luís e que nos prestam alguns esclarecimentos sobre estas ocorrências.

A primeira, enviada de Sobral, tem data de 3 de dezembro de 1878, dois dias portanto antes da apresentação do projeto do Deputado Dr. Helvécio da Silva Monte na Assembléa.

Eis o texto da primeira carta.

"Ilmo. Exmo. Revmo. Sr. Bispo.

Desejo a V. Excia. Rm.a. a mais robusta saúde, paz de espírito em graça de Deus. Com receio de distrair a V. Excia. Revm.a. das gravas ocupações que lhe pesam no eminente cargo que exercê, eu tenho deixado de escrever a V. Excia. Revm.a. consentindo assim volver-me ao esquecimento que deve merecer um sacerdote obscuro, mas hoje, que chegamos aos tempos da tribulação, não posso sufocar jamais o gemido que me arranca o instinto da própria conservação. V. Excia. Revm.a. sabe que há sete anos depois entre suas mãos os títulos que me valiam a Igreja do Saboeiro e o fiz para obedecer à consciência e ao dever em que estava para com a família que me legou meu bom pai.

Disposto a dar conta deste encargo, o tenho feito com aplauso do público, o que me foi possível até hoje, mas chegando o tempo da prova fui succumbendo ao peso de minha tarefa. Vi sumir-se o ultimo bem da fortuna com que contava para auxilio das inúmeras necessidades de uma pesada família, e por pouco que desanimai, empreendendo, como outros, uma emigração, porém com o espírito calmo e conformedo desisti do pensamento, confiando na Providência e em V. Excia. Revm.a. Esta confiança me aconselha que fuja às portas das Comissões e procure, junto a quem pode, um trabalho honesto e lucrativo.

É verdade que nunca vivi na ociosidade, e sem

alegar serviços que me recomendem, só desejo fazer saber a V. Excia. Reda. q^{ta} para não estar desocupado, fui empregar-me na construção de um templo na Povoação dos Remédios desta freguezia, o qual mede 125 palmos de comprimento sob 64 de largo, que ali ficou acabado faltando apenas grade e coro sem que tivesse entrado para ele outro recurso, mais do que o óbolo do caridoso, arrancado à força das verdades evangélicas por mim fracamente anunciadas.

V. Excia. Revma. sabo ainda que tenho sido muito feliz no correr destes sete anos depois da perda dos meus títulos que forçaram atenuar meus brios diante de uma sociedade que só considera o homem pela posição e fortuna que dispõe. (...)

Nesta emergência, com toda longanimidade tenho arrastado uma existência pesada, pelo que venho hoje falar a V. Excia. Revma., com a expressão da verdade, o que sinto e o que espero recebêr.

Nunca me conheci com direitos de fazer exigências a V. Excia. Revma., mas hoje as circunstâncias me impelem a semelhante arrojo.

Consta-me que V. Excia. Revma. está disposto a mandar criar a freguezia da Meruoca na presente reunião da Assembléa Provincial, assim sendo, eu desejo ser lembrado no provimento dela. A razão de que falo a V. Excia. Revma. somente na freguezia da Meruoca, é porque sendo minha família composta de onze pessoas, sendo eu o único homem, me é impossível transportar para longe tanta gente, ao passo que posso socorrê-la da Meruoca nesta cidade onde residimos.

Seja qual for a deliberação de V. Excia. Revma., a respeito, será para mim motivo de consolação

Beija as mãos de V. Excia. Revma. quem com obediência e amor filial assina-se, humilde servo,

Pe. Diogo José de Sousa Lima. Sobral, 3 de dezembro de 1872."

Pe. Diogo, como se vê pela carta, renunciara ao cargo de vigário de Sabóiro que obtivera por concurso e exercera de 1836 a 1869, para vir cuidar de sua família em Sobral. Fora deputado provincial na legislatura de 1860—1861, função que voltou a exercer no biênio 1864—1885. Estivera portanto envolvido com política e emitira opinião favorável à criação da freguezia da Meruoca em 1869, fato que não foi bem aceite pelo Bispo. Na resposta à carta do Pe. Diogo, Dom Luís relembra o fato, como se vê pelo texto da outra missiva que passo a transcrever:

"Ilmo. Exmo. Revmo. Sr. Bispo. Tomado de susto e profundo pesar com a leitura da carta que V. Excia. Revma. se dignou dirigir-me em data de 12 passado, peço licença para respondê-la, a fim de que possa justificar os meus atos para com V. Excia. Revma. e obter o perdão da falta em que caí.

Desde que V. Excia. Revma. me comunicou verbalmente no Acaraú, quando ali estive em 1871, as ocorrências que se deram na criação da freguezia da Meruoca no ano de 1869, eu jamais pediria para criar-se uma tal freguezia e de fato não aparece pedido algum meu neste sentido até hoje, e nem tão pouco influí na recente criação dela, declarando isto mesmo a diversos amigos que ultimamente me falaram neste negócio.

Sem esperar, portanto, por criação de freguezia agora, recebo dessa Capital uma carta em que se me disse que V. Excia. Revma. estava resolvendo a mandar criar a freguezia da Meruoca, porém queria saber se eu a aceitava, ou não, pois lhe era muito difícil achar padres para as freguezias atualmente, sendo este o único obstáculo que se oferecia.

Nesta conjuntura, entendendo que tirava a V. Excia. Revma. algum embaraço, respondi pela afirmativa, reforçando minha resposta com o imprudente pedido de ser nela provido, caso fosse criada, e o fiz no sentido de mostrar que me achava em más circunstâncias, as quais, apesar de graves, não me fariam deixar de dizer a verdade se porventura eu tivesse a honra de ser consultado a respeito da criação.

Outro pensamento menos digno não me levou, Exm^o. Sr., digo-o com a mão na consciência, a fazer aquele pedido, de que aliás me dispensaria se não me fizesse aquela interpelação, cujo genuíno sentido, se fosse por mim alcançado, estaria isento do rigor da expressão com que V. Excia. Revma., externando seu pensamento, revela desgostos, que muito sinto.

Dada esta explicação com todo respeito que tributo à pessoa de V. Excia. Revma., devo esperar o perdão de minha falta, pois conheço que V. Excia. Revma. tem bondade de sobra para mo conceder, bem como poder de infligir-me o castigo que houver merecido.

Beijo as mãos de V. Excia. Revma. a quem de-sejo saúde, paz na graça de Deus, como que é humilde servo. Pe. Diogo José de Sousa Lima Palma 8 de março de 1879."

Esta carta foi escrita de Palma, hoje cidade de Coreaú, onde Pe. Diogo estava substituindo o vigário Pe. Bernardino Lustosa.

A estas alturas, a freguezia da Meruoca já estava criada por Lei Provincial e com padre disponível. Mesmo assim, Dom Luís Antônio dos Santos ainda demorou quase um ano para publicar as Provisões da instituição canônica e da nomeação do vigário, pois somente foram assinadas a 4 de fevereiro

de 1880. O Prelado Diocesano não mostrava realmente boa vontade na criação da nova paróquia.

A INSTITUIÇÃO CANÔNICA

Somente a 4 de fevereiro de 1880, mais de um ano após a publicação da Lei Provincial Nº. 1.799 de 10 de janeiro de 1879 que criara a freguezia da Meruoca, Dom Luís Antônio dos Santos resolveu expedir a Provisão pela qual houve por bem confirmar e instituir canonicamente a nova paróquia.

Referida Provisão foi redigida nos seguintes termos: "Dom Luís Antônio dos Santos por mercê de Deus e da S. Sé Apostólica Bispo do Ceará, Prelado Assistente ao Sólido Pontifício, do Conselho de sua Majestade Imperial, etc., etc. Fazemos saber que tendo sido criada pela lei provincial de dez de janeiro de mil oitocentos e setenta e nove uma freguezia na povoação de Meruoca, desmembrada das de Sobral e S. Anna, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, sendo os limites o Boqueirão que divide a serra da Meruoca da do Rosário e em seguimento à raiz da serra circundando e extremando com as freguezias da Palma, S. Anna e Sobral, sem compreender nenhum território do sertão, havemos por bem de confirmar, como pela presente nossa Provisão confirmamos, erigimos e canonicamente instituímos a dita Paróquia na forma do Sagrado Concílio Tridentino, portanto concedemos à mencionada Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Meruoca, novamente criada, pleno direito e faculdade de ter sacrário em que se conserve a Divina Eucaristia para consolação e conforto dos fiéis, havendo o necessário ornato e decência e renda suficiente para a conservação da lâmpada acesa de dia e de noite, Pia Batismal e Cemitério para sepultura

dos paroquianos defunto, campanários, sinos e todos os demais direitos, privilégios, honras e distinções de uma igreja paroquial. O Reverendo Pároco respectivo haverá a Cóngrua anual em conformidade das leis em vigor, além dos guisamentos da Paróquia e o que for aplicado à sua fábrica e participará dos emolumentos prós e percalços que legitimamente lhe pertencerem. Esta será publicada em um domingo, ou dia festivo, à estação da missa paroquial, para que chegue à notícia de todos, do que passará o Reverendo Pároco certidão no verso desta, para em todo tempo constar, sendo antes registrada em a Câmara Episcopal no livro do Tombo da Paróquia e onde mais convier.

Dada nesta cidade de Fortaleza, em a Câmara Episcopal, sob nosso sinal, chancelaria e selo de nossas armas, aos quatorze de fevereiro de mil oitocentos e oitenta. Eu, o Padre José Benvindo de Vasconcelos, secretário, escrevi. † Luiz, Bispo do Ceará. (Livro do Tombo de Meruoca, nº. 1, fl.1)

Tendo confirmado e constituído canonicamente a nova freguezia, só restava a Dom Luís nomear o primeiro vigário, o que foi feito no mesmo dia.

FONTES DE ESTUDO:

—ARQUIVO DE LEONARDO MOTA — SECRETARIA DO ARCEBISPADO DE FORTALEZA.

—ANAIIS DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL — 1878
— ARQUIVO PÚBLICO DE FORTALEZA.

—JORNAL "SOBRALENSE" — ANOS 1878—1879
— CENTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS DA UVA —SOBRAL.

— CORRESPONDÊNCIA DO PE. DIOGO JOSÉ DE SOUSA LIMA — CPHC — UVA — SOBRAL.

—1º. LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE MERUOCA.

— LIVRO DE REGISTRO DE PORTARIAS E OFÍCIOS DO BISPADO DO CEARÁ — CÚRIA ARQUIDIOCESANA — FORTALEZA.

A ESCOLHA DO VIGÁRIO

MONS. DIOGO JOSE DE SOUSA LIMA

— 1º Vigário de Mervoca —



No dia 20 de janeiro de 1880, atendendo a um chamado de Dom Luís, o Pe. Diogo José de Sousa Lima viaja a Fortaleza em companhia do Pe. Vicente Jorge de Sousa, vigário de Sobral. Os dois sacerdotes mantiveram na capital demorada conversa com o Bispo do Ceará. Nesse encontro ficou acertada a nomeação do Pe. Diogo para o cargo de primeiro vigário da Meruoca, pelo tempo de um ano. A nomeação foi feita no dia 4 de fevereiro, tendo o Pe. Diogo demorado na capital até esse dia, quando então empreendeu a viagem de volta a Sobral, onde chegou no dia 7 trazendo em mãos a Provisão.

O Pe. Diogo, ao seguir para a capital, desconhecia o motivo do chamado de Dom Luís, tanto foi assim que fez publicar na imprensa local a seguinte despedida: "O abaixo-assinado tendo de partir para a capital do Ceará, e não lhe sendo possível despedir-se pessoalmente de todas as pessoas que o honram com sua amizade, pela celeridade com que resolveu sua viagem e muitas ocupações que tem tido nestes últimos dias, prevalece-se da imprensa para cumprir este dever oferecendo seu diminuto préstimo naquela cidade. Sobral. 15 de janeiro de 1880. Pe. Diogo José de Sousa Lima". (Do "Sobralense", edição de 18.01.1880).

A PROVISÃO DE NOMEAÇÃO

É o seguinte o teor da provisão de Dom Luis nomeando o Pe. Diogo como primeiro vigário de Meruoca:

"Dom Luiz Antônio dos Santos, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo do Ceará, Prelado Assistente ao Sólido Pontifício do Conselho de Sua Magestade Imperial, etc.. Fazemos saber que tendo em consideração as boas qualidades que concorrem na pessoa do Reverendo Diogo José de Sousa Lima, havemos por bem de o prover, como pela presente nossa Provisão o provemos, por tempo de um ano, se antes não mandarmos o contrário, no cargo de vigário encomendado da freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Meruoca, deste Bispado para que nela celebre o Santo Sacrificio da Missa, pregue a palavra divina e administre geralmente o sacramento da penitência com a faculdade que lhe concedemos de absolver dos reservados sinodais, e igualmente administre todos os mais sacramentos e sufrágios da Santa Igreja, cumprindo em tudo as obrigações do bom pastor com a diligência e zelo que de sua pessoa esperamos. Pela presente lhe concedemos também as faculdades especiais de comutar votos simples, não reservados, habilitar ad petendum, aplicar indulgência plenária aos moribundos segundo a fórmula de Bento XIV, benzer imagens que sejam perfeitas, pregar e confessar em todo o Bispado. E muito lhe recomendamos a boa direção espiritual dos paroquianos da referida freguezia, do que dará contas a Deus Nosso Senhor. E no exercício de suas funções haverá a cônica e todos os emolumentos, prós e percalços, que de direito lhe pertencerem. Mandamos portanto em virtude da santa obediência, e debaixo das penas

que nos parecerem necessárias, a todos paroquianos da mesma freguezia hajam no sobredito Reverendo Diogo José de Sousa Lima como seu pároco e como tal estimem-no, obedeçam e bem tratem em tudo quanto são obrigados. E para que chegue a notícia de todos lhe mandamos passar a presente que deverá ser publicada por ocasião da posse no primeiro domingo ou dia festivo à estação da missa conventual. Dada e passada nesta cidade de Fortaleza e Câmara Episcopal, sob o selo de nossas armas, aos quatro de fevereiro de mil oitocentos e oitenta. Eu, o Padre José Ferreira da Ponte, pelo secretário, escrevi. † Luiz, Bispo do Ceará". (Livro de Tombo de Meruoca, Nº. 1, fl. 2).

Três dias depois, Dom Luis comunicou oficialmente à Corte a criação da nova freguezia e a nomeação do primeiro vigário enviando a seguinte carta ao Conselheiro Afonso Celso:

"Ao Exmº. Ministro e Secretário Interino de Estado dos Negócios do Império. Palácio Episcopal do Ceará, 7 de fevereiro de 1880. Ilmº e Exmº. Sr.. Tenho a honra de comunicar a V. Excia. para os fins convenientes que por Provisão de 4 do corrente mês instituí canonicamente a Freguezia de N. Senhora da Conceição da Meruoca, criada por Lei Provincial de 10 de janeiro de 1879, desmembrada das freguezias de Sobral e Santana, e nomeei vigário encomendado da mesma o Rdº. Diogo José de Sousa Lima. Deus guarde V. Excia. † Luiz, Bispo do Ceará — Ao Ilmº. e Exmº. Conselheiro Afonso Celso de Apis Figueiredo, Ministro e Secretário Interino dos Negócios do Império". (Liv. Offícios do Bispado do Ceará, Nº. 1, fl. 119 v.).

A DESPEDIDA DO PADRE VICENTE

O Jornal "Sobralense" edição de 29 de fevereiro de 1880, publicou uma despedida do Pe. Vicente Jorge de Sousa, vigário de Sobral, sob cuja jurisdição estava a quase totalidade do território da nova freguesia da Meruoca. Eis como se dirigiu o Pe. Vicente aos seus ex-Paroquianos:

"A pedido. Despedida. Aos povos da Freguesia de Sobral que passam a pertencer à Freguesia da Meruoca. Habitantes da Meruoca, eu vos saúdo. Hoje que a instituição canônica de vossa freguesia é um fato consumado, como me foi comunicado por S. Excia. Revma., e de viva voz pelo vosso novo pastor, meu colega e amigo o Rdº. Vigário Diogo José de Sousa Lima, hoje que vai cessar para convosco minha obscura administração espiritual de 14 anos de Pároco, além de outros tantos de coadjutor, cumpre despedir-me de vós, e cordialmente agradecer-vos a bondade e respeito com que sempre me trataste, a docilidade e obediência com que ouvíeis a voz do vosso humilde pastor, o fervor com que procuráveis receber os Sacramentos da Santa Igreja e a prática de outros atos religiosos; sendo certo que tudo isto é devido mais à vossa boa índole e aos costumes recebidos de vossos antigos vigários, meus dignos antecessores, do que à minha defeituosa direção espiritual.

Dirigindo-vos estas palavras de saudosa despedida e de profundo agradecimento, eu vos peço que me perdoeis as minhas faltas e que nas vossas orações ao Todo-Poderoso por caridade não vos esqueçais de mim, e para que fiquemos todos quites, também declaro que a todos perdão sem ter de nenhum de vós o mínimo desabor.

Quando há 12 anos a esta parte se tratou da

criação de uma freguesia sobre toda a serra da Meruoca, eu que era conhecedor de vossa população não duvidei dar minha informação oficial a favor do projeto, atendendo mais aos vossos cômodos do que aos próprios interesses. Em 1878, porém, tratando-se de novo de levar a efeito a criação da referida freguesia, eu não pude ter a mesma opinião a tal respeito, porque, em vista da seca que tem assolado a Província, o povo se achava diminuído pela fome, pela peste e pela dispersão de grande número de famílias, porisso entendia que era mais conveniente esperar-se mais um ou dois anos. E, com efeito, criada a freguesia, o Sr. Bispo de espírito reto e justo como é, não tratou logo de a prover, deixando passar mais de um ano para ele dar o provimento, esperando, como parece, que os tempos melhorassem.

Agora é fato consumado. Vós ides pertencer à jurisdição de um sacerdote cheio de luzes e virtudes que não tenho, portando é de esperar o melhoramento de vossa direção espiritual para que com ela possais gozar de paz e sossego nesta vida, e na outra, da felicidade eterna como de coração vos desejo. Aceitai, pois, os protestos de estima e consideração daquele que não é mais vosso pastor, porém continua a ser vosso amigo. Sobral, 27 de fevereiro de 1880. O vigário Vicente Jorge de Sousa".

No mesmo dia que era publicada em Sobral esta despedida, 29 de fevereiro do ano bissexto de 1880, o Pe. Diogo tomava posse oficial de sua paróquia em Meruoca.

A POSSE

As nove horas da manhã, durante a missa dominical do dia 29 de fevereiro de 1880, o Pe. Diogo José de Sousa Lima tomou posse da freguesia de Meruoca.

A nova matriz estava repleta de fiéis e a missa foi solenizada com cânticos e foguetório. Pe. Diogo estava em Meruoca desde o dia 21, tendo passado uma semana inteira de preparativos e organização da grande festa de inauguração da nova paróquia. A colaboração do povo foi total.

A solenidade compareceram várias autoridades de Sobral, destacando-se a presença do Dr. Helvécio Monte, deputado provincial, autor do projeto de criação da freguezia na Assembléa Legislativa.

O Pe. Vicente Jorge de Sousa, representando o Bispo Diocesano, fez a leitura solene da Provisão de nomeação do novo vigário dando-lhe posse oficial no cargo. Após a leitura, exortou o povo a receber de braços abertos o novo pastor, prestando-lhe todo respeito e obediência. Durante a homilia o Pe. Diogo, homem já de cinquenta anos, prometeu colocar todas as suas forças à disposição de seus paroquianos e despender todo esforço no sentido de expandir o Reino de Deus sobre a serra.

Depois da missa, houve beija-mão de cumprimentos que teve mais de uma hora de duração. Todos, pessoalmente, queriam prestar sua homenagem ao primeiro vigário da Meruoca.

OS SENTIMENTOS DA POPULAÇÃO

O Alferes João Adeodato Ferreira, então residente na Meruoca, foi o verdadeiro líder do povo durante a campanha em prol da criação da paróquia. Foi ele também o incentivador da população no sentido de proporcionar ao novo vigário uma recepção condigna.

No dia imediato ao da posse, redigiu carinhosa mensagem de boas-vindas ao vigário, em nome de sua família, mandando-a publicar no jornal "Sobra-

lense", edição de 14 de março de 1880. Eis o texto integral da mensagem que foi assinada também por dois filhos do alferes:

"A pedido. Ao Revdº Vigário da Meruoca Diogo José de Sousa Lima.

É sob o influxo do mais doce prazer, obedecendo aos impulsos dos nossos corações e cumprindo o mais santo dos deveres, que viemos ocupar a imprensa. Sentimos que neste momento, quando vemos um novo céu abrir-se esplêndido entre nós, não disponhamos de frases significativas, de uma linguagem expressiva e de um estilo bem elevado, para admirarmos a inteligência e exaltarmos a virtude.

A nomeação do vigário da freguezia da Meruoca na pessoa do Rdº. Diogo José de Sousa Lima foi uma gota de bendito orvalho derramada em plantinhas sequiosas, foi um raio de luz projetado no centro de uma habitação escura.

Nesta nomeação vemos um farol para o nauta, uma tábuca salvadora para o naufrago, a consolação para o triste, a caridade para o desvalido e a dedicação enfim para todos.

Tínhamos um edifício sem a principal de suas colunas, tínhamos uma grinalda onde não se via uma das mais preciosas de suas flores, tínhamos um álbum em cujas páginas não possuíamos o mais delicado de seus retratos.

Se tivemos prazer quando vimos criada a freguezia da Meruoca, quanto maior não deveria ser o nosso júbilo vendo que o nomeado para vigário era o Rdº. Diogo José de Lima, verdadeiro apóstolo da Igreja, incansável no cumprimento de seus deveres, caridoso em acudir aos necessitados e desvelado pelas ovelhas de seu rebanho. A caridade manifesta-se imponente em todas as suas obras.

Consola com a sua palavra instrutiva ao pobre na sua carreira laboriosa da vida, já ensinando os preceitos da fé, já mostrando o caminho, mais seguro que deve seguir.

Convictos de que não podíamos ter melhor pastor para dirigir as ovelhas de um rebanho, levantamos hinos de graças ao Criador por nos ter dado um vigário que possui todos os predicados de um verdadeiro ministro de Cristo.

Queira, portanto, Rd^o Diogo José de Sousa Lima aceitar estas obscuras palavras como uma acanhada felicitação filha de uma inteligência inculta, mas nascida de corações que muito apreciam o mérito das altas virtudes. Meruoca, 1^o de março de 1880. João Adeodato Ferreira, Alfredo Frederico Albuquerque, Francisco Melquiades Albuquerque.

O Pe. Diogo agradeceu esta mensagem com a seguinte nota que foi publicada na edição de 28 de março do jornal "Sobralense":

"Aos Ilms. Srs. - Alferes João Adeodato Ferreira e seus dignos filhos, Alfredo Frederico de Albuquerque e Francisco Melquiades de Albuquerque.

Bem conheço, Ilms. Srs., com que excesso de bondade fizestes estampar, nas colunas do periódico "Sobralense" de 14 do corrente, vossas felicitações por ocasião de minha nomeação e posse de pároco desta freguezia, onde tive a ventura de encontrar-vos com os meus distintos paroquianos. Manifestastes os sentimentos mais nobres de vossos corações para estimular os meus brios enfraquecidos pela ausência das qualidades que sobram em vossas pessoas. O mérito de minhas ações deriva-se certamente da bondade daqueles, que como vós, tem sabido fazer-se dignos, por sua amabilidade, de todos os bons ofícios de amizade. Este é o grande segredo, que pretendestes disfarçar quando quisestes dar brilho ao meu obscuro nome. Conheceis bem com que dados ganhastes

minha gratidão e qual o lugar que ocupais na lista de meus bons e estimados amigos; portanto é tempo de agradecer-vos do íntimo d'alma as expressões delicadas com que acabais de prender a veneração que vos tributo, crescendo de pronto minha gratidão porque nesta felicitação destes a norma de meu procedimento é programa de minha administração que guardarei como um título valioso de vossa estima e um incentivo poderoso à caridade cristã.

Vosso humilde servo e amigo, Diogo José de Sousa Lima.

Meruoca, 23 de março de 1880.

Pe. Diogo tivera notícia da publicação da mensagem do Alferes João Adeodato Ferreira no dia 19 de março, sexta-feira de Passos, quando esteve em Sobral para pronunciar o Sermão do Encontro durante a célebre Procissão de Passos.

A FAMÍLIA DO ALFERES

O Alferes João Adeodato Ferreira foi realmente um grande batalhador pela criação da paróquia de Meruoca. Motivou toda sua numerosa família para trabalhar na preparação e organização da bonita festa de posse do novo vigário de quem se fez fiel amigo até o fim da vida. Como uma homenagem à sua pessoa e aos seus familiares, deixo aqui relacionados os seus descendentes.

João Adeodato Ferreira nasceu a 5 de maio de 1830, sendo filho de Luís Antônio Ferreira de Albuquerque, conhecido pela alcunha de Lucas, e de Rita Ferreira Fonteles. Casou-se a 10 de janeiro de 1854, na Fazenda Rodeador, com Francisca Cândida Carneiro, filha de Vicente Carneiro da Costa e de Ana Francisca do Carmo. Deste consórcio nasceram os seguintes filhos:

1. ALFREDO FREDERICO DE ALBUQUERQUE, c. c. Maria Teresa do Carmo, filha de Alexandre Carneiro de Maria e Maria José da Conceição, a 7 de setembro de 1883, na Matriz de Meruoca.
2. FRANCISCO MELQUIADES DE ALBUQUERQUE, c. c. Maria José de Araújo, filha de José Raimundo da Costa Carneiro e Guilhermina Ferreira de Araújo, a 8 de janeiro de 1881, na Meruoca.
3. BRUNO FERREIRA DE ALBUQUERQUE, meu avô materno, nascido a 6 de outubro de 1864 e falecido a 6 de fevereiro de 1944. Casou-se a 10 de dezembro de 1883, com sua prima Amália Amélia de Albuquerque, filha de Antônio Lopes Freire e Rita Ferreira de Albuquerque.
4. JOÃO JOSÉ FERREIRA ADEODATO (Janjão), c. c. sua prima Maria da Graça Divina, filha de Vicente da Costa Ponte e Maria Teresa de Jesus, a 27 de novembro de 1882.
5. VICENTE ADEODATO CARNEIRO, c. c. Francisca Paulina Nogueira, filha de Francisco Xavier Nogueira Sobrinho e Jesuina Frota Nogueira, a 22 de maio de 1890, na Meruoca.
6. JOAQUIM ARISTIDES DE ALBUQUERQUE, c. c. Estefânia Sabóia Ximenes Aragão, filha do Cap. Manuel Cornélio Ximenes Aragão e Francisca Sabóia Ximenes Aragão, a 22 de fevereiro de 1898.
7. JOSÉ FREDERICO DE ALBUQUERQUE, casou-se duas vezes. A primeira, com Antônio Argentina de Albuquerque, filha de Antônio Joaquim de Araújo e Maria Marcolina Arruda de Araújo, a 8 de setembro de 1888. Falecendo Antônio Argentina, a 16

de janeiro de 1894, o viúvo casou-se, em segundas núpcias, com Adélia Bessa Guimarães, filha de Domingos Bessa Guimarães e Guilhermina Coelho Bessa, a 4 de junho de 1895.

8. ANTONIO DE ALBUQUERQUE, c. c. Hilari-
na Rabelo, filha de Francisco Martiniano Rabelo e
Ermelinda Rebelo, em Parintins, Amazonas. Residia
em Belém do Pará, onde faleceu a 14 de outubro de
1960.

9. MANUEL LEONIDAS DE ALBUQUERQUE
(Neco), faleceu solteiro.

10. JUCA DE ALBUQUERQUE, c. c. Rita Albu-
querque, em Belém do Pará.

11. MARIA DA GLÓRIA ALBUQUERQUE (Ma-
roca), c. c. Joaquim Freire do Prado, filho de Bento
Freire do Prado e Maria Freire do Prado, a 18 de de-
zembro de 1879, na capela da Meruoca. Foi residir
em Belém.

12. MARIA ESTELINA DE ALBUQUERQUE,
c. c. seu primo, José Amâncio de Albuquerque, filho
de José Adeodato Ferreira e Maria Nazaré Carneiro,
a 7 de setembro de 1884, em Massapê.

13. MARIA ADALGISA DE ALBUQUERQUE,
c. c. seu primo, João Amâncio de Albuquerque, filho
de José Adeodato Carneiro e Maria Nazaré Carneiro,
a 10 de junho de 1898.

Sendo inaugurada a 31 de dezembro de 1881 a
estação ferroviária de Massapê, o Alferes João Adeo-
dato Ferreira, procurando melhores meios de vida,

fixou residência nessa localidade abrindo casa comercial.

Também para Massapê se mudou seu irmão José Adeodato Ferreira. Ambos construíram casas de moradia em terreno comprado a Dona Úrsula Balbina de Sousa, mãe do Pe. Diogo que facilitou a transação com os dois irmãos seus amigos. Ali também Pe. Diogo iniciou a construção da capela de Santa Úrsula a 15 de julho de 1883, dando origem à atual cidade de Massapê. Criado o município massapeense, sua instalação se deu a 5 de fevereiro de 1898, tendo sido eleito primeiro Intendente Municipal. O segundo Intendente foi seu sobrinho e genro José Amâncio de Albuquerque.

O PRIMEIRO ANO DE PAROQUIATO

O Pe. Diogo era homem escrupulosamente organizado. Procurou iniciar seu paroquiato em Meruoca sob o signo da ordem e da pontualidade. Seu primeiro trabalho foi fazer uma limpeza geral na Matriz e dotá-la de todas as alfaias e paramentos necessários à decência do culto. Com ajuda do Procurador do Patrimônio, João Francisco de Vasconcelos, conseguiu verba para as despesas iniciais.

Os sacramentos eram ministrados depois de cuidadosa preparação e ele mesmo, de próprio punho e com zelada caligrafia registrava os batizados, casamentos e óbitos nos livros respectivos.

No mesmo dia da posse, o novo vigário administrou o sacramento do batismo a nove crianças.

O primeiro casamento foi realizado no dia 10 de abril e os nubentes foram Pedro José de Sousa e Teodora Maria da Conceição. Ele, viúvo de Ana Maria do Sacramento, e ela filha de Ursulino de Sousa Farrapo e Maria Alves da Assunção. Serviram de testemunha.

os Srs. Domingos Ferreira de Albuquerque e Francisco de Sales Sousa. Durante o ano de 1880 foram celebrados mais 73 matrimônios.

No fim do mês de julho a paróquia foi visitada pelos Padres Francisco Hildebrando Gomes Angelina e Antônio Lopes de Araújo que muito ajudaram o vigário na preparação da primeira crisma na paróquia.

A 15 de agosto, festa de N. Sr^a. da Assunção, o Pe. Diogo, com licença do Bispo Dom Luís, administrou o sacramento da confirmação a 822 pessoas, sendo 443 meninos e 379 meninas. A permissão de crismar lhe foi dada por Portaria de 2 de julho de 1880, restringindo-se a "três dias consecutivos ou interpolados".

FONTES DE ESTUDO:

— LIVRO DE NOMEAÇÃO — Nº. 1 — CÚRIA ARQUIDIOCESANA — FORTALEZA

— JORNAL "SOBRALENSE" — COLEÇÃO DE 1880 BIBLIOTECA DA UVA — SOBRAL —

— LIVRO DE CASAMENTOS — Nº. 1 — MATRIZ DE MERUOCA

— LIVROS DE CASAMENTOS — SOBRAL — CÚRIA DIOCESANA

— AGUIAR, Osvaldo de — "Massapê em foco" — Fortaleza — 1969

Biografia dos Vigários

Durante os cem anos de paróquia, Meruoca teve vinte e um vigários, entre efetivos e interinos, conforme relação abaixo:

1. PE. DIOGO JOSÉ DE SOUSA LIMA
de 29.02.1880 a 03.05.1897
2. PE. FRANCISCO INÁCIO DA COSTA MENDES
de 11.07.1897 a 1º.06.1900
3. PE. JOSÉ SILVINO MARIA DE VASCONCELOS
de 13.06.1900 a 20.01.1906
4. PE. CUSTÓDIO ARCANJO DE VASCONCELOS
de 20.01.1906 a 10.04.1913
5. PE. MANUEL DE ARAÚJO FEITOSA
de 18.05.1913 a 31.12.1913
6. PE. ANTÔNIO CÂNDIDO DE MELO,
de 06.01.1914 a 14.04. 1914
7. PE. FRANCISCO LEOPOLDO FERNANDES,
de 14.04.1914 a 25.01.1916
8. PE. FORTUNATO ALVES LINHARES
de 25.01.1916 a 28.07.1916
9. PE. JOSÉ JOAQUIM DA FROTA
de 29.07.1916 a 28.01.1913

10. PE. FRANCISCO LEOPOLDO FERNANDES
de 28.01.1918 a 02.05.1921
11. PE. JOAQUIM SEVERIANO DE VASCONCELOS
de 02.05.1921 a 18.09.1923
12. PE. JOAQUIM ANSELMO DE SALES
de 23.09.1923 a 29.10.1928
13. PE. MANUEL HENRIQUES DE ARAÚJO,
de 29.10.1928 a 31.10.1930
14. PE. JOSÉ ALOISIO PINTO
de 01.11.1930 a 27.01.1931
15. PE. LUÍS VALFRE FRANZONI
de 28.01.1931 a 11.10.1931
16. PE. JOÃO TEÓFILO SOARES LEITÃO
de 12.10.1931 a 21.08.1934
17. PE. JOSÉ BEZERRA COUTINHO
de 26.08.1934 a 31.10.1935
18. PE. ANTÔNIO REGINO CARNEIRO,
de 02.11.1935 a 24.08.1937
19. PE. JOSÉ OSMAR CARNEIRO
de 1º.09.1937 a 06.01.1938
20. PE. FRANCISCO EUDES FERNANDES
de 09.01.1938 a 31.12.1947
21. MONS. JOSÉ FURTADO CAVALCANTI
de 25.01.1948

Quem foi cada um destes vigários e o que fizeram à frente da paróquia da Meruoca é o que passarei sucintamente a referir.

1. MONS. DIOGO JOSÉ DE SOUSA LIMA

Nasceu em Sobral a 7 de junho de 1829, filho legítimo do Capitão José Rodrigues Lima e Úrsula Balbina de Sousa Lima. Neto paterno de João Rodrigues de Lima e Josefa de Vasconcelos e neto materno de Diogo José de Sousa e Constança Maria do Carmo.

De ilustre família, tinha quatro irmãos formados em Direito na tradicional Faculdade do Recife: Dr. Antônio Plutarco, Dr. Francisco Pothier, Dr. José Austregésilo e Dr. Miguel Leopoldo Rodrigues Lima. Era tio materno de Dom José Tupinambá da Frota.

Estudou Teologia no Seminário de Olinda, tendo se ordenado sacerdote a 4 de julho de 1852. A 15 de agosto do mesmo ano cantou a primeira missa na Matriz de Santana do Acaraú.

Em 1853 foi nomeado vigário cooperador do Icó, cargo que exerceu até 19 de outubro de 1856. Em novembro desse ano, viajou para Pernambuco com o fim de se submeter a concurso para uma freguesia vaga. Foi aprovado com brilhantismo a 1º. de dezembro de 1856, tendo sido nomeado vigário colado de Saboeiro por Carta Imperial de 28 de janeiro de 1857, tomando posse a 23 de fevereiro. Seu maior trabalho em Saboeiro foi reconstruir a Matriz de N. Srª. da Purificação. Interrompeu seu paróquiato por duas vezes. A primeira, durante os períodos de sessão da Assembléia Legislativa no biênio 1860—1861 quando foi Deputado Provincial. A segunda, de abril a dezembro de 1867 quando exerceu as funções de Secretário do Bispo do Ceará. Sentindo-se na obrigação de prestar

auxílio à sua mãe, renunciou a freguezia de Saboeiro em 1869, tendo fixado residência em Sobral. Em 1871 iniciou os trabalhos de construção da capela de N. Sra. dos Remédios, hoje Tuína, tendo ali aberto uma escola para meninos.

Durante 9 anos trabalhou em Sobral como sacerdote avulso, substituindo interinamente os vigários de Santana do Acaraú e Palma (Coreaú) durante a ausência destes. Por carta de 18 de abril de 1872, Dom Luís Antônio dos Santos o convidou para aceitar uma paróquia em Fortaleza, oferta que não foi aceita sob alegativa de necessitar estar em Sobral para dar assistência aos seus familiares.

Nomeado, a seu pedido, vigário de Meruoca a 4 de fevereiro de 1880, tomou posse a 29 do mesmo mês e ano. Em julho de 1883 iniciou a construção da capela de Santa Úrsula de Massapê em terreno doado por sua mãe.

No biênio 1884-1885 foi Deputado Provincial tendo sido eleito Vice-Presidente da Assembléa, então sob a presidência do Pe. Antero José de Lima. Nesse biênio havia 10 sacerdotes exercendo mandato de Deputado, entre os quais os seus amigos Pe. Francisco Xavier Nogueira e Pe. Francisco Teótimas de Vasconcelos, vigário colado e cooperador de Santana do Acaraú, respectivamente. Na qualidade de Presidente da "Comissão de Estatística e Divisão Civil, Judiciária e Eclesiástica" Pe. Diogo foi autor do projeto de criação da cidade de Palma (hoje Coreaú) tendo apresentado referido projeto na sessão de 14 de agosto de 1884, e autor do projeto de criação do município de Meruoca confirmada pela Lei Nº. 2.090 de 13 de novembro de 1885. A vila de Meruoca foi instalada a 24 de janeiro de 1887.

A 16 de junho de 1885 recebeu o Bispo Dom Joaquim José Vieira em sua paróquia, durante a 1ª. Vi-

sita Pastoral, tendo sido elogiado pelo trabalho admirável que fazia em prol da catequese. Dom Joaquim crismou 2.351 pessoas em Meruoca, sendo 1.349 do sexo feminino e 1002 do sexo masculino. A ata da visita foi escrita pelo Pe. Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo.

Em 1887 reconstruiu a Capela do Coração de Maria no sítio Capim, hoje Floresta.

Durante o seu paroquiato de 17 anos em Meruoca fez profundas reformas na Matriz, forrando o teto de madeira, dando-lhe novo pavimento, construindo as tribunas e abrindo arcos no corpo do templo.

A 3 de maio de 1897 foi nomeado vigário de Sobral, cargo que exerceu até 10 de fevereiro de 1908 quando foi nomeado para seu sucessor o seu sobrinho Pe. José Tupinambá da Frota. Mons. Diogo faleceu a 30 de julho de 1909.

A 4 de julho de 1902, dia do cinquentenário de sua ordenação sacerdotal, tinha sido agraciado com o título de Monsenhor, Camareiro Secreto de Sua Santidade o Papa Leão XIII.

Mons. Diogo era apreciado orador sacro e possuía vasta cultura humanística.

Meruoca soube lhe ser grata apondo-lhe o nome na principal praça da cidade.

2. PE. FRANCISCO INÁCIO DA COSTA MENDES

Nasceu em Boa-Viagem a 14 de maio de 1842. Filho de Inácio Mendes Guerreiro e Joana Gomes da Silva. Neto paterno de José da Silva Bezerra e Joana Batista Ferreira. Neto materno de Luciano Alves da Costa e Ana Alves da Costa.

Era irmão do professor João de Araújo da Costa Mendes que fundou o "Ateneu Cearense" em Fortaleza a 8 de janeiro de 1863, e do professor Manuel

Teófilo Costa Mendes que fundou em Sobral o "Colégio N.ª Sr.ª da Conceição" a 2 de agosto do mesmo ano.

Foi ordenado sacerdote em Fortaleza no dia 30 de novembro de 1867. No ano seguinte foi nomeado vigário de Bca-Viagem, com posse a 5 de abril, em substituição ao Pe. Antônio Correia de Sá. Permaneceu durante 12 anos como pároco de sua terra natal, precisamente até 13 de janeiro de 1879 quando, por motivo de saúde, renunciou ao cargo e a 8 de março de 1881 transferiu-se para o Maranhão. Ali presidiu os destinos da paróquia de Codô, em 1882.

Retornando ao Ceará, foi nomeado vigário de Camocim onde esteve de 5 de outubro de 1884 a 22 de outubro de 1895. Em 1888 reconstruiu a capela da povoação de Amarelas.

A 22 de outubro de 1895 assumiu a paróquia de Ibiapina onde esteve apenas durante cinco meses, renunciando a 20 de março de 1896.

A 18 de junho de 1897 foi nomeado vigário de Meruoca, tendo tomado posse a 11 de julho. Ali permaneceu até 1º de junho de 1900, dia de seu falecimento.

Durante os três anos de pároco em Meruoca, o Pe. Costa Mendes pouco pôde fazer por causa de seu precário estado de saúde. Limitou-se aos trabalhos de rotina que procurou exercer com retidão e dignidade.

3. PE. JOSÉ SILVINO MARIA DE VASCONCELOS

Nasceu em Santana do Acaraú a 8 de julho de 1846, sendo filho de José Ferreira de Vasconcelos e Ana Francisca Soares. São seus avós paternos José Rodrigues de Vasconcelos e Maria Ferreira de Vas-



PE. JOSÉ SILVINO MARIA DE VASCONCELOS

— 3º Vigário de Meruoca —

concelos e avós maternos, José Pedro Soares e Ana Luzia da Trindade.

Matriculou-se no seminário de Fortaleza a 2 de outubro de 1865, tendo sido ordenado sacerdote a 30 de novembro de 1870. A 7 de janeiro de 1871, foi nomeado para, a 27 de abril, assumir a paróquia de Santo Antônio de Aracatiagu.

Nesse período construiu e benzeu em 1875 a capela de Juá, pertencente ao município da Irauçuba. Continuando encarregado de Aracatiagu, a 18 de outubro de 1879 tomou posse de São Francisco de Uruburetama, cargo que exerceu até 30 de junho de 1885.

A 17 de agosto de 1889 foi nomeado vigário cooperador de Sobral.

Com o falecimento do Pe. Costa Mendes, foi nomeado vigário de Meruoca cuja paróquia assumiu a 13 de junho de 1900, permanecendo na função até 20 de janeiro de 1906, dia da posse de seu sucessor.

Passou os últimos anos de vida em Sobral onde faleceu às 2 hs. da tarde do dia 28 de fevereiro de 1916.

4. PE. CUSTÓDIO ARCANJO DE VASCONCELOS

Nascido em Santana do Acaraú a 16 de janeiro de 1878, é filho de José Firmino de Vasconcelos e Bárbara Especiosa de Maria. Neto paterno de Custódio Arcanjo Soares e Francisca Pinto Brandão. Neto materno de Joaquim Pereira Dutra (Júnior) e Maria Especiosa da Glória.

Matriculou-se no Seminário da Bahia em 1894, tendo sido ordenado sacerdote por Dom Jerônimo Tomé da Silva a 29 de setembro de 1901.

Logo depois de ordenado veio ao Ceará em vi-

sita aos seus familiares demorando-se também alguns meses em Camocim. De volta à Bahia foi vigário da freguezia de N. Sra. da Conceição do Mundo Novo, onde esteve até 1905. Retornando ao Ceará no final desse ano, foi nomeado vigário de Meruoca a 20 de janeiro de 1906.

Concluiu a construção da capela de São José da Ventura (1906) e de N. Sra. do Perpétuo Socorro de Alcântaras (1908).

Durante o seu paróquio em Meruoca, foi criada a freguezia de Massapê, por Provisão de 22 de junho de 1911, tendo ele concordado em ceder a parte do norte da serra, os sítios Meruquinha e São Brás, ao território da nova paróquia.

Pe. Custódio era muito bonachão, desapegado de bens terrenos e algumas vezes até displicente no cumprimento de seus deveres. Durante a Visita Pastoral que Dom Manuel da Silva Gomes fez a Meruoca de 23 a 28 de julho de 1912, recebeu a seguinte advertência escrita, a 20 de setembro pela mão do próprio Bispo: "Encontramos a Matriz meio em ruínas e algum tanto desorganizada. Os livros de assentamentos de casamentos e batizados em notável atraso. Não encontramos Livro do Tombo pelo que só agora, quase dois meses depois, fazemos nós mesmos esta ata de visita pastoral, tendo nesse tempo falecido nosso secretário.

O secretário a que se refere Dom Manuel era o Pe. Jacinto Fernandes Pereira falecido a 9 de agosto de 1912 em Coreaú, durante a Visita Pastoral. Este sacerdote era português, natural de São Vitor Diocese de Braga, filho póstumo de João Fernandes Pereira e Tereza de Jesus. Estivera na Bahia como coadjutor de seu padrinho Mons. Elpidio, vigário de Santo Antônio Além do Carmo, em Salvador. Acompanhou Dom Manuel para o Ceará, sendo seu

secretário particular. Logo depois de seu retorno a Fortaleza, tendo em vista a renúncia de Dom Joaquim José Vieira de quem era auxiliar, Dom Manuel assumiu o Bispado do Ceará a 8 de dezembro de 1912, tendo sido uma de suas primeiras providências exonerar o Pe. Custódio das funções de vigário da Meruoca, o qual deixou a paróquia 10 de abril de 1912. Para substituí-lo foi nomeado o Pe. Nelson Teixeira de Farias que não chegou a tomar posse, sendo-lhe passada outra provisão transferindo-o da paróquia da Independência para a de Morada Nova.

Com a desistência do Pe. Nelson, por Portaria de 7 de fevereiro de 1913 foi nomeado por Dom Manuel o neo-sacerdote Pe. Manuel de Araújo Feitosa para o cargo de coadjutor da paróquia de Massapê com a obrigação de assistir espiritualmente à paróquia de Meruoca.

Pe. Custódio passou o resto de sua vida em sua terra natal, Santana do Acaraú, de onde foi nomeado vigário em 1916 por Dom José Tupinambá da Frota, permanecendo neste cargo até 18 de novembro de 1919, quando faleceu repentinamente de colapso cardíaco. Ali foi sempre benquisto pelo povo por causa de seu desprendimento e de seu incansável espírito de caridade.

O jornal sobralense "A Luta", redatoriado pelo brilhante jornalista Deolino Barreto, em sua edição de 26 de novembro de 1919, publicou o seguinte comentário sobre o seu falecimento: "O pranteado extinto que era um orador de primeira linha, nutria um verdadeiro desprendimento pelos gozos materiais deste vale de lágrimas e por isso morreu na mais extrema pobreza. (...) Recusando qualquer recompensa pelos seus serviços, o Pe. Custódio chegava a passar privações que somente eram removidas quando chegavam ao conhecimento de qualquer

de seus admiradores, que eram quantos o conheciam".

No mesmo jornal, edição de 10 de dezembro, foi publicado um soneto, elogioso à sua memória, de autoria de Álvaro Pereira, residente em Massapê.

Também o "Correio da Semana" e "A Ordem" publicaram comovente necrológico.

Muito conhecidos eram os dotes oratórios do Pe. Custódio que empolgava e comovia seus ouvintes. Foi ele o escolhido para fazer, em nome do clero, o brinde de saudação a Dom José Tupinambá da Frota quando eleito bispo de Sobral.

5. PE. MANUEL DE ARAÚJO FEITOSA

Nasceu em Arneiroz a 8 de dezembro de 1886, sendo filho de Leonardo Alves Feitosa e Maria Jardilina Alves Feitosa. Foi ordenado sacerdote a 30 de novembro de 1912 por Dom Manuel da Silva Gomes, em Fortaleza. Pouco mais de dois meses após a ordenação, foi nomeado vigário coadjutor de Massapê por Provisão de 7 de fevereiro de 1913, com obrigação de servir também como vigário interino de Meruoca.

No dia 18 de maio chegou pela primeira vez em Meruoca, iniciando um rápido paroquiato de pouco mais de sete meses, já que a 6 de janeiro de 1914 foi nomeado vigário de Uruburetama, antigo Arraial, onde permaneceu até 15 de dezembro de 1916.

Conforme deixou consignado no Livro de Tombo, nesse rápido período em que se encarregou da paróquia de Meruoca, continuou residindo em Massapê ajudando o pároco Pe. Antônio Cândido de Melo, mas visitando quinzenalmente a sede da Matriz na serra, onde ocupou o tempo tentando por em dia a escrita atrasada e fazer um levantamento dos bens

paroquiais. Esteve pela última vez em Meruoca a 31 de dezembro de 1913.

A 25 de junho de 1913 nomeou Raimundo José de Farias Filho para o cargo de fabriqueiro da Matriz.

Com a criação da Diocese de Crato, Pe. Manuel Feitosa transferiu-se para a jurisdição do novo Bispado.

De 15 de dezembro de 1916 foi vigário de Pedra Branca até 6 de maio de 1917. De 1918 a 1936 esteve no Crato como Secretário do Bispado e Diretor do Colégio Santa Teresa. Vigário de Cedro de 27 de abril de 1936 a 7 de junho de 1941. A 18 de junho de 1941 foi nomeado vigário de Farias Brito, antiga Quixará, onde faleceu a 28 de dezembro de 1945. A 9 de abril de 1929 foi nomeado cônego honorário do Cabido da Bahia, sendo o único sacerdote da diocese de Crato que chegou ao canonicato.

6. PE. ANTÔNIO CÂNDIDO DE MELO,

Na qualidade de vigário de Massapê dirigiu interinamente a paróquia de Meruoca de 6 de janeiro a 14 de abril de 1914.

Natural de Ibiapina onde nasceu a 3 de outubro de 1878, era filho de José Ferreira de Melo e Josefa Soares de Melo.

Foi ordenado sacerdote a 30 de novembro de 1905.

Em 1906 foi nomeado coadjutor do pároco de Santana do Acaraú, tendo preferido exercer tal função residindo na capela de Massapê, então pertencente àquela freguesia.

Com a criação da paróquia de Massapê a 22 de junho de 1911 foi nomeado seu primeiro vigário, cargo que exerceu até o mês de agosto de 1916,

quando então fixou residência em Sobral ocupando o lugar de Secretário do Bispado.

Por Provisão de 2 de janeiro de 1918 foi nomeado vigário de Ibiapina onde permaneceu em função até o dia de sua morte ocorrida a 9 de março de 1947, na capela de Mucambo.

A pedido de Dom José Tupinambá da Frota a Santa Sé o agraciou com o título de Monsenhor, tendo em vista os benefícios que prestou à Diocese.

A figura de Mons. Melo ainda hoje é lembrada em Ibiapina, pela consagração do povo e pela gratidão da municipalidade que após-lhe o nome em uma das praças da cidade.

7. PE. FRANCISCO LEOPOLDO FERNANDES,

Nasceu em Solonópole a 12 de dezembro de 1885, sendo filho de Manuel Josino Pinheiro e Francisca Maria Fernandes.

Matriculou-se no Seminário de Fortaleza a 3 de março de 1900, tendo recebido o presbiterato a 6 de fevereiro de 1910.

Foi Cooperador da paróquia de Iguatu onde esteve até 24 de março de 1911, quando então foi nomeado vigário de Brejo Santo. A 12 de dezembro de 1912 foi transferido para a paróquia de Ibiapina, onde esteve até 6 de março de 1914. A 14 de abril do mesmo ano tomou posse da freguesia de Meruoca, onde esteve até 25 de janeiro de 1916.

Em seu paróquio em Meruoca construiu o altar do Coração de Jesus para o "Apostolado da Oração" por ele fundado, colocou as três portas principais da Matriz e instituiu os quadros da Via-Sacra.

Criada a Diocese de Sobral, foi nomeado primeiro cura da Catedral, função que exerceu de 24 de

julho de 1916 a 2 de fevereiro de 1919, tendo ficado com o encargo de vigário interino de Meruoca de 28 de julho de 1918 a 2 de maio de 1921. Ainda em Sobral foi vigário da paróquia do Patrocínio, de 8 de maio de 1921 a 31 de dezembro de 1929.

Em 1930 esteve como vigário de Camocim e Tianguá, transferindo-se no fim desse ano para a Diocese do Crato. Em maio de 1932 seguiu para Minas Gerais onde esteve como vigário em Santa Margarida e Chalé, na Diocese de Caratinga cujo Bispo era Dom Carloto Távora.

Retornou ao Ceará em 1935, fixando-se no Crato. A partir de 1946 foi residir em Fortaleza onde faleceu a 24 de maio de 1953.

Pe. Leopoldo foi primoroso jornalista. Dirigiu o "Correio da Semana", de Sobral de 1919 a 1928. No Crato exerceu o magistério e colaborou na imprensa local.

8. PE. FORTUNATO ALVES LINHARES

Nascido em Sobral a 14 de outubro de 1869, era filho do Cap. Vicente Alves Linhares e Felismina Idalina Linhares. Neto paterno de Joaquim José Alves Linhares e Maria da Purificação de Vasconcelos, e materno de Francisco Machado Freire e Quitéria Maria de Jesus.

Matriculou-se no seminário de Fortaleza a 7 de março de 1887, tendo recebido o presbiterato a 30 de novembro de 1892, juntamente com outro sobralense o Pe. Manuel de França Melo.

Foi vigário cooperador e interino de Maranguape a 6 de fevereiro de 1893, onde esteve até 16 de maio de 1894, quando foi transferido para Sobral como auxiliar do vigário Vicente Jorge de Sousa e, posteriormente, do Pe. Diogo José de Sousa Lima e do Pe. José Tupinambá da Frota.

A 21 de janeiro de 1916 foi nomeado vigário interino de Meruoca, cargo que exerceu até 28 de julho, embora com residência em Sobral. Graças aos seus esforços foi iniciada a construção da estrada Sobral — Meruoca na qual foram gastos 608 contos de réis e foi inaugurada a 31 de outubro de 1918. Foi também encarregado da paróquia de Aracatiaçu nos períodos de 1895 a 1905 e de 1927 a 1935.

Professor por vocação, dedicou a maior parte de sua vida exercendo o magistério na cidade de Sobral onde fundou o Externato São Luís do qual foi diretor de 1907 a 1925.

Profundo conhecedor de História e Geografia, lecionou estas disciplinas no Seminário e no Ginásio Sobralense durante vários anos. Dedicado ao conhecimento da história da cidade, publicou "Notas Históricas da cidade de Sobral", 1941.

Cego no fim da vida, mesmo assim celebrava diariamente na capela do Rosário e, aos domingos, na capela de Santo Antônio. Faleceu a 8 de dezembro de 1960. Uma das praças centrais de Sobral foi batizada com o seu nome. Mons. Linhares foi exemplo de sacerdote e de mestre.

Sua biografia foi escrita por Mário Linhares, Gráfica Laemmert. Rio, 1962.

S. PE. JOSÉ JOAQUIM DA FROTA

Filho de Miguel Francisco Carneiro da Frota e Maria Pia de Araújo, nasceu em Santana do Acaiaú a 20 de março de 1885. Neto paterno de Lúcio Carneiro da Costa e Maria do Carmo Frota. Neto materno de Joaquim Carneiro da Costa Junior e Maria Guilhermina Bezerra de Araújo.

Fez seus estudos primários em Camocim e Ipu. Em 1904 matriculou-se no seminário de Fortaleza, transferindo-se em 1906 para o Seminário da Bahia.

Foi ordenado sacerdote em Maceió, Alagoas, a 21 de dezembro de 1915, por Dom Manuel de Oliveira Lopes que tinha sido Bispo auxiliar de Fortaleza.

Retornou ao Ceará no princípio de 1916, tendo sido nomeado vigário de Meruoca, cargo do qual tomou posse a 29 de julho do mesmo ano e que exerceu até 18 de janeiro de 1918 quando foi nomeado para a paróquia de Massapê.

Durante o seu curto paroquiato de um ano e seis meses em Meruoca, construiu um novo cruzeiro em substituição ao antigo, esse também já demolido e que ainda conheci na frente da Matriz, e consertou todo o assoalho da igreja paroquial que recebeu também completa pintura.

A 27 de outubro de 1917 teve a honra de receber Dom José Tupinambá da Frota em Visita Pastoral, interrompida dois dias depois por motivo de doença do Bispo diocesano. Tinham acompanhado o prelado os Padres José Ferreira da Ponte, Eurico de Melo Magalhães e Francisco Cândido de Vasconcelos.

Pe. José Joaquim tomou posse da paróquia de Massapê a 2 de fevereiro de 1918, permanecendo no cargo mais de 15 anos, só interrompido por motivo de sua morte repentina ocorrida em Sobral a 3 de julho de 1933.

Homem alegre, comunicativo e caridoso deixou muitas amizades entre seus paroquianos.

10. PE. FRANCISCO LEOPOLDO FERNANDES

Com a transferência do Pe. José Joaquim para Massapê, o Pe. Leopoldo Fernandes voltou a reger a paróquia de Meruoca como vigário interino, ficando com este encargo até 2 de maio de 1921 quando o transferiu ao Pe. Joaquim Severiano. Em 1920, Pe

Francisco Cândido de Vasconcelos também prestou assistência religiosa aos meruocanos.

11. PE. JOAQUIM SEVERIANO DE VASCONCELOS

Nasceu em Santana do Acaraú a 7 de agosto de 1872, filho de Vicente Severiano de Vasconcelos e sua segunda mulher Maria da Glória Lourenço. Neto paterno de Diogo José de Sousa e Constança de Maria do Carmo. Neto materno de Tomás Lourenço da Costa e Angélica Francisca Veras de Vasconcelos. Pelo lado paterno era primo do Mons. Diogo e de Dom José Tupinambá da Frota e pelo materno, do poeta Pe. Antônio Tomás.

Matriculou-se no Seminário de Fortaleza a 7 de março de 1888, tendo recebido o presbiterato a 30 de novembro de 1895.

Em 1896 foi nomeado professor do Seminário do Crato e em 1899, cooperador do vigário, Pe. Quintino Rodrigues de Oliveira que depois foi bispo da mesma cidade, a quem muito ajudou como professor do velho Seminário até o ano de 1902. De 22 de junho de 1903 a 1905 esteve em Acaraú auxiliando o vigário local, Pe. Antônio Tomás, seu primo, que não estava gozando de boa saúde.

A 25 de março de 1906 assumiu a paróquia de Ibiapira, onde se demorou até 13 de dezembro de 1912. Nesse período construiu a capela de São José, hoje Matriz de Ubajara, e benzeu a capela de Santana, hoje Matriz de Mucambo.

Nomeado vigário de Santana do Acaraú a 13 de dezembro de 1912 aí esteve até março de 1915, quando se transferiu para Fortaleza a fim de lecionar no Seminário.

Chamado por Dom José Tupinambá da Frota para a Diocese de Sobral em 1918, foi nomeado pró-

meiro Diretor do Colégio Diocesano recentemente fundado e que funcionou em 1919 no prédio onde hoje está instalada a Santa Casa de Misericórdia.

Com a nomeação do Pe. Leopoldo Fernandes a 2 de maio de 1921 para o cargo de vigário do Patrocínio de Sobral, o Pe. Joaquim Severiano assumiu interinamente as funções de vigário de Meruoca onde serviu até 18 de setembro de 1923, tempo em que se transferiu para a Arquidiocese de Fortaleza. Em setembro de 1921 presidiu em Meruoca a Conferência Eclesiástica da qual participaram os padres Eurico Magalhães, José Joaquim da Frota, Fortunato Alves Linhares e Francisco Cândido de Vasconcelos. Nesses dias da conferência foram distribuídas duas mil comunhões na Matriz.

Pe. Severiano foi vigário de Mecejana de 1924 a 1931.

A 6 de janeiro de 1932 internou-se no Leprosário de Canafistula, como capelão confortando espiritualmente os moribundos que, naquela época, eram desprezados e temidos por causa do perigo de transmissão da doença. Ali levou sua obrigação sacerdotal ao extremo de se dedicar, de corpo e alma, aos seus queridos leprosos até 13 de fevereiro de 1940. dia em que dormiu santamente no Senhor.

Foram oito anos de testemunho de caridade cristã e de heroísmo humano. Pe. Severiano, mais do que sacerdote culto e professor apreciado, foi verdadeiramente um homem de Deus.

12. PE. JOAQUIM ANSELMO DE SALES

Nasceu em Meruoca a 29 de janeiro de 1898, filho de Francisco Luís Pereira e Maria Madalena Rodrigues. Neto paterno de Luís Florêncio Pereira

e Ana Maria da Conceição e materno, de Manuel Rodrigues dos Santos e Tereza Rodrigues de Jesus.

Foi ordenado sacerdote em Sobral a 31 de março de 1923.

A 18 de setembro de 1923 foi nomeado vigário de Meruoca, cuja posse se realizou no dia 23 do mesmo mês e ano.

Seu primeiro trabalho foi reavivar as associações religiosas já existentes e criar outras novas. A 14 de outubro de 1923 fundou a Congregação da Doutrina Cristã, a 6 de janeiro de 1924, a Associação da Adoração Contínua e a 30 de março do mesmo ano a Liga da Boa Imprensa.

De 2 a 7 de agosto de 1924 foi realizada na paróquia mais uma Visita Pastoral, presidida por Dom José Tupinambá que deixou na ata respectiva frases de louvor ao zelo do vigário. Nesta Visita houve 1470 crismas e 1.500 comunhões.

A 16 de setembro de 1924 são fundadas a Congregação Mariana de Moços e a Pia União dos Filhos de Maria.

No dia 12 de novembro do mesmo ano, a paróquia recebeu festivamente o Visitador Apostólico, Dom Bento Lopez, embaixador do Papa Pio XI, que se fez acompanhar do Secretário Dom Lorenzo Lumini e do Pe. José Gerardo Ferreira Gomes, cura da Sé. O Visitador chegou às 9 horas da manhã e retornou a Sobral às 5 da tarde. Foi um dia de gala na paróquia.

A 23 de novembro benzeu a nova imagem de São José na capela de Ventura.

A Associação dos Santos Anjos, destinada a crianças, foi criada no dia 28 de janeiro de 1926.

Nos dois últimos anos de seu paroquiato, Pe. Sales dedicou-se também a empreendimentos sociais. Inaugurou a iluminação elétrica em Meruoca

ca com recursos da paróquia, tendo adquirido o motor e o dínamo. No dia 10 de janeiro de 1927, com grande regozijo do povo, fez experiência da iluminação na casa paroquial. A 6 de fevereiro, durante a celebração da primeira missa do Pe. Manuel Henriques, filho da terra, inaugurou a instalação elétrica da Matriz.

Durante o ano de 1927 fundou o Cinema Paroquial Dom José, inaugurado a 8 de maio, e o "Circulo de Agricultores Católicos" inaugurado a 8 de novembro.

A 29 de outubro de 1928 retirou-se da paróquia por motivos sentimentais, tendo estado em Recife por algum tempo, fixando-se definitivamente em Joinville, Estado de Santa Catarina, onde secularizou-se.

13. PE. MANUEL HENRIQUES DE ARAÚJO,

Nasceu em Meruoca a 10 de dezembro de 1897, sendo filho de Rafael Henriques de Araújo e Ana Pessoa da Costa Araújo. Neto paterno de Miguel Henriques de Araújo e Francisca Lourença dos Santos. Neto materno de Manuel da Costa Sousa e Maria Fortuna Pessoa da Costa.

Matriculou-se no Seminário de Fortaleza em 1917 e recebeu o presbiterato em Sobral a 30 de janeiro de 1927. Cantou a primeira missa na terra natal a 7 de fevereiro.

Seu primeiro ofício foi ser professor do Seminário Diocesano e capelão da Santa Casa de Misericórdia de Sobral.

Nomeado vigário de Meruoca, tomou posse a 28 de outubro de 1928 permanecendo no cargo até 31 de outubro de 1930. De 1º de novembro de 1930 a 27 de janeiro de 1931 a paróquia foi assistida pelo Pe. José Aloísio Pinto.

Durante os dois anos de paróquia, construiu o Pe. Manuel Henriques o cemitério de Ventura em 1929, ampliou o cemitério de Alcântara em 1930 e fundou a "Obra Pontifícia da Propagação da Fé" a 2º de outubro do mesmo ano. Recebeu, como doação do Sr. Antero Coelho de Araújo, um rico tapete para o altar-mor, no valor de seiscentos mil réis. O Sr. Antero era natural de Imperatriz, Maranhão, filho de Rufino Coelho de Araújo e Anastácia Maria de Jesus e se casou duas vezes na Matriz de Meruoca. A primeira a 21 de abril de 1891, com Antônio Maria de Araújo, filha de Francisco Henriques de Araújo e Luiza Maria de Jesus. A segunda, a 3 de outubro de 1899, com Regina Celsa de Araújo, filha de Francisco Henriques de Araújo e Ana Joaquina de Araújo. Residiu em Massapê e Fortaleza onde faleceu. Era avô do Dr. Antero Coelho Neto que foi o primeiro Reitor da Universidade de Fortaleza — UNIFOR — De 7 a 13 de agosto de 1930 houve Visita Pastoral presidida por Dom José Tupinambá da Frota em Meruoca quando foram administrados 1872 crismas e houve 2.400 comunhões.

A 31 de outubro de 1930 Pe. Manuel Henriques foi nomeado vigário de Camocim, em cujo cargo permaneceu até 31 de dezembro, quando foi transferido para a paróquia de Viçosa do Ceará.

Nomeado a 2 de janeiro de 1945, a 11 de fevereiro assumiu a paróquia do Patrocínio em Sobral, função que exerceu até 31 de dezembro de 1948.

A 1º de janeiro de 1949 tomou posse da paróquia de Massapê. Em abril de 1958 foi agraciado pela Santa Sé com o título de Monsenhor, Camareiro Secreto.

Mons. Nel, como era conhecido, faleceu em Meruoca a 3 de novembro de 1973.

14. PE. JOSÉ ALOISIO PINTO

É filho de Sobral onde nasceu a 5 de maio de 1906. São seus genitores Antônio Rodrigues Pinto e Francisca Alice Rodrigues. Avós paternos, Antônio Rodrigues Pinto e Francisca Felismina da Silva. Avós maternos, Vicente Feijão Segundo e Maria José de Jesus.

Matriculou-se no Seminário de Fortaleza a 13 de março de 1921, iniciando em 1925 os estudos teológicos.

Recebeu o presbiterato em Sobral a 1º de dezembro de 1929.

Iniciou seu sacerdócio como professor do Seminário Menor de Sobral e Secretário do Bispado.

De 1º de novembro de 1930 a 27 de janeiro de 1931 esteve encarregado da paróquia de Meruoca, quando o antecessor Pe. Manuel Henriques foi nomeado vigário de Camocim.

Após o assassinato do Pe. José Arteiro Soares a 19 de julho de 1931, assumiu interinamente a paróquia de Acaraú onde permaneceu até a posse do Pe. Sabino de Lima Feijão ocorrida a 19 de junho de 1932.

Com a inauguração do Ginásio Sobralense realizada a 1º de fevereiro de 1934 assumiu a direção deste estabelecimento de ensino onde se destacou como educador de raros méritos durante 33 anos de ininterrupta atividade. Deixou a direção do colégio a 17 de dezembro de 1966.

Em 1948 fundou a Escola Profissional São José que funcionou inicialmente anexa ao Colégio Sobralense na Praça Quirino Rodrigues. Posteriormente foi transferida para vasto e moderno prédio, por ele construído no Bairro Sinhá Sabóia, inaugurado a 19 de março de 1967. Cedida à Fundação

do Bem-Estar do Menor, a Escola Profissional, ainda hoje dirigida por seu fundador, continua a prestar relevantes serviços à juventude carente de ensino e de afeto de toda a região.

Foi agraciado pela Santa Sé com o título de Monsenhor, Prelado Doméstico.

Mons. Aloísio reside hoje em sua Escola Profissional totalmente dedicado à educação dos menores abandonados.

15. PE. LUÍS VALFRO FRANZONI

Italiano de origem nasceu em Serle, província de Brescia, a 24 de abril de 1883. Era filho de Luigi Franzoni e Eugênia Badei.

Ingressou na Ordem dos Franciscanos Capuchinhos, e recebeu o prebiterato em Milão a 14 de março de 1908 e tinha o nome religioso de Frei Dositeu de Serle.

Enviado ao Brasil como missionário, desembarcou em Belém do Pará a 9 de novembro de 1912. Durante 10 anos esteve em contínua peregrinação missionária pelo interior dos Estados do Pará, Maranhão e Ceará.

Chegou em Sobral em 1922, ano em que solicitou à Santa Sé dispensa dos votos da Ordem Capuchinha, integrando-se no clero secular da Diocese sobralense a 22 de novembro do mesmo ano.

No primeiro semestre de 1923 esteve como vigário encomendado de Guraciaba do Norte, antiga Campo Grande. A 27 de junho do mesmo ano tomou posse da paróquia de Ipueiras.

De 20 de fevereiro de 1926 a dezembro de 1927, esteve como vigário interino de Santa Quitéria.

A 1º de janeiro de 1930 assumiu a paróquia do Patrocínio em Sobral, dever que cumpriu até 31 de

dezembro de 1935. Foi nesse período que recebeu do Bispo Diocesano a incumbência de prestar assistência religiosa à freguesia de Meruoca, missão que desempenhou de 28 de janeiro a 11 de outubro de 1931.

A partir de 1936 assumiu as funções de capelão da Santa Casa de Misericórdia de Sobral, onde foi exemplo de notável caridade e zelo na assistência religiosa aos doentes. Faleceu pobremente, no referido hospital, a 21 de abril de 1958.

16. PE. JOÃO TEÓFILO SOARES LEITÃO

Nascido em Independência a 5 de março de 1904, filho de Leônidas Linhares Godinho e Ana Rufina Soares. Neto paterno de Manuel Soares Godinho e Joana Rufina Soares. Neto materno de Joaquim Ferreira Leitão e Maria Manuela de Vasconcelos.

Matriculou-se no Seminário de Fortaleza em 1922 e aí recebeu o presbiterato a 30 de maio de 1931.

Nomeado vigário de Meruoca, tomou posse a 12 de outubro de 1931, permanecendo no cargo até 21 de agosto de 1934, dia de seu falecimento.

Em 1932 construiu os patamares e as calçadas da Matriz e da capela de Alcântara.

Fundou o "Externato Paroquial Dom José" a 8 de fevereiro de 1932.

De 3 de julho a 31 de dezembro de 1933 prestou assistência religiosa à paróquia de Massapê vaga com a morte do Pe. José Joaquim da Frota.

Durante o seu curto paroquiato de menos de 3 anos pregou vários retiros espirituais para todas as associações religiosas da Paróquia.

Sob o pseudônimo de Alcindo Cruz publicou, na

imprensa de Sobral, vários sonetos de sua autoria. Alguns destes sonetos estão publicados na Revista do Instituto do Ceará, ano 1940, tomo 54, p. 225.

Sua morte, envolvida em mistério, ocorreu às 6 horas da tarde do dia 21 de agosto de 1934. Seu corpo foi sepultado no pavimento da Matriz.

17. PE. JOSÉ BEZERRA COUTINHO

Nasceu em Capistrano a 7 de fevereiro de 1910. Filho de João Pedro Coutinhu e Maria José Bezerra Campelo. Neto paterno de Zacarias Gomes Coutinho e Rita Carlota Cavalcante. Neto materno de Antônio de Pinho Campelo e Maria do Carmo Bezerra.

Recebeu o presbiterato em Sobral a 3 de dezembro de 1933.

Nomeado vigário de Massapê a 1º de janeiro de 1934, tomou posse a 6 do mesmo mês. Permaneceu nesta função até 31 de outubro de 1935.

Na qualidade de vigário de Massapê assumiu simultaneamente a paróquia de Meruoca a partir de 26 de agosto de 1934.

A 23 de outubro de 1935 assumiu a paróquia de São Benedito onde esteve até 6 de agosto de 1956 quando foi nomeado bispo auxiliar da Diocese de Sobral.

Recebeu Sagacão episcopal em Sobral a 28 de outubro de 1956. Com a morte de Dom José Tupinambá da Frota ocorrida a 25 de setembro de 1959, foi eleito Vigário Capitular em cuja função esteve até 28 de janeiro de 1961, quando então foi escolhido para Bispo Diocesano de Estância, Sergipe, cargo que ainda hoje ocupa com grande zelo e dedicação.

18. PE. ANTÔNIO REGINO CARNEIRO,

Nascido em Meruoca a 20 de janeiro de 1909, filho de José Ferreira Firmo e Ana Maria do Espírito Santo. Neto paterno de Laureano Ferreira Firmo e Maria de Nazaré de Jesus. Neto materno de Manuel José de Oliveira e Filomena Teotônia de Maria.

Fez o curso preparatório no Seminário de Sobral e os cursos de filosofia e teologia em Fortaleza.

Foi ordenado sacerdote em Sobral a 21 de setembro de 1935.

A 2 de novembro do mesmo ano assumiu interinamente a paróquia de Meruoca, tendo sido efetivado a 2 de fevereiro de 1936 quando tomou posse oficial. Permaneceu no cargo até 24 de agosto de 1937.

De 10 a 15 de dezembro de 1935, ainda quando vigário interino, recebeu na paróquia o Bispo Dom José Tupinambá da Frota que realizou mais uma Visita Pastoral. Foi auxiliado pelos padres Januário Campos, Luís Franzoni, Gonçalo de Oliveira Lima, Olinto Leitão, Sabino Loiola, Inácio Anérico e Eudes Fernandes. Durante esta Visita Pastoral houve 1953 crismas e 3.000 comunhões.

Durante seu paroquiato de apenas um ano e meio, Pe. Regino foi autor das seguintes realizações: organizou uma banda de música, fundou o jornal "Folha Paroquial" que circulou quinzenalmente a partir de 10 de maio de 1936, construiu a capela de Santo Antônio dos Camilos cuja pedra fundamental benzeu a 28 de setembro de 1936, reformou a matriz colocando mosaico em todo pavimento, construiu a escada para o coro e fundou a "Cruzada Eucarística" a 27 de maio de 1937.

Foi vigário de Tamboril de 25 de agosto de 1937 a 1º. de outubro de 1942, quando foi nomeado pároco de Viçosa do Ceará. Recentemente obteve da Santa Sé licença para se secularizar.

19. PE. JOSÉ OSMAR CARNEIRO

Nasceu em Masapê a 12 de julho de 1912, sendo filho de Francisco Alves Carneiro e Maria da Conceição Carneiro. Neto paterno de Francisco Alves Carneiro e Tereza Lopes Pinto. Neto materno de Sancho Augusto Nery e Maria Florêncio de Andrade.

Depois de estudar o curso de humanidades no Seminário de Sobral, iniciou o curso de filosofia e teologia no Seminário de Fortaleza tendo-os concluído em Olinda em 1936.

Recebeu o presbiterato em Sobral a 6 de dezembro do mesmo ano.

Em 1937 foi nomeado professor do Seminário de Sobral tendo assumido provisoriamente a paróquia de Meruoca de primeiro de setembro de 1937 a 6 de janeiro de 1938.

A 7 de fevereiro de 1940 foi nomeado Reitor do Seminário em cuja função esteve até 17 de dezembro de 1948, dia em que foi nomeado vigário do Patrocínio em Sobral, tomando posse a 1º. de janeiro de 1949.

Em março de 1947 foi agraciado com o título de Cônego do Cabido de Olinda e Recife. Em 1951 foi nomeado Vigário Geral da Diocese de Sobral recebendo o título de Monsenhor.

Faleceu repentinamente, na capela de Jordão, a 2 de novembro de 1965 e está sepultado no cemitério São José de Sobral.

20. PE. FRANCISCO EUDES FERNANDES

Nasceu em Meruoca a 19 de setembro de 1910. Filho de Vicente Fernandes Rodrigues e Maria Fontenele Fernandes. Neto paterno de José Fernandes do Nascimento e Lúcia Rodrigues Fernandes. Neto materno de Alexandre Moreira e Maria da Glória Fontenele.

Foi ordenado sacerdote em Sobral a 21 de setembro de 1935.

Nomeado vigário de Aracatiaçu, tomou posse a 9 de novembro de 1935 aí permanecendo até 31 de dezembro de 1937.

Foi transferido para a paróquia de Meruoca a 31 de dezembro de 1937, dando-se-lhe posse no dia 9 de janeiro de 1938. Este seu paroquiato se estendeu até 31 de dezembro de 1948. Durante estes 11 anos, realizou muitos empreendimentos na paróquia, merecendo destaques os seguintes: Reformou o altar-mor e os altares laterais da Matriz, inaugurou a iluminação elétrica pública a 15 de dezembro de 1939, benzeu o novo altar-mor a 17 de março de 1940, retirou as tribunas da Matriz em outubro de 1942, construiu o Salão Paroquial inaugurado a 29 de novembro de 1942, reorganizou a Congregação Mariana a 31 de maio de 1943, construiu a capela de Santo Antônio dos Fernandes cuja pedra fundamental foi benta por Dom José a 20 de julho de 1947. Durante seu paroquiato foram realizadas também duas Visitas Pastorais por Dom José Tupinambá da Frota, sendo a primeira de 4 a 9 de setembro de 1940 e a segunda, de 10 a 14 de julho de 1944.

Pe. Eudes foi ainda vigário de Ibiapina, Coreaú, e Chaval. Atualmente é pároco de Martinópolis.

21. MONS. JOSÉ FURTADO CAVALCANTI

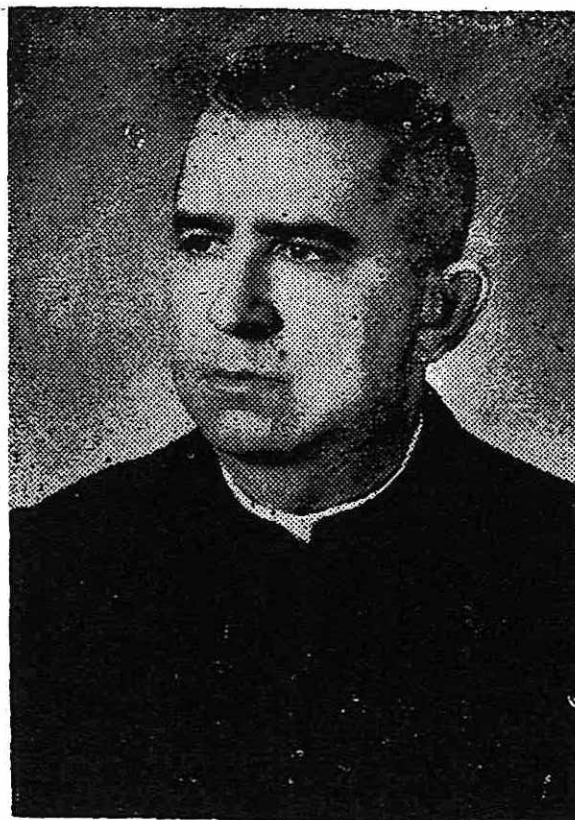
É filho de Viçosa do Ceará onde nasceu a 19 de setembro de 1916. São seus genitores José Furtado Cavalcanti e Maria Alves Pedrosa. Avós paternos, Antônio Mariano Lopes de Braga e Mariana Furtado de Mendonça. Avós maternos, Francisco Alves Pedrosa e Tereza Rodrigues Cavalcanti.

Foi ordenado sacerdote em Sobral a 3 de dezembro de 1944.

Esteve como vigário cooperador de Granja, de maio a dezembro de 1945. No princípio do ano de 1946 foi vigário substituto de Massapê onde esteve durante dois meses. Nomeado vigário cooperador de Ibiapina, aí permaneceu de março de 1946 a maio de 1947, quando foi residir em Viçosa do Ceará.

A 25 de janeiro de 1948 foi nomeado vigário de Meruoca, cargo que ocupa dignamente até o presente. No primeiro ano de paróquia organizou a catequese e dinamizou todas as associações religiosas. Reformou o cemitério paroquial, benzendo a nova ampliação a 15 de agosto de 1948. Reformou todas as capelas que encontrou já construídas e construiu as de Rosápolis, Carmolândia, São Francisco do Boqueirão e São João das Almas. Reformou a casa paroquial de Meruoca e Alcântaras. A 25 de novembro de 1951, criou a "Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e Infância". A 19 de fevereiro de 1966 inaugurou o "Patronato Dom José" dirigido pelas Irmãs Josefinas. Nestes últimos anos, tem sido o incentivador incansável de todos os empreendimentos que buscam o desenvolvimento social e religioso de Meruoca.

Como reconhecimento de seus méritos a Santa Sé o agraciou com o título de Monsenhor.



MONS. JOSÉ FURTADO CAVALCANTI

— Atual Vigário de Meruoca —

FONTES DE ESTUDO:

- LIVROS DE MATRÍCULA DO SEMINÁRIO DE FORTALEZA — CÚRIA DIOCESANA.
- LIVRO DE ORDENAÇÕES — CÚRIA DIOCESANA DE SOBRAL.
- ARQUIVO DE LEONARDO MOTA — CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE FORTALEEZA.
- LIVROS DE TOMBO DA PARÓQUIA DE MERUOCA
- MARTINS, MONS. VICENTE — HOMENS E VULTOS DE SOBRAL — FORTALEZA, 1941.
- MARTINS, MONS. VICENTE — NOTAS BIOGRÁFICAS DO CLERO SOBRALENSE — RIC, TOMOS 34 E 55.
- MARTINS, MONS. VICENTE — DIOCESE DE SOBRAL — FORTALEZA, 1944.
- MOTA, LEONARDO — REPAROS AO LIVRO "DIOCESE DE SOBRAL" — 11 ARTIGOS NO JORNAL "O NORDESTE" — DEZEMBRO DE 1944 E JANEIRO DE 1945.
- FROTA, DOM JOSÉ TUPINAMBÁ DA — HISTÓRIA DE SOBRAL — 2ª. ED. FORTALEZA, 1974

A Sede da Paróquia

Antes da República, o Direito Administrativo Português serviu de base para a organização e divisão do território brasileiro, tanto política quanto eclesiasticamente. Os habitantes de uma povoação, ou de povoações vizinhas, quando unidos na prossecução de interesses comuns formavam uma associação que era reconhecida formalmente pelo direito positivo obtendo assim personalidade jurídica pública. A estas comunidades a tradição e as leis usas costumavam chamar de paróquias, paróquias civis ou freguezias. Como, durante os tempos da Colônia e do Império vigorava no Brasil a união entre a Igreja e o Estado, normalmente coincidiam as divisões territoriais, civis e religiosas que eram simultaneamente criadas pelos dois poderes. Daí por que nesses idos, os vocábulos "paróquia" e "freguezias" também eram usados para significar a naturalidade dos cidadãos e para expressar o domicílio para efeitos civis e religiosos. São frequentes nos documentos da época expressões como "eleitores paroquiais", "vigários da vara", e outros semelhantes.

A autonomia civil era concedida pela elevação de uma povoação à categoria de vila, cujo território se chamava termo, e o título de cidade era simplesmente honorífico.

Com o advento da República, as divisões eclesiásticas conservaram a nomenclatura anterior, enquanto as civis foram modificadas. O território

brasileiro foi então dividido em Estados, estes em municípios e estes últimos, finalmente, em distritos. As sedes dos Estados passaram a se chamar Capitais, as dos municípios, Cidades, e as dos distritos, Vilas.

As divisões judiciárias eram simples e compreendiam a comarca, como circunscrição básica integrada pelos distritos de paz.

Estas noções preliminares servirão para um melhor entendimento das leis que abaixo transcreveremos sobre o território da serra da Meruoca.

CRIAÇÃO DO DISTRITO

Quando a 5 de julho de 1773 a povoação de Caiçara foi elevada à categoria de Vila, o território da Serra da Meruoca foi incorporado ao termo de Sobral. Como sabemos, a palavra "termo" daquela época corresponde ao que hoje chamamos município.

Sessenta anos depois, precisamente a 11 de julho de 1833, por ato da Câmara Municipal de Sobral, então sob a presidência do Pe. Francisco Gomes Parente, é criado o distrito de paz de Meruoca. O território compreendia "toda a serra da Meruoca, Meruoquinha e Terra Nova, contendo 389 casas habitadas". Para Juizes de Paz do novo distrito foram eleitos, na mesma vereação, os senhores Manuel Costa Pontes, Antônio Ferreira Gomes, José Balduino de Albuquerque e Miguel Alves Lima que deveriam exercer o cargo alternadamente de três em três meses.

A Lei 1895 de 16 de agosto de 1880, assinada pelo Presidente André Augusto de Pádua Fleury, marca os novos limites do Distrito de Paz da Meruoca que serão os mesmos da freguesia.

Com a criação da Vila de Santana do Acaraú pela Lei 1.012, de 3 de novembro de 1862, o distrito de Meruoca passou a pertencer ao termo daquela Vila. Voltou a ser distrito de Sobral a 10 de janeiro de 1879 por força do Art. 3º. da Lei que criou a freguesia, conforme se vê do texto que passamos a transcrever.

CRIAÇÃO CIVIL DA FREGUESIA

É o seguinte o teor da Lei que criou a freguesia da Meruoca:

"Lei nº. 1.799, de 10 de janeiro de 1879.

Nº. 30

Creando freguesia na povoação da Meruoca e transferindo-a para o termo de Sobral.

O Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléia legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º. — Fica creada uma freguesia na povoação da Meruoca sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Art. 2º. — Serão limites o Boqueirão que divide a Serra Meruoca da do Rosário e, em seguimento, a raiz da serra, circundando-a e extremado-a com as freguezias da Palma, Sant'Ana e Sobral, sem compreender nenhum território no sertão.

Art. 3º. — Fica pertencendo ao termo de Sobral a freguesia da Meruoca.

Art. 4º. — Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir também, façam imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Governo do Ceará, aos 10 de janeiro de 1879, 57º. de Independência e do Império.

(Estava o selo)

José Júlio de Albuquerque Barros

Carta de lei pela qual V. Excia. manda executar o decreto d'assembléa legislativa provincial, que houve por bem sancionar, creando freguezia na povoação da Meruoca e transferindo-a para o termo de Sobral.

Para V. Excia. ver.

Horácio Joaquim de Miranda a fez

Nesta Secretaria do governo do Ceará foi selada e publicada a presente lei aos 10 de janeiro de 1879. O secretário João Adolpho Ribeiro da Silva.

(Coleção dos Atos Legislativos da Província do Ceará — Fortaleza — Typographia Brasileira. — 1879, p. 47).

O Estatuto da Irmandade de N. Srª. da Conceição da nova freguezia foi aprovado pela Lei 2.102, de 26 de novembro de 1885 assinada pelo Presidente Miguel Calmon du Pin Almeida.

A CRIAÇÃO DA VILA

Meruoca obteve sua autonomia política por força da seguinte Lei:

"Lei Nº. 2.090, de 13 de novembro de 1885

— Nº. 2 —

Eleva à categoria de villa a povoação de Meruoca.

O Desembargador Miguel Calmon du Pin Almeida, presidente da província do Ceará etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decreta e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º. — Fica elevada à categoria de villa a povoação de Meruoca, termo de Sobral.

Art. 2º. — Os limites da villa e seu termo serão os mesmos da freguezia.

Art. 3º. — Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretário desta província a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palácio da presidência do Ceará, sexagésimo quarto da independência e do Império.

(L. S.) Miguel Calmon du Pin Almeida.

Carta de lei pela qual V. Excia. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, que houve por bem sancionar, elevando à categoria de villa a povoação de Meruoca. Para V. Excia. ver. José Lopes Ferreira, a fez.

Nesta Secretaria da provincia do Ceará foi sellada e publicada a presente lei, aos 13 de novembro de 1885. O secretário da Provincia — João Carneiro de Sousa Bandeira".
(Coleção dos Actos Legislativos da Provincia do Ceará — Typographia Constitucional — Fortaleza, 1886, p. 8).

A criação da Vila de Meruoca se deveu ao trabalho de seu primeiro vigário, Pe. Diogo José de Sousa Lima, que na qualidade de Deputado Provincial no biénio 1884 — 1885, apresentou e defendeu ardorosamente o projeto que apresentou na Assembléa Legislativa.

A vila foi solenemente instalada no dia 24 de janeiro de 1887. Nos registros do Livro de Óbitos da paróquia, o Pe. Diogo começa a escrever "Vila de Meruoca" em vez de povoação a partir de 6 de janeiro.

Com a proclamação da República que trouxe nova Constituição, a vila de Meruoca passou a ser cidade, sede do município de igual nome.

CRIAÇÃO DO TERMO JUDICIÁRIO

Obtida a autonomia política com a criação da vila já no ocaso do Império, Meruoca começou a lutar para obter também a autonomia Judiciária. Conseguiu este intento no governo de Liberato Barroso por força da lei que a seguir transcrevemos:

"Lei 1.237, de 9 de setembro de 1914.
Crea termo judiciário na villa de Meruoca.

O povo do Estado do Ceará por seus representantes decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. — Fica creada na Villa de Meruoca um termo judiciário com um tabelionato de público judicial, notas e escrivão do geral.

Art. 2º. — O termo fica anexado ao de Sobral e seus limites são os mesmos do respectivo município.

Art. 3º. — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Ceará, em 9 de setembro de 1914, 26º. da República.

Benjamin Liberato Barroso.

Dr. José Lino da Justa.

Francisco Souto, amanuense da Secretaria de Justiça e Segurança Pública a fez".

Esta Lei não teve execução porque, menos de um ano depois de sua publicação, foi revogada pelo mesmo presidente Liberato Barroso, como se vê do texto a seguir:

"Lei Nº. 1.289, de 31 de agosto de 1915.

Revoga a lei 1.237 do ano passado que creou o termo judiciário de Meruoca.

O povo do Ceará, por seus representantes, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. — Fica revogada a Lei 1.237 do ano passado, que criou o termo judiciário de Meruoca.

Art. 2º. — Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e Segurança Pública a faça publicar.

Palácio da Presidência do Ceará, Fortaleza, 31 de agosto de 1915, 27º. da República.

Benjamin Liberato Barroso.
Adolpho Sales".

A EXTINÇÃO DO MUNICÍPIO

A Lei 1.794, de 9 de outubro de 1920, assinada pelo Presidente Justiniano de Serpa, alterou sensivelmente a divisão territorial do Estado, extinguindo entre outros, o município de Meruoca. Diz o § 2º. do Art. 1º. da referida lei: "O território de Meruoca será anexado ao de Massapê, passando para o de Sobral os vales de São Pedro e Mata Fresca e servindo de limite o divisor das águas até ao ponto de encontro do atual, no sopé da serra".

Meruoca, que voltou assim à condição de simples povoação, pertenceu durante apenas pouco mais de dez anos ao município de Massapê, uma vez que por força do Art. 5º. do Decreto 193, de 20 de maio de 1931, assinado pelo Interventor Federal Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, teve seu território desanexado daquele município e anexado ao de Sobral.

Voltou à condição de vila, poucos dias após a sua anexação ao município de Sobral, como se lê no Art. 8º., § 5º., do Decreto 206, de 6 de junho de

1931, que assim determina: "São criados os termos de Meruoca e S. Bento da Amontada, que farão parte, respetivamente, das comarcas de Sobral e Itapipoca e terão por sede as povoações do mesmo nome, ora elevadas à categoria de villas". Este Decreto que foi assinado pelo mesmo Interventor Dr. Fernandes Távora, determina a elevação de Meruoca à condição de vila, sede de distrito, embora trate especificamente sobre divisão Judiciária. Tanto assim é exato, que no Decreto 1.422 de 26 de dezembro de 1934, assinada pelo Interventor Cel. Felipe Moreira Lima e que reorganizou a divisão judiciária do Estado, Meruoca aparece como distrito de Sobral.

RESTAURAÇÃO DEFINITIVA DO MUNICÍPIO

O município de Meruoca foi definitivamente restaurado pela Lei 1.153, de 22 de novembro de 1951, assinada pelo Governador Raul Barbosa. O projeto de restauração foi apresentado e defendido na Assembléia Legislativa pelo Deputado Raimundo Aristides Ribeiro.

A instalação oficial do município só foi realizada mais de três anos após sua restauração, porque devia se esperar que se vencesse o mandato do Prefeito e Vereadores de Sobral eleitos em 1950.

Como este mandato fora iniciado a 25 de março de 1951, venceu-se a 24 de março de 1955. No dia imediatamente seguinte, deu-se então a posse do primeiro prefeito de Meruoca, Gregório da Cunha Freire, e da primeira Câmara Municipal, escolhidos que foram na eleição de 3 de outubro de 1954.

A primeira Câmara era composta dos seguintes vereadores: Osvaldo Soares de Oliveira, Benedito Cunha Freire, João Raulino de Sousa, Antônio da Cunha Freire, Raimundo Davi dos Santos, Tobias de Sousa do Amaral e Waldemar Ximenes de Aguiar.

A IGREJA MATRIZ

A primitiva capela é uma das mais antigas de toda a região. Inicialmente foi pequeno oratório de taipa, coberto de palha, construído pelo Pe. José Teixeira de Miranda no ano de 1712.

O patrimônio foi doado pelo Cel. Sebastião de Sá em 1724 ano em que teve início a construção da primeira capela de tijolo e cal, sob a orientação do Pe. João da Costa Ribeiro. A escritura do patrimônio foi passada oficialmente em 1727, condição necessária para a concessão da licença do Bispo de Pernambuco, Dom José Fialho para a benção oficial que se realizou a 21 de setembro do referido ano.

A Matriz passou por várias reformas. Quase todos os vigários nela realizaram melhoramentos. A fachada principal foi obra do Pe. José Tomás de Albuquerque que a reconstruiu em 1862. A construção da base das torres foi iniciada em 1916 pelo Pe. José Joaquim da Frota.

Atualmente a Matriz possui quatro altares fixos, a saber: o principal, dedicado ao crego Nossa Senhora da Conceição, o do Sagrado Coração de Jesus à direita da nave central, o de Santa Inês à esquerda da mesma nave e o de São Vicente de Paula no fim do corredor do lado esquerdo.

A imagem de São José, oferta de José Marques de Albuquerque, foi benta a 28 de agosto de 1949, e a de Santa Terezinha, doação do casal João Pierre e Maria Laura Pierre, em dezembro do mesmo ano. A imagem de Cristo Ressuscitado teve sua benção realizada no dia 8 de dezembro de 1951.

O TERRITÓRIO DA PARÓQUIA

A atual extensão da paróquia, compreendendo

os territórios dos municípios de Meruoca e Alcântaras, numa área de 382 Kms², é de 48 Kms. na direção norte a sul e de 20 Kms. na direção leste-oeste. O ponto culminante tem altitude de 850 metros.

Os primitivos limites eram simplicíssimos e constam da Provisão de criação da freguezia. Compreendiam toda a extensão da serra, servindo de limite a raiz da mesma serra.

Por ocasião da criação da paróquia de Massapê pela Provisão de 22 de junho de 1911, os limites da paróquia de Meruoca foram modificados. O Pe. Custódio Arcanjo de Vasconcelos concordou em ceder parte do território para a nova paróquia de Santa Úrsula de Massapê, ficando a linha divisória, entre ambas, passando de norte a sul pelo riacho Cajueiro, seguindo pelos sítios Cruz e Santo Inácio, até as quebradas de Santo Antônio dos Melos, com toda a região chamada de Meruoquinha e Terra Nova passando a pertencer à nova freguezia massapeense.

Em 1927 houve uma tentativa de nova mudança dos limites, mas sem sucesso. Em ofício datado de 26 de agosto de 1927 e dirigido a Dom José Tupinambá da Frota, o Pe. Joaquim de Sales solicitou ao Bispo Diocesano a anexação ao território da paróquia, da região localizada entre a serra da Meruoca e o serrote Aiuá, compreendendo os sítios Canã, Gavião, Limoeiro e Flecheiras. O vigário de Massapê, Pe. José Joaquim da Frota, não concordou com a alteração pelo que Dom José decidiu pela manutenção dos limites anteriores.

A CIDADE

A cidade de Meruoca está situada a 610 metros acima do nível do mar, com temperatura média anual de 21° centígrados. A salubridade do clima

é um convite constante aos que moram na canícula do sertão circunvizinho para ali passarem as férias de verão e os fins de semana.

Suas trezentas casas construídas por entre morros que chegam a uma altura máxima de 850 metros e em meio à densa vegetação formam ruas em pequenos declives e aclives que lhe dão um aspecto interessante e agradável. A rua principal calçada de pedras toscas, começa na praça, recentemente formada no local do velho mercado construído em 1900 e recentemente demolido, passa por trás da Matriz e continua em acentuada sinuosidade, em direção do poente. A cidade é cortada ao meio pelas águas do riacho Itacaranha que descem em forte declive, depois de formar pequena cachoeira que serve de ponto de lazer e de banho para turistas, e degingolam fertilizando sítios e pomares.

A festa da Padroeira, precedida de novenário, se realiza a 8 de dezembro, com notável afluência de fiéis.

ASPECTOS DA SERRA

A serra da Meruoca, situada a cerca de seis quilômetros do centro de Sobral na direção do poente, com a serra do Rosário que a prolonga, possui cerca de 40 quilômetros de comprimento na direção norte-sul e aproximadamente 20 quilômetros, na maior largura, na direção leste-oeste.

O ponto culminante é o Pico Alto, ao lado da ladeira São Pedro, com 850 metros acima do nível do mar. Em seu cume se acha instalada uma torre de retransmissão de sinais de TV.

Os principais cursos d'água são os riachos Mata Fresca, Contendas, Capueira, Raiz e Itacaranha, todos tributários do rio Acaraú.

A área de toda a serra mede 315 Kms², sendo 208 pertencentes ao município de Meruoca e 107 ao de Alcântaras.

Se com agricultura mais cuidada e tecnicamente estruturada, seria um verdadeiro celeiro para a região circundante.

MERUOCA EM 1861

A Comissão Científica de Exploração, por sua Secção de Botânica dirigida por Francisco Freire Alemão, esteve na serra da Meruoca nos dias 2 a 9 de janeiro de 1861. No relatório apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro constam as seguintes informações: "Uma grande parte desta serra é admiravelmente apropriada para a plantação da mandioca, que a faz um celeiro daqueles sertões; em outra cultivam o algodão; certos lugares produzem o café; os gêneros alimentícios se veem por toda a parte. Suas matas primitivas foram de todo destruídas. O clima é assás fresco e salubre. Na pobríssima povoação do mesmo nome estivemos seis dias".

Em manuscrito arquivado na Biblioteca Nacional assim descreve Freire Alemão a situação do povoado: "Povoação pobre, de aspecto triste e miserável, situada numa baixa úmida, rodeada de morros altos, passam pelo meio dela dois regatos que nas grandes secas faltam. Consta a povoação de uma praça pequena e irregular, e de duas ruas; a principal, torta e mal povoada de casas, quase todas de palha. Contamos em toda a povoação 18 casas telhadas, caladas, ladrilhadas, pequenas e térreas. Ainda não há vidraças, nem teto forrado. São pela maior parte úmidas, umas arruinadas e outras mal tratadas, em quase todas chove dentro na ocasião das grandes chuvas por mal cobertas e por telhas quebradas e mal corridas".

Além da igreja matriz, a paróquia possui doze capelas, sendo oito no município de Meruoca e quatro no município de Alcântaras, a saber:

MUNICÍPIO DE MERUOCA

1. SÃO FRANCISCO DO BOQUEIRÃO
2. SANTO ANTÔNIO DOS CAMILOS
3. CORAÇÃO DE MARIA DE FLORESTA
4. SÃO FRANCISCO DE PALESTINA DO NORTE
5. SÃO JOSÉ DO RECIFE
6. SANTO ANTÔNIO DOS FERNANDES
7. CRISTO REI DE SÃO FRANCISCO

MUNICÍPIO DE ALCANTARAS

8. SÃO JOÃO DAS ALMAS
9. SÃO JOSÉ DOS ALCANTARAS
10. N. SR^a. DO CARMO DE CARMOLÂNDIA
11. SANTA TEREZINHA DE ROSÁPOLIS
12. SÃO JOSÉ DE VENTURA

A história das capelas possui sua importância pelo fato de ter sido em torno delas que, no interior do Nordeste, se construiu a maioria das cidades, vilas e povoados. Na quase totalidade dos casos, o início das capelas se confunde com a origem dos aglomerados urbanos.

A seguir, apresentamos uma síntese histórica de cada uma das capelas da paróquia.

BOQUEIRÃO

Localizada no boqueirão que divide as serras da Meruoca e do Rosário, donde lhe advém o nome, a capela foi construída no sítio São Miguel dos Moitas, antigo Escondido, em terreno doado pelo casal José Ferreira de Sousa, vulgo Zé Mota, e Francisca Felismina de Sousa. A construção se deveu ao cumprimento de uma promessa feita a São Francisco de Assis, que é o orago, pelo filho do referido casal, Joaquim Ferreira de Sousa, conhecido por Quinca Mota.

A licença para a construção da capela foi concedida por Dom José Bezerra Coutinho, vigário capitular da Diocese de Sobral, a 24 de setembro de 1960. A pedra fundamental foi benta, a 28 de setembro do mesmo ano, pelo Pe. José Furtado Cavalcanti. A licença para benzer a imagem do padroeiro foi concedida a 22 de novembro de 1962.

CAMILOS

A vila de Camilos, antigo sítio Santo Antônio dos Camilos, é sede de distrito criado pela Lei Nº. 7.159, de 14 de janeiro de 1964. A vila foi se formando em torno da capela de São José, cuja pedra fundamental foi benta pelo Pe. Antônio Regino Carnei-

ro a 28 de setembro de 1936. A imagem de São José padroeiro, foi benta a 17 de janeiro de 1937.

O topônimo se deve à família Camilo que há muitos anos ali está radicada.

Há na capela uma imagem de N. Sra. do Livramento, oferta de Antônio Rodrigues de Sousa, cuja licença para a bênção foi concedida a 12 de maio de 1952. Os quadros de Via-Sacra foram bentos em julho de 1956.

Em 26 de março de 1957 licença do Bispo Diocesano para a construção do cemitério paroquial, cuja bênção foi realizada pelo Pe. José Furtado Cavalcanti em dezembro do mesmo ano.

FLORESTA

A capela do Sagrado Coração de Maria de Floresta é a mais antiga da Meruoca. Foi construída no sítio Capim, às margens do riacho da Mata Fresca com licença concedida pelo Bispo Dom Luís Antônio dos Santos, a 8 de maio de 1875, a favor de D^a Joaquina Gonçalves Rosa, viúva de Antônio Gonçalves Rosa.

O patrimônio inicial foi um terreno, medindo dez braças em quadro, doado pela dita viúva Dona Joaquina, com escritura passada a 4 de setembro de 1874. Antes da primeira capela, depois demolida, já havia uma pequena casa de oração construída pela doadora do patrimônio. O sítio Capim pertenceu anteriormente ao Dr. Antônio Firmo Figueira de Sabóia que o vendeu a Antônio Gonçalves Rosa.

A primitiva capela foi remodelada em 1887 pelo Pe. Diogo. Em 1899, o procurador Clemente Duarte Ripardo conseguiu paramentos novos e alfaia, graças à ajuda oferecida pelo Mons. José Ferreira da Ponte.

A 15 de setembro de 1916, o Pe. José Joaquim da Frota dava em relatório, dirigido ao Bispo de Sobral, logo após a criação da Diocese, as seguintes informações sobre esta capela: "Em estado regular, estando ainda por terminar, porquanto tem uma parte ainda sem tijolos, sendo seu patrimônio dez braças de terra em quadro, cujo procurador é Francisco José Bernardino nomeado verbalmente pelo Pe. Custódio Arcanjo de Vasconcelos, ex-vigário desta freguesia". Sobre o procurador dizia mais o informante: "Um pouco descuidado de seus deveres e um pouco grosseiro".

Em 1947, estando ameaçada de ruína, a capela foi interditada por ordem de Dom José Tupinambá da Frota que nela celebrou a última missa no dia 14 de agosto. Logo no mês de outubro foi iniciada a demolição para em seu lugar ser construído novo templo, cuja pedra fundamental foi benta por Dom José a 21 de dezembro de 1947. As pedras para os novos alicerces foram trazidas pelo povo em procissão, numa demonstração comovente da solidariedade na fé daquela gente. Neste trabalho muito ajudou o Pe. Oscar Lustosa, sacerdote lazarista e professor do Seminário de Fortaleza e que na época passava férias de fim de ano na serra da Meruoca.

A nova capela, bastante maior do que a primitiva, foi construída graças aos esforços do vigário Pe. José Furtado.

O topônimo Floresta foi dado ao local por causa da abundante vegetação existente às margens do riacho Mata Fresca que banha perenemente aquela região.

PALESTINA DO NORTE

É sede de distrito criado pela Lei 7.167 de 14 de janeiro de 1964. A vila surgiu em torno da capela dedicada a São Francisco de Assis e construída no sítio São Pedro, à direita de quem desce a ladeira de igual nome e à margem esquerda do riacho Mata Fresca.

A 14 de julho de 1887, Manuel de Oliveira Feitosa e sua mulher Francisca de Sales Pinto Feitosa dirigiram petição a Dom Joaquim José Vieira, Bispo do Ceará, solicitando licença para construir uma capela no local, tendo como orago São Francisco. A Provisão episcopal concedendo a licença foi assinada a 29 de julho de 1887.

O patrimônio inicial foi um terreno, medindo 50 braças de frente por 80 de fundo, doado pelo Tenente Joaquim de Albuquerque Rodrigues e sua mulher Antônia Alice dos Santos Rodrigues a 4 de julho do mesmo ano. Da escritura pública de doação passada em Sobral e no cartório do tabelião Zacarias Tomás da Costa Gondim, consta o valor do terreno ser cento e oitenta mil réis e ter pertencido a Justino Lopes Freire que o vendeu ao doador.

A primeira pedra da capela foi benta solenemente pelo Pe. Diogo no dia 3 de setembro de 1887, oportunidade em que propôs a mudança do nome do lugar para Palestina, em homenagem à terra natal de Nosso Senhor Jesus Cristo. Por ocasião da criação do distrito, o topônimo passou a ser Palestina do Norte para o distinguir da cidade homônima do Estado de São Paulo.

A capela foi reformada pelo Pe. José Furtado que, a 21 de setembro de 1948, benzeu o novo altar-mor por ele reconstruído.

As imagens de N. Sr^a. de Fátima e São Sebastião foram bentas a 17 de outubro de 1954 para ocupar nichos de imagens anteriores que foram recolhidas ao Museu Diocesano de Sobral.

No relatório apresentado a Dom José Tupinambá da Frota, em 15 de setembro de 1916, pelo vigário Pe. João Joaquim da Frota, constam as seguintes informações sobre a capela: "Em bom estado, sendo seu patrimônio 50 braças de terra em quadro, um cavalo e duas oitavas de ouro, cujo procurador é João Ferreira da Rocha Pimentel nomeado pelo Rvm^o. Pe. José Silvino de Maria Vasconcelos, antigo vigário desta freguesia. Bom cumpridor de seus deveres, trazendo a capela asseada e em boa ordem."

SÍTIO RECIFE

Capela dedicada a São José construída pelas Filhas de Santana, Congregação religiosa fundada por Madre Rosa Gattorro. Está localizada no sítio Recife ao lado esquerdo da casa de férias das Irmãs que dirigem o Colégio Santana de Sobral.

A bênção da pedra fundamental foi realizada por Dom José Tupinambá da Frota no dia 6 de janeiro de 1951.

O sítio Recife pertencia à Diocese de Sobral e servia anteriormente de local de férias para os seminaristas, tempo em que se instalava uma capela privada provisória. Com a chegada das Filhas de Santana para dirigir o Colégio Santana de Sobral, em 1933, o sítio passou para aquela Congregação Religiosa que ali realizou vários melhoramentos, ampliando a casa e construindo uma escola e a bonita e espaçosa capela.

SANTO ANTÔNIO DOS FERNANDES

A localidade é sede de distrito criado pela Lei 7.168 de 14 de janeiro de 1964.

O topônimo tem origem no antigo sítio Santo Antônio pertencente à família Fernandes, cujo tronco foi o casal José Fernandes do Nascimento e Lúcia Rodrigues Fernandes.

A primeira idéia da construção da capela coube ao Sr. Vicente Fernandes Rodrigues, filho do casal acima citado. Os seus filhos Pe. Francisco Eudes Fernandes e José Gentil Fernandes foram os realizadores da construção, iniciada em 1943 e executada sob planta do artista Pedro Frutuoso do Vale.

A imagem do padroeiro foi benta a 26 de julho de 1944, pelo Pe. Eudes Fernandes.

A bênção da nova capela foi feita solenemente por Dom José Tupinambá da Frota no dia 20 de julho de 1947.

Há na capela uma imagem de N. Sr^a. do Perpétuo Socorro, oferta do casal José Gentil Fernandes e Júlia Ferreira Gomes, e que foi benta a 16 de janeiro de 1949.

SÃO FRANCISCO DA MERUOCA

É sede de distrito criado pela Lei 7.158 de 13 de janeiro de 1964.

A capela dedicada a Cristo Rei foi construída no sítio São Francisco em terreno doado por Abigailina Ferreira Gomes que, posteriormente, se fez religiosa da Congregação das Irmãs Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus fundada por Mons. Joaquim Arnóbio de Andrade.

A pedra fundamental foi benta no dia 30 de dezembro de 1936 pelo Pe. Regino Carneiro e a capela,

por Dom José Tupinambá da Frota, a 25 de dezembro de 1939.

A imagem de São José, oferta de Maria Petronília de Mendonça Lopes, foi benta em dezembro de 1951 e a Via-Sacra foi erigida em dezembro de 1957.

O templo está edificado sobre um outeiro, ao lado da atual casa de férias das Irmãs Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus.

O Pe. Luís Franzoni muito auxiliou à Dona Abigarina no período de construção da capela.

SÃO JOÃO DAS ALMAS

É a mais nova capela da paróquia. Construída no sítio Almas, tendo por orago São João Batista. O terreno foi doado por Ibiapina Lopes de Sousa e sua mulher Germilina Marques de Sousa.

O Procurador José Mendes de Sousa encarregou-se da construção da capela que teve início em outubro de 1977. No dia 1º de novembro de 1979 foi benta a capela pelo Pe. José Furtado Cavalcanti.

Na localidade, que fica à margem da estrada de Meruoca a Alcântaras há o Grupo Escolar Municipal Dep. Manuel Rodrigues construído pelo Prefeito Chico Emiliano, em 1976.

ALCÂNTARAS

É sede de município criado pela Lei 3961 de 10 de dezembro de 1957 e instalado a 23 de março de 1959. O município tem área de 107 Kms 2. A cidade está localizada a 600 metros acima do nível do mar com uma temperatura média anual de 26º. celsígrados.

A cidade surgiu em torno da capela de N. Srª. Perpétuo Socorro construída no sítio São José.

O patrimônio inicial foi um terreno, medindo 50 braças de frente por 60 de fundo, e uma casa de tijolo sita na mesma terra.

O doador principal do patrimônio foi João Capistrano de Alcântara, filho de Antônio Ribeiro de Alcântara e Rosa Delmira que se casou a 9 de janeiro de 1894, com Antônia Germana, viúva de Franklim Serapião de Alcântara. Este casal cedeu 40 braças de terra. O casal Francisco Guilherme de Alcântara e sua mulher Ermelina Emília de Alcântara cooperou com as outras 10 braças de frente. A escritura de doação da terra foi feita no cartório de Coreau, antiga Palma, no dia 22 de fevereiro de 1908. A construção da capela teve início no mesmo ano de 1908 sob a iniciativa e orientação do Pe. Custódio.

Oito anos depois, a capela ainda não estava completamente terminada conforme se vê do relatório, com data de 15 de setembro de 1916, enviado pelo vigário Pe. José Joaquim da Frota ao Bispo Dom José Tupinambá da Frota, em que afirma:

"Em bom estado, porém está por acabar. Seu patrimônio consta de 50 braças de terra sobre 60, uma casinha de tijolo e três vacas. O procurador é José Martins de Sousa nomeado pelo Pe. Custódio Arcanjo de Vasconcelos, ex-vigário desta paróquia, desempenha seus deveres.

Na capela, além da imagem da padroeira, há uma de São Tarcísio benta na páscoa de 1955 e outra de Santa Luzia, oferta de Valdemar Ximenes Aguiar, benta em maio de 1956.

A Via-Sacra foi erigida a 14 de setembro de 1952.

A Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, construída por iniciativa de Vicente de Paulo Alcântara, foi inaugurada solenemente com a bênção litúrgica oficiada por Dom José Bezerra Coutinho a 15 de fevereiro de 1961.

O topônimo é homenagem à família dos Alcântaras, principais propugnadores do desenvolvimento do lugar.

CARMOLANDIA

A capela de N. Sr^a. do Carmo foi construída no sítio Coqueiros, às margens do riacho Algodões, em terreno doado por Paulo Rodrigues do Carmo, por iniciativa de José Ferreira de Sousa.

O topônimo foi sugerido pelo Pe. José Furtado em homenagem à família "do Carmo" que se radicou na circunvizinhança.

A pedra fundamental foi benta no dia 17 de julho de 1960 pelo Pe. José Furtado.

A povoação fica à margem da estrada de Meruoca a Alcântara distante 9 Kms. desta última cidade.

ROSAPOLIS

A capela dedicada à Santa Terezinha foi construída no sítio Santa Rosa dos Anastácios. Está localizada no boqueirão entre as serras da Meruoca e do Rosário.

A pedra fundamental foi benta pelo Pe. José Furtado Cavalcanti no dia 25 de fevereiro de 1951. O terreno para a construção foi doado por Inácio Anastácio Rodrigues.

A imagem de Santa Terezinha, oferta de José Anastácio Dias, e o sino, oferta da família Feliciano foram bentos a 23 de setembro de 1962.

O topônimo, sugerido pelo Pe. José Furtado, lembra simultaneamente o nome primitivo do lugar, Santa Rosa, e o nome da padroeira conhecida como a Santa das Rosas.

VENTURA

A vila nasceu em torno da capela de São José construída no sítio Ventura Grande.

É sede de distrito, criado pela Lei 3.961 de 10 de dezembro de 1957, no município de Alcântaras.

A licença para a construção da capela foi dada a favor de Joaquim Antônio de Araújo por Provisão assinada pelo Vigário Geral da Diocese do Ceará, Mons. Hipólito Gomes Brasil, a 4 de novembro de 1892.

A capela foi concluída pelo Pe. Custódio Arcanjo de Vasconcelos em 1906. A escritura de doação do terreno foi passada a 3 de outubro de 1906, por Joana Ricardo de Araújo, filha de Joaquim Antônio de Araújo e viúva de João Miguel Pereira. O documento foi assinado a rogo, por Alexandre Ricardo de Araújo, filho da doadora.

O cemitério paroquial foi construído pelo Pe. Manuel Henriques de Araújo em 1929.

Há na capela um altar dedicado a São Vicente de Paula construído pelo Pe. Eudes Fernandes, cuja bênção foi realizada no dia 20 de novembro de 1938.

No relatório do Pe. José Joaquim da Frota, escrito a 15 de setembro de 1916, constam as seguintes informações sobre esta capela: "São José de Ventura. Em mau estado, sendo seu patrimônio 50 braças de terra em quadro e mais uma posse que não está medida. O procurador é Francisco José de Araújo, nomeado verbalmente pelo Pe. Francisco Leopoldo Fernandes. Desempenha seus deveres."

O topônimo é corruptela de São Boaventura, primitiva denominação do sítio. Chamou-se depois Ventura Grande, São José de Ventura e, finalmente, Ventura.

ORATÓRIOS PRIVADOS

Além das doze capelas acima descritas há, na história religiosa de Meruoca, alguns oratórios privados que merecem ser registrados.

1. No sítio Raiz, na casa antiga de férias do Comendador João Tomé da Silva, houve um oratório privado por licença de Dom Luís Antônio dos Santos concedida a 22 de abril de 1881.

O Comendador João Tomé nasceu a 11 de fevereiro de 1815, sendo filho do português Tomé de Sousa e Silva e de Joaquina Maria Pereira da Silva.

Foi Comandante Superior da Guarda Nacional de Sobral nomeado a 17 de janeiro de 1868. Foi agraciado com o título de Comendador da Imperial Ordem da Rosa por Decreto de 26 de julho de 1871.

O Comendador João Tomé casou-se, em primeiras núpcias, a 28 de novembro de 1837, com Maria da Penha Frota, filha de Inácio Gomes da Frota e Antônia Joaquina de Vasconcelos. Deste matrimônio houve seis filhos, todos nascidos em Sobral, a saber:

1. DOM JERÔNIMO TOMÉ DA SILVA, n. 12 de junho de 1849. Foi Bispo do Pará e Arcebispo da Bahia, Primaz do Brasil.

2. DR. JOÃO TOMÉ DA SILVA JÚNIOR, n. 25 de janeiro de 1843, c.c. Argentina de Alencar Silva, em Pernambuco. Foi Presidente das Províncias de Alagoas, Espírito Santo e Santa Catarina.

3. DR. JOSÉ TOMÉ DA SILVA, n. 19 de julho de 1841, c.c. Ana Benvenida, filha do Cel. José Sabóia e Joaquina Figueira de Melo, a 11 de janeiro de 1868.

4. ANTÔNIO TOMÉ DA SILVA, n. 19 de agosto de 1847. Casou-se duas vezes. A primeira com Raimunda Jacinta da Frota, filha de Pedro Gomes da Frota e Maria Jacinta da Frota, a 11 de janeiro de 1866. O segundo matrimônio foi realizado em Florianópolis, Santa Catarina, onde faleceu em 1899.

5. MARIA JOAQUINA DA SILVA, n. 23 de fevereiro de 1846, c.c. João Evangelista da Frota, filho de José da Frota Vasconcelos e Isabel Balbina da Conceição, a 28 de novembro de 1867.

6. JOAQUINA EMÍLIA DA SILVA, c.c. Domingos Deocleciano de Albuquerque, filho de Deocleciano Ernesto de Albuquerque e Carolina Sabóia de Albuquerque, a 10 de janeiro de 1874.

Falecendo Dona Maria da Penha a 21 de agosto de 1877, o Comendador João Tomé casou-se, em segundas núpcias, a 4 de maio de 1878, com Isabel Joaquina de Miranda, natural do Rio de Janeiro e filha do Comendador Joaquim Inácio da Costa Miranda e Pudenciana Lutgarda Torres de Miranda. Deste segundo matrimônio não houve descendência.

O Comendador João Tomé, homem profundamente religioso, faleceu santamente a 28 de maio de 1888, em Sobral. Com sua morte, extinguiu-se o oratório de sua residência na serra.

Sua segunda mulher havia falecido a 5 de julho de 1887.

2. No sítio Palmeiras, na casa de residência do Capitão Manuel Fidelis de Paula e Joaquina Rosa do Carmo, pais do Cônego Antônio Ferreira de

Paula, houve um oratório semi-público por licença de Dom Joaquim José Vieira concedida a 24 de maio de 1888.

O Capitão Manuel Fidelis de Paula é natural de Fortaleza, filho de Francisco Ferreira de Paula e Antônia Bernardina da Conceição e se casou em Sobral, a 10 de janeiro de 1847, com Joaquina Rosa do Carmo, filha de João Luís Pereira Brandão e Rosa Joaquina do Carmo.

O Capitão Manuel Fidelis era tio de Dom José Lourenço da Costa Aguiar, nascido em Sobral a 9 de agosto de 1847 e que foi o primeiro Bispo do Amazonas. A mãe de Dom José Lourenço, irmã de Manuel Fidelis, chama-se Joana Virgínia de Paula Aguiar e se casou em Sobral, a 1.º de dezembro de 1846, com Boaventura da Costa Aguiar.

Tendo um sobrinho bispo e um filho padre, era compreensível que o Capitão conseguisse licença para ter oratório semi-público em sua residência.

O Cônego Antônio Ferreira de Paula, seu filho, nasceu em Sobral a 15 de fevereiro de 1849.

Matriculou-se no Seminário de Fortaleza a 24 de janeiro de 1865, tendo se ordenado sacerdote no dia 30 de novembro de 1871. Cantou a 1.ª missa em Sobral a 9 de dezembro do mesmo ano, ocasião em que seu primo Pe. José Lourenço da Costa Aguiar proferiu eloquente panegírico.

Foi vigário cooperador da paróquia de São Francisco da Uruburetama no ano de 1872, tendo sido nomeado vigário de Pentecoste a 18 de novembro do mesmo ano. Permaneceu nesta última paróquia até 16 de janeiro de 1875 quando veio residir em Sobral, tempo em que prestou também assistência religiosa na capelinha de Meruoca. No início do ano de 1876 fixou residência em Santana do Acaraú onde permaneceu até 18 de novembro, dia em que foi

nomeado cooperador da paróquia do Ipu. Nesta última função esteve até 19 de outubro de 1883. Dias depois, seguiu para Belém do Pará onde já se encontrava seu primo Pe. José Lourenço. Quando este foi nomeado Bispo do Amazonas, em junho de 1893, Pe. Antônio Ferreira de Paula o acompanhou. Ali recebeu o título de Cônego e foi vigário de Manicoré e Lábrea, onde faleceu.

AS RUINAS DE UMA CAPELA

A 17 de dezembro de 1819 o Ajudante Joaquim José de Almeida fez doação de um sítio chamado Alto das Lages às freiras Emerenciana e Tereza que estavam construindo a igreja do Menino Deus em Sobral. Este sítio foi posteriormente vendido e tomou o nome de São Paulo.

O Ten. Joaquim José de Almeida, natural do Recife, filho de Joaquim José de Almeida e Tereza Maria da Anunciação, casou-se em Sobral a 25 de outubro de 1803, com Rita Furtado de Mendonça, filha de Antônio Pereira de Azevedo e Maria Furtado de Mendonça.

Neste local há ruínas de uma capela que, segundo a tradição, teria sido dedicada ao Menino Deus. O início da construção se deveu ao Pe. José Tomás de Albuquerque no ano de 1862. O terreno foi cedido por Antônio Furtado de Mendonça, então proprietário daquele sítio. Depois da Matriz, seria a mais antiga capela da serra se não se tivesse desmoronado.

Durante a 1.ª Visita Pastoral realizada por Dom Luís Antônio dos Santos à freguezia de Sobral, a capela em construção foi visitada pelo Bispo do Ceará que ali esteve no dia 30 de dezembro de 1862

tendo administrado o sacramento da confirmação a várias pessoas.

Ao que parece, a capela do Menino Deus do sítio São Paulo nunca foi concluída, tendo se desmoronado ainda na fase de construção, e nunca mais foi reconstruída. Dela restam hoje apenas as velhas ruínas centenárias e a saudosa recordação do povo.

A CAPELA DO PATRONATO

Na cidade de Meruoca funciona o Patronato São José, dirigido pelas Irmãs Josefinas que mantêm capela privada para os atos litúrgicos e de piedade da comunidade religiosa, com a conservação do Santíssimo Sacramento.

O Patronato foi inaugurado no dia 19 de fevereiro de 1966. Está instalado em vasto edifício onde também se realizam encontros, cursos de formação e retiros para o clero e leigos engajados na pastoral diocesana. A primitiva casa, na esquina com a rua principal, foi construída pelo Pe. José Tomás de Albuquerque.

O prédio sofreu várias modificações através do tempo e vem sendo continuamente melhorado em suas instalações. Reformado por Dom José Tupinambá da Frota que tinha grande simpatia pela serra, o prédio serviu anteriormente como casa de férias dos seminaristas e do próprio Bispo. A ele Meruoca deve um grande número de benefícios. As instalações básicas do prédio foram todas construídas por Dom José. Alguns melhoramentos foram feitos por Dom João José da Mota Albuquerque que ali instalou o Centro de Treinamento de Sobral — CETRESO — e, recentemente, por Dom Walfrido Teixeira Vieira que não tem medido esforços no sen-

tido de dotar aquela casa de todos os requisitos necessários à realização dos encontros de pastoral, tanto com relação à hospedagem dos participantes quanto à instalação de equipamentos didáticos e técnicos.

A CRUZ DA ROMANA

No sítio São Brás, hoje de propriedade do casal José Moacir Amaral Torres e Suzana, à margem da estrada de Meruoca a Alcântaras e a cerca de um quilômetro antes de atingir o povoado e a capela de São João das Almas, está localizado o oratório da Cruz da Romana, local de peregrinação popular. Às segundas-feiras, ali se realiza tradicional romaria.

Perto de um brusco desfiladeiro está plantada uma velha cruz de madeira e a trinta metros em frente foi construído um pequeno oratório, medindo 3 x 3 metros de área.

A idade da cruz é desconhecida, mas a do oratório é facilmente descoberta, pela data escrita no telhado, em algarismos bem legíveis, embora mal desenhados: 9. 9. 1912.

Reza a tradição que um Meruocano, emigrado para a Amazônia, tendo obtido ali uma graça ao invocar a alma de Romana, fez promessa de retornar à Meruoca com a obrigação de erigir um oratório perto daquela cruz que ele conhecera na infância. Tendo obtido licença oral do vigário Pe. Custódio, erigiu a pequena casa de oração, cuja construção terminou no dia 9 de setembro de 1912. Hoje, naqueles ermos da serra, o oratório guarda centenas de ex-votos que lembram graças alcançadas pelos inúmeros romeiros e suas paredes estão repletas de nomes próprios e de datas escritos pelos devotos que o visitam.

A estória da mártir meruocana foi contada em versos pelo poeta Gurgel do Amaral em livro publicado em Sobral, no ano de 1955, com o título: "A Cruz da Romana".

A narrativa de seu martírio, em que se misturam dados históricos com lendários, pode ser assim resumida: Romana era filha bastarda de um português e de uma escrava africana, mas nunca tivera conhecimento de sua filiação.

Nasceu no sítio São Brás e sempre fora doente. Seu pai e amo vivia de próspera agricultura e possuía vários escravos. Entre estes, havia um negro chamado João que era de inteira confiança do seu senhor. Romana, por sua vez, era também bastante benquista e tratada como filha legítima. A jovem, desde menina, fora educada cristãmente e aprendeu as lições do evangelho nas pregações de um missionário que percorrera aquela serra.

Ao chegar à adolescência, tornou-se moça bonita e atraente pelo que negro João apaixonou-se por ela e tentou seduzi-la. Comunicado o fato ao patrão, este determinou que o escravo fosse cruelmente açoitado. João prometeu vingar-se de Romana. Neste entretanto, chega ao sítio São Brás um filho do português, que estudava na capital. Este jovem também se apaixonou pela filha bastarda de seu pai, desconhecendo totalmente o velado parentesco. Negro João, tendo percebido as lúbricas intenções do filho do seu patrão, achou que chegara a hora de se vingar de Romana. Ambos mancomunados, aproveitando a ocasião propícia, amarraram a jovem, amordaçando-lhe a boca, e a levaram à força para lugar ermo a fim de sequestrá-la. Romana lhes opôs inco-

mun resistência, conseguindo primeiramente livrar-se do jovem que foi jogado de precipício abaixo e faleceu nesta desastrosa queda. Negro João, pressen-

tindo a morte do infeliz, abandonou a moça e desceu às pressas a fim de assistir ao moribundo, mas já o encontrou cadáver. Romana vencera, salvando a virgindade. A notícia da morte do filho foi comunicada ao patrão pelo próprio negro João que, aproveitando a triste ocorrência, resolveu vingar-se de Romana atribuindo a ela o crime de homicídio. O patrão desesperado manda amarrá-la a um tronco de árvore onde foi barbaramente flagelada pelo negro. Comunicado o caso à polícia, Romana foi presa como assassina e quando era levada para a cadeia de Sobral, não resistindo aos ferimentos de tortura, faleceu no caminho pronunciando suas últimas palavras: "Meu amo e negro João, eu vos perdô".

Seu corpo foi sepultado no local onde hoje se encontra a "Cruz da Romana", centro de intensa Romaria.

É interessante observar que o enredo do romance "Luzia Homem" de Domingos Olímpio tem muita semelhança com a estória de Romana.

A CRUZ DO SIMÃO

No sítio Bolandeira do riacho São Francisco, que foi em fins do século passado de propriedade do casal José Eduardo Ripardo e Maria Rosalina da Conceição, um pouco além da capela de Cristo Rei, à margem da estrada do sítio Santa Úrsula, há uma cruz que se tornou local de intensa devoção popular. É a chamada Cruz do Simão.

Para cumprir uma promessa, o casal Valeriano Dias de Carvalho e Porcina Barreto Lima ali construíram um oratório no ano de 1969. Em local não muito distante foram encontradas em 1976, quatro urnas funerárias, em forma de potes de barro contendo ossos humanos dos índios reriús.